

Caracterização e diagnóstico
VII. EQUIPAMENTOS



REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO
Dez 2004 CMVNF

DU/DPU - Divisão de Planeamento Urbanístico
GIPP - Gestão Integrada de Projectos e Planeamento
RECURSO - Estudos e Projectos de Ambiente e Planeamento, Lda

ÍNDICE

VII. Equipamentos

1. INTRODUÇÃO.....	2
1.1. Objectivos.....	2
2. EDUCAÇÃO.....	5
3. DESPORTO.....	12
4. SAÚDE.....	13
5. ACÇÃO SOCIAL.....	21
6. PROTECÇÃO CIVIL.....	27
7. OUTROS Equipamentos: Cultura e Ciência/Administrativos.....	29

1 INTRODUÇÃO:

Os equipamentos colectivos são as instalações que visam prestar serviços básicos extensivos à população interessada. Devem localizar-se em pontos estratégicos por forma a servirem convenientemente as respectivas áreas de influência e a cobrirem uma maior área (enviando sobreposição das áreas de influência).

O problema do planeamento da rede de equipamentos envolve duas etapas: a fixação dos critérios de dimensionamento (quantas unidades de cada tipo de equipamento) e a determinação da sua localização (quais os locais de implantação), atendendo em ambas à população alvo / utente.

A determinação da localização dos equipamentos depende de diversos factores, nomeadamente:

- Distribuição espacial da procura e da oferta existente;
- Frequência da utilização do equipamento;
- Condições de acessibilidade, nomeadamente o sistema de transporte;
- Condicionantes de natureza legal;
- Condicionantes de natureza técnica;
- Condicionantes de natureza financeira.

Os equipamentos são elementos essenciais para estruturar e colonizar o tecido urbano e social.

O carácter singular desses edifícios e o seu valor simbólico deve ser marcado pela sua arquitectura, de modo a polarizar o espaço envolvente e a criar referências nos percursos urbanos.

1.1 Objectivos:

Com o presente trabalho procurou-se realizar a caracterização e diagnóstico dos equipamentos públicos existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, detectando-se as potencialidades e deficiências do mesmo.

O levantamento e avaliação dos equipamentos foi efectuado em coordenação com os outros Departamentos Municipais e Juntas de Freguesias.

Procedeu-se à verificação da sua localização através do trabalho de campo, implantação nas Plantas dos equipamentos, levantamento fotográfico e estudo de avaliação das carências e das sub ocupação dos mesmos por freguesias.

**RELAÇÃO DA TIPOLOGIA DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO CONCELHO DE
VILA NOVA DE FAMALICÃO**

TEMPOS LIVRES E DESPORTO
Estádio
Polidesportivo
Pavilhões e Salas de Desporto
Piscina Coberta
Piscina Descuberta
Campo de Tiro
Centro Hípico
Parque Urbano / Merendas
Parque de Campismo
Parque de Diversões
Quinta Ecológica
Quinta Pedagógica
Praia Fluvial

SAÚDE
Hospital
Centro de Saúde
Extensão do Centro de Saúde
Farmácia
Outros

ACÇÃO SOCIAL
Creche
Creche e Jardim Infância
Centro de Actividades de Tempos Livres - ATL
Centro de Acolhimento Temporário
Centro Juvenil
Centro de Dia
Lar de Idosos
Centro de Convívio
Serviço de Apoio Domiciliário
Centro de Actividades Ocupacionais
Outros

PROTECÇÃO SOCIAL
GNR
PSP
Quartel de Bombeiros
Polícia Municipal
Centros Municipais de Protecção Civil

EQUIPAMENTOS RURAL E URBANO
Câmara Municipal
Junta de Freguesia
Tribunal
Loja do Cidadão
Estação do Correio
Finanças
Horto Municipal
Inst. do Emprego e F.Profissional
Centro Reg. de Seg. Social
Feira
Mercado
Cemitério

CULTURA / CIÊNCIA
Museu
Biblioteca / Ludoteca
Auditório / Teatro
Cinema
Casa da Cultura
Fundação/ Exposições/Espetáculos
Casa da Cultura
Casa do Povo
Casa Museu
Imprensa Local
Rádio Local
Posto de Turismo
Citeve

EDUCAÇÃO
Jardim Infancia
Escola Básica EB1 e Jardim Infância (EB1 e JI)
Escola Básica EB1
Escola Básica Integrada e Jardim Infância (BI e JI)
Escola Básica EB 123 – Integrada (BI)
Escola Básica EB 23
Escola Secundária (ES)
Escola Profissional (EP)
Escola Superior
Centro de Formação Profissional

2 EDUCAÇÃO:

No domínio da educação é da competência da Câmara Municipal, nomeadamente:

- a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré escolar e das escolas do ensino básico;
- elaborar a carta escolar e assegurar os transportes escolares.

Pretende-se neste ponto caracterizar a rede escolar do concelho, avaliar as deficiências e estabelecer orientações de programação e dimensionamento destes equipamentos.

Dos 127.567 habitantes do concelho, cerca de 24000 encontram-se na faixa etária dos 0 aos 14 anos e cerca de 19800 encontram-se na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

Tendo em conta o cenário evolutivo da rede de oferta pública, relativo ao Pré Escolar e ao 1º Ciclo do Ensino Básico, confirma-se que a tendência não é igual para os dois casos.

Na Pré Escolar a evolução é positiva, pois em 2001 o número de alunos a frequentar este nível de ensino era de 1423, passando para 1449 em 2002 e para 1572 em 2003.

No sentido inverso, encontra-se o 1º Ciclo do Ensino Básico, que em 2001 contava com 7041 alunos matriculados, passando em 2002 para 6897 e, finalmente 6781 em 2003.

No ano lectivo 2003/2004, a totalidade da comunidade escolar do concelho, encontra-se distribuída da seguinte forma:

	Ensino Público Nº de alunos	Ensino Privado Nº de alunos	Total	Nº de crianças Censo 2001	Taxa de cobertura
Pré Escolar	1572	2480	4052	4629	0.87
1º Ciclo Ensino Básico	6781	417	7198	6485	1.10
2º e 3º Ciclo Ensino Básico	5860	3312	9172	7998	1.14
Ensino Secundário	2426	1022	3448	5070	0.68
Ensino Profissional	-	618	618	-	-
Ensino Superior	-	2652	2652	-	-
Total	16.639	10.501	27.140	24182	3.79

No que diz respeito à oferta de ensino é também, conveniente traçar o cenário evolutivo da oferta de estabelecimentos de ensino e respectivas salas de aula, chamando a atenção para o facto de que os dados se referem apenas ao ensino da rede pública, uma vez que não dispomos de elementos relativos à rede privada.

Assim, e de acordo com os Programas de Expansão e Desenvolvimento da Direcção Regional de Educação do Norte, existiam no concelho:

	Nº Jardins Infância	Nº Salas de Aula
2001	45	60
2002	48	65
2003	50	69

	Nº 1º Ciclo Ensino Básico	Nº Salas de Aula
2001	81	307
2002	80	291
2003	78	282

No mesmo sentido, ou seja no sentido decrescente encontram-se também as Escolas Básicas Mediatizas. Das 4 EBM existentes em 2001 e 2002, existem actualmente duas, as quais deixarão de funcionar em 2005. Uma na freguesia de Fradelos, com 73 alunos e outra em Landim com 17 alunos.

O concelho de Vila Nova de Famalicão encontra-se, no ano lectivo 2003/2004 dividido em onze Agrupamentos de Escolas, cada um com as suas virtualidades e os seus condicionalismos, sendo por isso fundamental uma descrição pormenorizada de cada um deles, a qual se encontra nas tabelas a seguir. Por Agrupamento de Escolas entende-se, conforme o artigo 2º do Decreto Regulamentar nº 12/2000, uma unidade organizacional, dotada de órgão próprios de administração e gestão, podendo integrar estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais ciclos do ensino básico, a partir de um projecto pedagógico comum.

Este conceito pretende favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória; superar situações de isolamento de estabelecimentos, prevenindo o abandono escolar e a exclusão social; reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos; garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão comum aos estabelecimentos de cada agrupamento e valorizar, enquadrar e valorizar experiências em curso.

Nas tabelas que se seguem, pretende-se dar uma perspectiva da composição de cada um, apresentando os rácios aluno por professor, aluno por sala, aluno por turma. Desta forma pretende-se evidenciar e comparar a oferta com a procura existente.

Esta análise permitiu concluir que:

- a freguesias de Brufe, Antas e Vila Nova de Famalicão pertencem, simultaneamente, a mais que um Agrupamento de Escolas;
- 37 freguesias têm um Jardim Infância;
- sete freguesias têm dois Jardins de Infância (Antas, Arnoso Santa Maria, Cavalões, Fradelos, Ribeirão, Vila Nova de Famalicão e Vilarinho das Cambas)
- seis freguesias não têm qualquer Jardim Infância da rede pública (Sezures, Portela, Pousada de Saramagos, Castelões, Landim e Esmeriz;
- As freguesias de Sezures e Portela não têm qualquer tipo de Jardim Infância da rede pública nem da rede privada;
- Relativamente ao Jardim Infância não público os dados de que dispomos são os números de 37 estabelecimentos com 2285 alunos, sendo que a grande concentração deste tipo de oferta se encontra na freguesia de Vila Nova de Famalicão com nove estabelecimentos não públicos e 2 estabelecimentos públicos;
- No que toca ao 1º Ciclo do Ensino Básico, das 49 freguesias do Município, 31 freguesias têm apenas uma escola;
- 12 freguesias têm duas escolas (Carreira, Cavalões, Delães, Fradelos, Landim, Lemenhe, Louro, Mogege, Mouquim, Nine, Oliveira Stª Maria e Vermoim)
- E as restantes 6 freguesias têm três ou mais escolas (Vila Nova de Famalicão, Antas e Brufe);
- As freguesias de Joane e Ribeirão com 4 escolas;

- Calendário com 6 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e dispõem apenas de 1 Jardim de Infância para 25 crianças;
- Joane possui 4 Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e dispõe de apenas 1 único Jardim de Infância com 45 crianças;
- As escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico que apresentam frequência superior a 200 alunos são escolas situadas em três áreas populosas, Vila Nova de Famalicão, Ribeirão e Riba d' Ave;
- As com frequência inferior a 20 alunos, temos a EB1 Pego2 de Mouquim com apenas 9 alunos, e a EBM de Landim com 17 alunos;
- Relativamente ao 1º Ciclo do Ensino Básico da rede privada, dispomos de 5 estabelecimentos de ensino com 417 alunos distribuídos por três estabelecimentos e em Riba d' Ave, temos 192 alunos em dois estabelecimentos de ensino;
- No que respeita ao 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, os mesmos são ministrados em onze estabelecimentos de ensino dos quais três são particulares nomeadamente, Cooperativas de Ensino Didáxis Riba d' Ave e Vale S. Cosme e o Externato Delfim Ferreira em Riba d' Ave;
- Os Agrupamentos de Escolas que não usufruem de 2º e 3º Ciclo são o Agrupamento de Escolas Terras do Ave, Horizontes do Este e Vale do Pelhe.
- Relativamente ao Ensino Secundário, o mesmo é ministrado por três escolas da rede pública e três da rede privada;

As Escolas Básicas Integradas – EBI(s) devem ser dimensionadas para assegurarem os 3 ciclos do Ensino Básico a populações da ordem dos 400/500 alunos. No concelho existem 3 EBI(s): a de Gondifelos, Arnoso Sta Maria e Pedome. O alargamento da rede deste tipo de estabelecimento não só viabiliza projectos educativos inovadores e potencial a relação Escola/Comunidade, como surge também como alternativa ao ensino Básico Mediatizado.

- Quanto ao Ensino Profissional temos a Escola Profissional Artística do Vale do Ave e a Escola Profissional CIOR em Vila Nova de Famalicão, a Escola Profissional Tecnológica do Vale do Ave em Lousado e a Escola Profissional Bento de Jesus Caraça em Delães;
- O Ensino Superior também é ministrado no concelho através da Universidade Lusíada com 1600 alunos e da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave com 1052 alunos;

- No que diz respeito ao Decreto Lei 399-A/84, o mesmo veio transferir para as autarquias competências no domínio do serviço de refeições nas escolas através da criação , manutenção e administração de refeitórios escolares;
- Nas tabelas que se seguem demonstra-se a situação actual sobre o serviço de refeições nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e nos Jardins de Infância de todo o concelho e os regimes de funcionamento das escolas e Jardins de Infância, porque os mesmos influenciam a existência ou não desse serviço;
- De todos os Agrupamentos de Escolas, apenas o Agrupamento Horizontes do Este e D. Maria II não contemplam escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico com serviço de refeições, porém há que ter em conta o regime de funcionamento de cada uma.

Desta forma facilmente verifica-mos a complexidade desta análise que implica a interligação de inúmeros factores, tais como número de salas por escola, número de turmas e o regime de funcionamento, entre outros.

Assim, parece-nos essencial:

- A criação de Agrupamento de Escolas englobando as escolas básicas e secundárias;
- Criação em cada agrupamento, de “escolas núcleo” que deverão ser dotadas de instalações de apoio; cantina/refeitório, ginásio, balneários, biblioteca, salas de trabalho para professores, salas de apoio a alunos com necessidades educativas especiais e salas para actividades extra curriculares;
- Eliminação do Ensino Mediatizado.

O objectivo desta análise é a avaliação do estado dos edifícios escolares com vista ao reordenamento e optimização do parque escolar. Analisar até que ponto os edifícios escolares estão adequados às necessidades educacionais que se prefiguram para o século XXI. Através das visitas ao local para o Inventário dos Equipamentos, foi possível verificar que grande parte das escolas do 1º ciclo se encontram degradadas, sendo por isso urgente pensar no reordenamento da rede escolar com vista a uma maior qualificação e diversidade da oferta educativa.

Assim, importa desde logo frisar que o presente trabalho não constitui um documento acabado, pelo contrário, que o mesmo necessita de ser permanentemente actualizado, tratando-se de um instrumento dinâmico que deverá traduzir sempre a realidade concelhia em matéria de educação e outros equipamentos e servir de base à tomada de decisões fundamentadas e, como tal, racionais e conscientes.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

Agrupamento de Escolas Bernardino Machado:

- Mogege
- Castelões
- Pousada de Saramagos
- Vermoim
- Joane

Agrupamento de Escolas de Calendário:

- Cabeçudos
- Calendário
- Antas
- Brufe
- Esmeriz

Agrupamento de Escolas D. Maria II:

- Louro
- Mouquim
- Vila Nova de Famalicão
- Brufe
- Gavião

Agrupamento de Escolas de Gondifelos:

- Cavalões
- Outiz
- Gondifelos

Agrupamento de Escolas Horizontes do Este:

- Nine

Agrupamento de Escolas de Júlio Brandão:

- Abade Vermoim
- Vila Nova de Famalicão
- Antas
- Brufe

Agrupamento de Escolas de Pedome:

- Pedome
- Oliveira Sta.Maria

Agrupamento de Escolas de Ribeirão:

- Ribeirão
- Lousado
- Vilarinho das Cambas
- Fradelos

Agrupamento de Escolas Terras do Ave:

- Riba de Ave
- Bairro
- Carreira
- S. Simão de Novais
- Delães
- Oliveira S. Mateus
- Seide S. Paio
- Avidos
- Lagoa
- Seide S. Miguel
- Ruivães
- Bente
- Landim

Agrupamento de Escolas Vale do Este:

- Arnoso Sta. Maria
- Arnoso Sta. Eulália
- Lemenhe
- Sezures
- Jesufrei

Agrupamento de Escolas Vale do Pelhe:

- S. Tiago da Cruz
- Vale S. Cosme
- Telhado
- Requião
- Portela
- Vale S. Martinho

Não agrupados:

- J.I. Delães
- J.I. Seide S. Miguel
- J.I. R. Alvaro Castelões (V.N.F.)

Obs: Na análise das tabelas a seguir, de acordo com o estabelecido pela DGOTDU (Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano)

- A capacidade das escolas do 1º Ciclo não deve ser inferior a 4 turmas nem superior a 12 turmas.
- Nos Jardins de Infância (JI), os critérios de dimensionamento para a área do terreno deverá ser 16m²/ criança.
- Nas Escolas Básicas do 1º Ciclo (EB1), os critérios de dimensionamento para a área do terreno deverá ser 18m²/ aluno.

3. DESPORTO

Em termos desportivos, designam-se por equipamentos de base, o conjunto das tipologias de espaços que correspondem a: Grandes Campos de Jogos, Pistas de Atletismo, Pequenos Campos de Jogos, Pavilhões Desportivos, Polivalentes e Piscinas Cobertas e ao Ar livre.

A previsão e programação destes equipamentos desportivos de base, apoia-se em critérios de ordem geral que estabelecemos “standards” de referência para cada grupo ou tipologia de equipamentos: as dimensões funcionais mínimas, as relações entre as áreas úteis de prática e as áreas de construção e inserção urbanística, o raio de eficiência e a dimensão mínima da população necessária para justificar a implantação do equipamento.

Instalações Desportivas Existentes no Concelho (tabela a seguir):

- Estádios = 1
- Campos de Futebol = 63
- Pavilhões Gimnodesportivos = 6
- Polivalentes = 2
- Piscinas Cobertas = 3
- Piscinas Descobertas = 1
- Campos de Ténis = 4
- Outros = 4
- Nº de atletas com prática regular federados = 5500

Analisando a tabela que se segue verifica-se que as necessidades mais significativas neste sector, impedindo uma plena funcionalidade, prendem-se com problemas de localização e dimensionamento não ajustado dos balneários, iluminação, muros de vedação e dos espaços desportivos propriamente ditos.

- Somente a freguesia de Abade Vermoim não possui equipamentos desportivos.

Os equipamentos desportivos deverão ser um complemento aos equipamentos de educação. Pois as actividades de Desporto Escolar desenvolvidas pela Câmara Municipal têm culminado em encontros inter-escolas a nível concelhio, que mobilizam anualmente milhares de crianças em actividades diversificadas como o futebol, o basquetebol, o atletismo, a ginástica e a natação.

A Educação Física e Desporto para a 3ª idade deve incentivar a prática desportiva dos idosos. Pois não podemos descurar que a qualidade de vida dos cidadãos passa também, cada vez mais, pela prática desportiva.

4 SAÚDE

Com o presente trabalho procurou-se caracterizar e diagnosticar os equipamentos públicos de saúde existentes no concelho – Hospitais, Centros de Saúde, Extensões de Saúde, Farmácias e outros, detectando as potencialidades e deficiências dos mesmos, com o objectivo de elaboração de uma proposta final que vise potenciar estes serviços e eliminar os seus estrangulamentos para o seu perfeito funcionamento.

Assim, num primeiro momento procedeu-se a uma caracterização e ao levantamento da rede existente, ou seja, levantaram-se as suas características, capacidades, localização e população abrangida.

As propostas que serão apresentadas, na próxima fase do trabalho, para a criação de novas unidades terão em conta as preocupações e necessidades apontadas pelos respectivos directores dos Centros de Saúde e incluem uma referência à área do terreno a afectar ao estabelecimento, tendo em conta as projecções demográficas realizadas para as áreas de influência de cada centro de saúde, com referência à área bruta de construção, ao nº de gabinetes médicos e aos espaços de apoio que cada unidade deve conter.

A rede de Cuidados de Saúde Primários é constituída por Centros de Saúde (C.S.), unidades que prestam cuidados de prevenção primária (promoção e educação para a saúde), secundária (diagnóstico, tratamento e referência para os cuidados secundários) e terciária (reabilitação). Os cuidados são prestados em regime ambulatorio e em alguns locais, também em internamento (unidades de internamento dos centros de saúde).

Com o objectivo de melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde, os centros de saúde dispõem de unidades mais pequenas, designadas por extensões que geralmente cobrem/abrangem a área geográfica das freguesias.

Neste âmbito, é da competência dos órgãos municipais:

- participar no planeamento da rede de equipamentos de saúde concelhios;
- construir, manter e apoiar as Extensões de Saúde.

Analisando a tabela e a planta a seguir verifica-se que o concelho de Vila Nova de Famalicão possui:

- 2 Hospitais
- 15 Extensões de Saúde
- 28 Farmácias
- 4 Núcleos da Cruz Vermelha

- 22 freguesias (Abade de Vermoim, Avidos, Bente, Brufe, Carreira Castelões, Cruz, Esmeriz, Jesufrei, Lagoa, Lemenhe, Mogege, Mouquim, Novais, Outiz, Portela, Pousada de Saramagos, Arnoso Sta Eulália, Oliveira São Mateus, Seide São Paio, Sezures, Telhado e Vilarinho das Cambas) não possuem nenhum equipamento de saúde;
- Vila Nova de Famalicão possui 15 Extensões de Saúde.
- De acordo com a opinião do Dr. Paulo Oliveira – Director do Centro de Saúde de Famalicão.
- O Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão passa a ser denominado Extensão de Saúde Urbana
- A sede das Extensões localiza-se no mesmo edifício da Extensão Urbana em Vila Nova de Famalicão
- Em um piso funciona os Serviços Centrais das 15 extensões, e em outro piso a Extensão de Saúde Urbana
- A Extensão de Saúde Urbana é pequena, e a solução seria criar outra unidade urbana em outro polo da cidade, ou uma solução mais económica seria ampliar a existente com a construção de outro piso. Poderia-se propor uma rampa de acesso para o novo piso, que poderia ser feito pelo terreno (a ceder) das oficinas da Câmara Municipal. Não fazer placas e sim telhados, 2 monte cargas de um lado para o outro, e sem jardins internos, que infiltram água para o piso. Actualmente esta extensão têm 12 consultórios.

A Extensão de Saúde Urbana, localizada na freguesia de Vila Nova de Famalicão abrange 9 freguesias nomeadamente: Abade de Vermoim, Antas, Brufe, Calendário, Cavalões, Esmeriz, Gavião, Vila Nova de Famalicão, Outiz e Vilarinho das Cambas;

- O Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão II, situado em Delães, deixou de existir, passando a funcionar juntamente com o Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão
- Em Delães já foi lançada a 1ª pedra para um nova unidade de saúde.

- **A Extensão de Saúde de Delães (antigo Centro de Saúde)** serve 8 freguesias: Bairro, Carreira, Delães, Oliveira Santa Maria, Oliveira São Mateus, Pedome, Novais e Riba d'Ave;
A Extensão de Saúde de Ronfe (concelho de Guimarães) cobre também a freguesia de Pedome;
- Em 10/03/04 saiu a regra da unificação dos 2 Centros de Saúde.
- **A Extensão de Saúde de Arnoso Santa Maria** cobre 4 freguesias: Arnoso Sta Eulália, Arnoso Sta Maria, Jesufrei, e Sezures.
- O proprietário é a Junta de Freguesia, trata-se de um edifício que não tem condições de salubridade. É uma zona húmida. Funciona no mesmo edifício, no piso térreo a Junta de Freguesia; no andar a sede administrativa do engenho
- **A Extensão de Saúde de Landim** cobre 4 freguesias: Avidos, Lagoa, Bente e Landim; situa-se ao lado do Mosteiro de Landim, é uma casa térrea, ampla, mas precisa de retoques de pintura.
- **A Extensão de Saúde de Ruivães** cobre 3 freguesias: Castelões, Mogege e Ruivães; é uma cedência da Junta de Freguesia, trata-se de uma unidade antiga que sofreu remodelações. Situa-se em um lugar central, possui bom parque de estacionamento e é bem dimensionada.
- **A Extensão de Saúde de Lousado** cobre 2 freguesias: Cabeçudos e Lousado. É problemática, foi uma construção feita pelo IGAP, alugada, e é uma unidade de saúde que possui uma arquitectura não apropriada para o destinado. As salas de espera não têm ponto de luz. O jardim existente entre os consultórios e sala de espera provoca infiltrações. Precisa de autorização da Câmara para a instalação do gás para o aquecimento. O aluguel é pago pela sub-região de saúde ao IGAP

- **A Extensão de Saúde de Gondifelos**; é uma sede alugada, nova, junto a EN, funciona no rés-do-chão de um edifício e precisa de uma intervenção (pinturas).

- **A Extensão de Saúde de Ceide São Miguel** cobre 2 freguesias: Ceide São Miguel e Ceide São Paio. É uma casa bastante antiga, não está adaptada para a sua função, funciona no mesmo edifício com a Junta de Freguesia

- **A Extensão de Saúde de Vale São Cosme** cobre 4 freguesias: Cruz, Portela, Telhado e Vale São Cosme. Será a próxima a levar a 1ª pedra, pois trata-se de uma casa em mau estado, com dois pisos. é para eliminar urgentemente.

- **A Extensão de Saúde de Fradelos** cobre a freguesia de Fradelos. É cedência da Junta de Freguesia, funciona no rés do chão de um edifício, e está degradada

- **A Extensão de Saúde do Louro** cobre 3 freguesias: Lemenhe, Louro e Mouquim. É uma casa alugada com 2 pisos mas é só no rés do chão que está destinada para a saúde. É nova (2anos).

- **A Extensão de Saúde de Requião** cobre 2 freguesias: Requião e Vale São Martinho. Situa-se no piso térreo, funciona bem.

- **A Extensão de Saúde de Ribeirão** cobre a freguesia de Ribeirão. É nova e ampla. Há algum tempo sofreu inundações pelo rio, embora parece que o problema foi solucionado. Situa-se em terreno classificado em RAN/REN.

- **A Extensão de Saúde de Nine** cobre a freguesia de Nine. É uma extensão nova. A Extensão de Saúde de Viatodos (concelho de Barcelos) cobre também a freguesia de Nine;

Para escolher uma localização de uma extensão, as 3 coisas que deve se ter em consideração são: acessibilidade, bom estacionamento e centralização.

O horário de funcionamento das extensões é: das 8 horas às 20 horas

As 4 grandes extensões do concelho são:

-Urbana = 39859 utentes

-Nova Delães = 19504 utentes

-Nova Joane = 15748 utentes

- Bem Ribeirão = 9325 utentes

Aumentou o nº de utentes nas extensões.

Existem 2 urgências: uma na sede e outra em Delães

As urgências são próximas ao Hospital. Para poupar-se era unir as duas.

A urgência poderia ir para o Hospital e assim ganharia-se mais 3 consultórios.

São 132.437 inscritos na Extensão de Saúde

12.832 pessoas estão sem médico

- **O Hospital S. João de Deus** situado em Vila Nova de Famalicão tem uma capacidade de internamento de 200 camas. As valências desta unidade hospitalar são: cirurgia geral, ginecologia, neonatologia, otorrinolaringologia, obstetrícia, oftalmologia, ortopedia, pediatria, pneumologia, Imunoterapia, e Oncologia Médica;
O Hospital é propriedade da Santa Casa de Misericórdia, é alugado e funciona como Hospital Público.

- **O Hospital Narciso Ferreira** situado em Riba d'Ave tem uma capacidade de internamento de 82 camas.

O Hospital de Riba D' Ave é explorado pela Santa Casa de Misericórdia, é alugado.

Nos Hospitais, as pessoas pagam apenas a taxa moderadora depois do horário de funcionamento das extensões.

O Hospital de Riba de Ave é explorado

O Hospital de Famalicão é público

Em suma, relativamente ao Centro de Saúde e Extensões, todas as freguesias têm um nível satisfatório de serviço no que diz respeito às distâncias, pois todas são abrangidas por áreas de influência de centros de saúde ou extensões.

Relativamente ao serviço prestado pelos hospitais (282 camas), é inferior ao rácio de 2.65%, apresentando uma carência de 56 camas para satisfazer minimamente as necessidades.

É preciso criar piscinas de estruturas para apoios as crianças com problemas de paralisia cerebral. As crianças vão para a piscina de Braga fazer fisioterapia.

A partir de setembro terão no concelho um tanque só para eles.

Hidroterapia - Piscinas Municipais- Braga

Hipoterapia – Mogege - Louro

CDP = Centro Diagnóstico de Pneumológico - antigo dispensário

Funciona em uma casa em frente a Universidade Lusíada, no andar

Unidade que jurisdição do Centro de saúde (tratamentos tuberculosos)

2 médicos do hospital tem 1 parte de horário (diariamente é o tratamento)

Lar Sta Casa tem 2 lares: Gemunde – Sta Casa de Misericórdia- 80 camas Lar 3º idade

Santa Casa de Misericórdia Riba d’Ave

Equipamentos de Saúde**Hospital**

	Saúde	Freguesia	População Residentes Censo 2001	Área de Implantação m2
34.1	- Hospital Narciso Ferreira	Riba de Ave	3396	8437m2
48.1	-Hospital Distrital de São João de Deus de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	8098	22795m2

Centro de Saúde

	Saúde	Freguesia	População	Área de Implantação m2
48.1	-Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão I	Vila Nova de Famalicão	8098	4950m2

Extensão do Centro de Saúde

	Saúde	Freguesia	População Residentes Censo 2001	Utentes Inscritos	Área de Implantação m2
48.1	- Extensão de Saúde Urbana	Vila Nova de Famalicão	8098	39859	
15.1	-Extensão de Saúde de Fradelos	Fradelos	3337	5202	798m2
17.1	-Extensão de Saúde de Gondifelos	Gondifelos	2183	3994	1121 m2
19.1	-Extensão de Saúde de Joane	Joane	7528	15748	1291 m2
21.1	-Extensão de Saude de Landim	Landim	2852	4351	1318 m2
23.1	-Extensão de Saúde do Louro	Louro	2464	4945	700 m2
24.1	-Extensão de Saúde de Lousado	Lousado	3725	3839	4215 m2
27.1	-Extensão de Saude de Nine	Nine	2735	1590	535 m2
33.1	-Extensão de Saúde de Requião	Requião	3034	5973	718 m2
35.1	-Extensão de Saúde de Ribeirão	Ribeirão	8298	9325	3898 m2
36.1	-Extensão de Saúde de Ruivães	Ruivães	2117	4984	1631 m2
38.1	-Extensão de Saúde de Arnoso Sta Maria	Arnoso Sta Maria	1824	3483	610 m2
40.1	-Extensão de Saúde de São Cosme do Vale	Vale de São Cosme	3035	6767	842 m2
13.1	-Extensão de Saúde de Delães	Delães	3761	19504	1553m2
43.1	-Extensão de Saúde de Seide	Seide São Miguel	1125	2873	136 m2
Total				132437	

Farmácias

	Saúde	Freguesia	População Residentes Censo 2001
2.1	-Farmácia Nogueira	Antas	5376
4.1	-Farmácia de Bairro	Bairro	3803
7.1	-Farmácia Oliveira Monteiro	Cabeçudos	1472
8.1	-Farmácia de Calendário	Calendário	10697
8.2	-Farmácia Paula Reis	Calendário	10697
11.1	-Farmácia Pratinha	Cavalões	1465
13.1	-Farmácia Delães	Delães	3761
15.1	-Farmácia Marques	Fradelos	3337
17.1	-Farmácia Gavião	Gavião	3729
19.1	-Farmácia de Gondifelos	Gondifelos	2183
21.1	-Farmácia Ferreira	Joane	7528
23.1	-Farmácia Pinto Leite	Landim	2852
24.1	-Farmácia Maceiras	Louro	2464
27.1	-Farmácia Martins Ventura	Lousado	3725
33.1	-Farmácia da Estação de Nine	Nine	2735
30.1	-Farmácia Pedome	Pedome	2234
34.1	-Farmácia Marinho	Requião	3034
35.1	-Farmácia Alves	Riba de Ave	3396
36.1	-Farmácia de Ribeirão	Ribeirão	8298
38.1	-Farmácia Vilaça	Ruivães	2117
39.1	-Farmácia São Tiago da Cruz	Arnosos Sta Maria	1824
40.1	-Farmácia Almeida Sousa	Oliveira Sta Maria	3091
47.1	-Farmácia São Tiago da Cruz	Vale de São Cosme	3054
78.1	-Farmácia Marinho	Vermoim	2893
48.1	-Farmácia Valongo	Vila Nova de Famalicão	8098
48.2	-Farmácia Central		
48.3	-Farmácia Barbosa		
48.4	-Farmácia Cameira		

Outros

	Saúde	Freguesia	População Residentes Censo 2001
13.1	-Núcleo da Cruz Vermelha	Delães	3761
13.2	-Centro Diagnóstico Pneumológico		
29.1	-Centro de recuperação Mental Leonardo Coimbra - Hospital São Marcos-Depto de Psiquiatria	Outiz	943
32.1	- Núcleo da Cruz Vermelha	Pousada de Saramagos	2016
35.1	- Núcleo da Cruz Vermelha	Ribeirão	8298
41.1	-Posto Médico funciona na Junta de Freguesia	Vale de São Martinho	1943
	- Núcleo da Cruz Vermelha	Oliveira São Mateus	3075
48.1	-FARPEX – Enfermeiros Unidos de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	8098

5 ACÇÃO SOCIAL

As Câmaras Municipais podem assegurar a gestão dos equipamentos e realizar investimentos na construção ou no apoio à construção de creches, jardins de infância, lares ou centros de dia para idosos e centros para deficientes.

Creche: destina-se a acolher crianças dos 3 meses até aos 3 anos de idade, durante um período diário correspondente ao trabalho dos pais.

Jardim Infância: destina-se a acolher durante uma parte do dia crianças de idade compreendida entre os 3 anos até ao ingresso no ensino básico, proporcionando-lhes actividades sócio-educativas que facilitem o seu desenvolvimento global.

Centro de Actividades de Tempos Livres - ATL: destina-se a acolher crianças, a partir dos 6 anos de idades, e jovens, possibilitando-lhes a actividades de animação nos seus tempos disponíveis.

Centro de Dia: destina-se a prestação de um conjunto de serviços que contribui para a manutenção dos idosos no seu meio sócio - familiar.

Lar de Idosos: destina-se a acolher, temporariamente ou permanentemente, pessoas idosas, singulares ou casais, em situação de maior risco de perda de independência e /ou autonomia.

Centro de Acolhimento Temporário: destina-se ao acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores, criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança/jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento.

Centro de Actividades Ocupacionais: destinado a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave e profunda, com os objectivos principais de:

- Facilitar a sua integração social
- Estimular e facilitar o desenvolvimento possível das capacidades da pessoa com deficiência.
- Facilitar o encaminhamento da pessoa com deficiência para programas adequados de integração sócio-profissional.

Centro de Convívio: destina-se a dar apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas pelos idosos de uma comunidade.

Registam-se em 2003 no concelho de Vila Nova de Famalicão:

- 26 creches com 1188 crianças.
 - 83 estabelecimentos de Jardim de Infância (rede pública e privada), com uma capacidade para 3783 crianças.
 - 30 ATL/ Ludotecas com uma capacidade para 2495 crianças e jovens dos 6 aos 14 anos.
 - 2 Lares de crianças e jovens, com capacidade para 24 utentes e 3 Centros de Acolhimento Temporário com capacidade para 24 utentes.
- Não se regista no concelho o serviço de Lar de Apoio para Crianças e Jovens portadores de deficiência.
- A capacidade dos Centros de Actividades Ocupacionais foi de 33 utentes.
 - Os Lares e Residências para Idosos com capacidade para 297 utentes
 - O Serviço de Apoio Domiciliário regista 562 utentes
 - Os Centros de Dia envolvem uma capacidade de 323 utentes
 - Os Centros de Convívio representam uma capacidade de 125 utentes

Equipamentos de Acção Social**Creches**

	Freguesia	Acção Social
2.1	Antas	-Centro Social Associação dos Moradores das
4.1	Bairro	-Centro Social e Cultural de São Pedro de Bairro
8.1	Calendário	-Centro Social e Cultural Dr. Nuno Simões
8.2		-Centro Social Cultural e Recreativo D. Maria Gomes Oliveira
10.1	Castelões	-Centro Social e Paroquial de Castelões
13.1	Delães	-Centro Infantil de Delães
14.1	Esmeriz	-Centro Social da Paróquia de Esmeriz
19.1	Joane	Centro Social e Paroquial de Joane
19.2		-Lares 3ª Idade, Complexo Social Joaninha
19.3		-Associação Teatro Construção
22.1	Lemenhe	-Creche e Jardim Infancia Dra Alice Melo Tavares
23.1	Louro	Creche e Jardim Infancia D. Elzira Cupertino de Miranda
24.1	Lousado	-Centro Social e Cultural de Lousado
30.1	Pedome	-Associação de Pais e Amigos da Escola de Pedome
32.1	Pousada de Saramagos	-Centro Social e Paroquial de Pousada de Saramagos
34.1	Riba de Ave	-Centro Social e Cultural de Riba de Ave
35.1	Ribeirão	-Centro Social e Paroquial de Ribeirão
35.2		-Centro Social de Educação Sol Nascente
37.1	Arnosos Sta Eulalia	-Associação Engenho- Outeiro
37.2		-Creche funciona na Junta de Freguesia
39.1	Oliveira Sta Maria	-Centro Social e Paroquial de Oliveira Santa Maria
42.1	Oliveira São Mateus	-Instituto São José
48.1	Vila Nova de Famalicão	-Infantário Escola Júlio Brandão
48.2		-Casa Pessoal do Hospital
48.3		-Externato Particular do Barreiro
48.4		-Externato "A Escolinha
48.5		-Creche Sto Adrião

Creche e Jardim Infância

	Freguesia	Acção Social
2.1	Antas	-Centro Social Associação dos Moradores das Lameiras
4.1	Bairro	-Centro Social e Cultural de São Pedro de Bairro
8.1	Calendário	-Centro Social e Cultural Dr. Nuno Simões
8.2		-Centro Social Cultural e Recreativo D. Maria Gomes Oliveira
10.1	Castelões	-Centro Social e Paroquial de Castelões
13.1	Delães	-Centro Infantil de Delães
19.1	Joane	-Associação Teatro Construção)
22.1	Lemenhe	-Creche e Jardim Infancia Dra Alice Melo Tavares
23.1	Louro	Creche e Jardim Infancia D. Elzira Cupertino de Miranda
24.1	Lousado	-Centro Social e Cultural de Lousado
32.1	Pousada de Saramagos	-Centro Social e Paroquial de Pousada de Saramagos
34.1	Riba de Ave	-Centro Social e Cultural de Riba de Ave
35.1	Ribeirão	-Centro Social e Paroquial de Ribeirão
35.2		-Centro Social de Educação Sol Nascente
37.1	Arnosos Sta Eulalia	-Associação Engenho- Outeiro
38.1	Arnosos Sta Maria	- Associação Engenho
39.1	Oliveira Sta Maria	-Centro Social e Paroquial de Oliveira Santa Maria
42.1	Oliveira São Mateus	-Instituto São José
48.1	Vila Nova de Famalicão	-Infantário Escola Júlio Brandão
48.2		-Casa Pessoal do Hospital
48.3		-Externato Particular do Barreiro -Externato "A Escolinha"
48.4		-Creche Sto Adrião

Centro de Convívio

	Freguesia	Ação Social
4.1	Bairro	-Centro Social e Cultural de São Pedro de Bairro
10.1	Castelões	-Centro Social e Paroquial de Castelões
19.1	Joane	-Associação Teatro Construção)
36.1	Ruivães	-Centro Social e Paroquial de Ruivães
48.1	Vila Nova de Famalicão	-Centro Infantil do Município

Centro de Actividades de Tempos Livres - ATL

	Freguesia	Ação Social
2.1	Antas	-Centro Social Associação dos Moradores das Lameiras
3.1	Avidos	-Centro Social e Paroquial de Avidos
4.1	Bairro	-Centro Social e Cultural de São Pedro de Bairro
7.1	Cabeçudos	-Ass. C. R.S. de S. Cristóvão de Cabeçudos
8.1	Calendário	-Centro Social e Cultural Dr. Nuno Simões
8.2		-Centro Social Cultural e Recreativo D. Maria Gomes Oliveira
10.1	Castelões	-Centro Social e Paroquial de Castelões
13.1	Delães	-Centro Infantil de Delães
15.1	Fradelos	-Associação Social, Cultural, Recreativa de Fradelos
19.1 19.2 19.3	Joane	-Centro Social e Paroquial de Joane - Complexo Social Joaninha -Associação Teatro Construção
23.1	Louro	Creche e Jardim Infancia D. Elzira Cupertino de Miranda
24.1	Lousado	-Centro Social e Cultural de Lousado
27.1	Nine	-Casa do Povo de Nine
30.1	Pedome	-Associação de Pais e Amigos da Escola de Pedome
32.1	Pousada de Saramagos	-Centro Social e Paroquial de Pousada de Saramagos
34.1	Riba de Ave	-Centro Social e Cultural de Riba de Ave
35.1	Ribeirão	-Centro Social e Paroquial de Ribeirão
35.2		-Centro Social de Educação Sol Nascente
36.1	Ruivães	-Centro Social e Paroquial de Ruivães
37.1	Arnosos Sta Eulalia	-Associação Engenho- Outeiro
38.1	Arnosos Sta Maria	- Associação Engenho
42.1	Oliveira São Mateus	-Instituto São José
48.1	Vila Nova de Famalicão	-Infantário Nª Senhora da Lapa, Santa Casa da Misericórdia
48.2		-Centro Infantil do Município
48.3		-Infantário -Casa Pessoal do Hospital
48.4		-Externato Particular do Barreiro -Externato "A Escolinha"

Lar de Idosos

	Freguesia	Ação Social
10.1	Castelões	-Centro Social e Paroquial de Castelões
12.1	Cruz	-Lar Nossa Senhora do Carmo
16.1	Gavião	-Santa Casa de Misericórdia
19.1	Joane	-Complexo Social Joaninha,
19.2		-Lar de 3ª Idade da Casa de Giestais
19.3		-Associação Teatro Construção
24.1	Lousado	-Centro Social e Cultural de Lousado
29.1	Outiz	- Lar de Idosos Jorge Reis, Sta Casa de Misericórdia de V.N.F
33.1	Requião	-Lar 3ª idade (há projecto)
35.2	Ribeirão	-Lar 3ª Idade
35.1		-Centro Social e Paroquial de Ribeirão
42.1	Oliveira São Mateus	-Instituto São José

Centro de Dia

	Freguesia	Ação Social
2.1	Antas	-Centro Social Associação dos Moradores das Lameiras
4.1	Bairro	-Centro Social e Cultural de São Pedro de Bairro
10.1	Castelões	-Centro Social e Paroquial de Castelões
14.1	Esmeriz	-Centro Social da Paróquia de Esmeriz
15.1	Fradelos	-Associação Social, Cultural, Recreativa de Fradelos
16.1	Gavião	-Santa Casa de Misericórdia
19.1	Joane	-Associação Teatro Construção
23.1	Louro	Creche e Jardim Infancia D. Elzira Cupertino de Miranda
24.1	Lousado	-Centro Social e Cultural de Lousado
29.1	Outiz	- Lar de Idosos Jorge Reis, Sta Casa de Misericórdia de V.N.F
30.1	Pedome	-Centro de Dia funciona no r/ch da Casa Paroquial
32.1	Pousada de Saramagos	- (Centro de Dia - prédio da Junta de Freguesia)
34.1	Riba de Ave	-Centro Social e Cultural de Riba de Ave
35.1	Ribeirão	-Centro Social e Paroquial de Ribeirão
36.1	Ruivães	-Centro Social e Paroquial de Ruivães
37.1	Arnosos Sta Eulalia	-Associação Engenho- Outeiro
42.1	Oliveira São Mateus	-Instituto São José

Serviço de Apoio Domiciliário

	Freguesia	Ação Social
2.1	Antas	-Centro Social Associação dos Moradores das Lameiras
3.1	Avidos	-Centro Social e Paroquial de Avidos
4.1	Bairro	-Centro Social e Cultural de São Pedro de Bairro
10.1	Castelões	-Centro Social e Paroquial de Castelões
14.1	Esmeriz	-Centro Social da Paróquia de Esmeriz
16.1	Gavião	-Santa Casa de Misericórdia
19.1	Joane	-Centro Social e Paroquial de Joane
19.2		-Associação Teatro Construção
32.1	Pousada de Saramagos	-Centro Social e Paroquial de Pousada de Saramagos
34.1	Riba de Ave	-Centro Social e Cultural de Riba de Ave
34.2		-Hospital Narciso Ferreira
35.1	Ribeirão	-Centro Social e Paroquial de Ribeirão
38.1	Arnosos Sta Maria	- Associação Engenho
42.1	Oliveira São Mateus	-Instituto São José
48.1	Vila Nova de Famalicão	-Centro Infantil do Municipio

Centro de Acolhimento Temporário

	Freguesia	Acção Social
19.1	Joane	-Associação Teatro Construção)
24.1	Lousado	-Centro Social e Cultural de Lousado
36.1	Ruivães	-Centro Social e Paroquial de Ruivães
48.1	Vila Nova de Famalicão	-Centro Infantil do Município

Centro Juvenil

	Freguesia	Acção Social
2.1	Antas	-Centro Social Associação dos Moradores das Lameiras
19.1	Joane	-Associação Teatro Construção)
24.1	Lousado	-Centro Social e Cultural de Lousado
35.1	Ribeirão	-Centro Social e Paroquial de Ribeirão
48.1	Vila Nova de Famalicão	-Centro Infantil do Município

Centro de Actividades Ocupacionais

Centro para acolhimento para deficiente e crianças em risco

	Freguesia	Acção Social
4.1	Bairro	-Centro Social e Cultural de São Pedro de Bairro – APPACDM
22.1	Lemenhe	Nossa Senhora do Carmo- APPACDM
47.1	Vermoim	A minha Casa – AFPAD
48.1	Vila Nova de Famalicão	Santa Bárbara - APPACDM

Outros:

	Freguesia	Acção Social
2.1	Antas	AFPAD – centro de actividades ocupacionais, intervenção precoce
8.11	Calendário	Centro de recuperação “Projecto Homem”
19.1	Joane	AVE- Coop. Intervenção Psicossocial (Intervenção Precoce)
48.1	Vila Nova de Famalicão	-Associação Dar as Mãos
48.2		-Instituto de Emprego e Formação Profissional

6 PROTECÇÃO CIVIL:

A manutenção da segurança e ordem pública e a protecção e defesa da propriedade pública e particular, bem como acção reguladora e de controlo do trânsito, é assegurada pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e pela Guarda Nacional Republicana (GNR).

A **PSP** destina-se ao policiamento de áreas urbanas, em princípio, em aglomerados com mais de 10000 habitantes.

As instalações policiais devem localizar-se em pontos centrais em relação à área urbana.

A **GNR** exerce em geral o policiamento de áreas rurais ou de aglomerados, com um número de habitantes inferior ao referido anteriormente.

O Posto Territorial de Vila Nova de Famalicão actua em 32 freguesias: Abade de Vermoim, Antas, Ávidos , Brufe, Cabeçudos, Calendário, Cavalões, Cruz, Esmeriz, Fradelos, Gavião, Gondifelos, Jesufrei, Lagoa, Lemenhe, Louro, Lousado, Mouquim, Nine, Outiz, Portela, Requião, Ribeirão, Arnoso Sta Eulália, Arnoso Sta Maria, Vale São Cosme, Vale São Martinho, Seide São Miguel, Seide São Paio, Sezures, Telhado, e Vilarinho das Cambas.

O Posto Territorial de Riba de Ave actua em 10 freguesias: Bairro, Bente, Carreira, Delães, Landim, Novais, Pedome, Riba de Ave, Oliveira Sta Maria, e Oliveira São Mateus.

O posto Territorial de Joane actua em 6 freguesias: Castelões, Joane, Mogege, Pousada de Saramagos, Ruivães e Vermoim.

Os aquartelamentos devem localizar-se em áreas com acessos fáceis e directos a eixos rodoviários principais.

Os **Quartéis dos Bombeiros** destinam-se a congregar serviços de âmbito operacional e associativo, com o objectivo de apoiar as Corporações de Bombeiros na sua missão de socorro, nomeadamente no combate ao fogo, no transporte de feridos, etc.

As Corporações de Bombeiros inserem-se no Associativismo Voluntário e só nos aglomerados com uma população superior a 100000 habitantes é que legalmente é exigido um Corpo de Bombeiros Profissionais.

A sua localização deverá ser em terrenos escolhidos em relação aos aglomerados, por forma a permitir uma rápida movimentação das viaturas.

Em Riba de Ave está previsto a construção de um novo quartel.

A Protecção Civil possui 3 torres de vigia.

Equipamentos de Protecção Civil e Segurança Pública

Quartel de Bombeiros

	Freguesia	Protecção Social / Segurança Pública	Nº de Agentes
2.1	Antas	Quartel dos Bombeiros Voluntários de Famalicão	141
34.1	Riba d' Ave	Quartel dos Bombeiros Voluntários	81
48.1	Vila Nova de Famalicão	Quartel dos Bombeiros Voluntários Famalicenses	163

PSP – Polícia de Segurança Pública

	Freguesia	Protecção Social / Segurança Pública	Nº de Agentes
48.1	Vila Nova de Famalicão	Esquadra da Polícia de Segurança Pública	65

GNR – Guarda Nacional Republicana

	Freguesia	Protecção Social / Segurança Pública	Nº de Agentes
19.1	Joane	Posto da Guarda Nacional Republicana	19
34.1	Riba d' Ave	Posto da Guarda Nacional Republicana	24
48.1	Vila Nova de Famalicão	Posto da Guarda Nacional Republicana	45

Polícia Municipal

	Freguesia	Protecção Social / Segurança Pública	Nº de Agentes
48.1	Vila Nova de Famalicão	Polícia Municipal	20

7 Outros Equipamentos: Cultura e Ciência / Administrativos

No âmbito dos equipamentos culturais são notórias as carências ao nível da cobertura no que respeita à Bibliotecas.

No concelho de Vila Nova de Famalicão temos a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco situada no Parque de Sinções, com uma área aproximadamente de 3000m².

- Pólo de Jesufrei – Biblioteca Padre Manuel Rêgo que funciona numa sala da Casa Paroquial;
- Pólo de Joane – Biblioteca Bernardino Machado funciona no Centro Cultural do Teatro Construção;
- Pólo de Pousada de Saramagos que funciona na Junta de Freguesia de Pousada de Saramagos;
- Pólo de Lousado que funciona no Centro de Serviços de Lousado;
- Pólo de Riba d’Ave – Biblioteca Narciso Ferreira que funciona numa escola centenária;
- Pólo de Ribeirão ;
- Pólo de Arnoso Sta Eulália que funciona na (carrinha da ex-bibliomóvel) Junta de Freguesia de Arnoso Sta Eulália.

Temos o Bibliomóvel que serve as freguesias do perímetro urbano da cidade, nomeadamente: Calendário, Gavião, Brufe e Antas.

Concluí-se que o Concelho necessita de Bibliotecas como a Municipal em diversas freguesias, principalmente naquelas em que possua na rede escolar, o Ensino Secundário.

Vila Nova de Famalicão, oferece numerosas manifestações culturais distribuídas ao longo do ano por todo o concelho destacando-se: Festivais de Folclore, Teatro, Música, Feira de Artesanato, e várias programações Culturais dinamizadas pela Casa da Cultura, Biblioteca Municipal, Casa das Artes, Fundação Cupertino de Miranda e pelas dezenas de Associações Recreativas existentes no Concelho.

Possui uma rica e variada tradição cultural , como os castros nos cimos dos montes, as pontes que abraçam as margens dos rios, as igrejas, a nobreza das casa solarengas, a rica gastronomia, o Mosteiro de Landim, a Casa Museu de Camilo em Seide São Miguel, património do município, onde viveu e escreveu um dos maiores vultos da literatura portuguesa: Camilo Castelo Branco.

Portanto o Município deverá sempre apoiar as diversas tradições e iniciativas culturais, disponibilizando quer espaços adaptados (edificados ou não) para suportes de actividades culturais (jogos tradicionais, campos de feira, coretos, lugares de festa, etc.), quer espaços com edificação própria, para bibliotecas, associações de cultura e recreio, centros culturais, filarmónicas, etc., sempre com a finalidade do desenvolvimento das qualidades cívicas de comunidade.

No que se refere aos equipamentos administrativos verifica-se que em todas as freguesias possuem Junta de Freguesia e um cemitério. A freguesia de Outiz possui 2 cemitérios.

Os cemitérios deverão possuir, sempre uma área destinada a sua futura ampliação e sempre que possível um novo enquadramento paisagístico, que retire o cunho deprimente que se associa a este tipo de equipamento.

Grandes infra-estruturas como o CITEVE, Matadouro Central de Entre o Douro e Minho e a Universidade apoiam os sectores fundamentais da indústria.

Globalmente, o concelho encontra-se bem equipado nos domínios de: Redes Públicas, Comércio, Correios e é bem servido quanto a Transportes e Comunicações.

Equipamentos de Cultura e Ciência

	Freguesia	Cultura
2.1	Antas	- Citeve
4.1 4.2	Bairro	-Fundação Castro Alves (com auditório) -Museu de Cerâmica / Centro de Arte e Cultura Popular
6.1	Brufe	-Auditório (da Igreja)
7.1	Cabeçudos	-Sala de Espectáculos (com palco , descoberta)
8.1 8.2 8.3 8.4 8.5	Calendário	-Ludoteca -Museu da Ind. Textil do Vale do Ave -Centro Cultural de S. Miguel O Anjo (sala de espectáculos com palco -Sala de Espectáculos (com palco – Salão Paroquial) -Biblioteca na EB1 n°15
9.1	Carreira	-Biblioteca na EB1 Outeiro
14.1	Esmeriz	-Sala de Espectáculos (no Centro Paroquial)
15.1 15.2	Fradelos	-Casa da Cultura -Biblioteca na EB1 Souto
18.1	Jesufrei	-Biblioteca /Centro Juvenil(Casa Paroquial de Jesufrei)
19.1 19.2 19.3 19.4 19.5 19.6 19.7	Joane	-Repórter Local -Auditório -Teatro -Cinema -Biblioteca Municipal Bernardino Machado (Centro Cultural Teatro Construção) -Sala de Espectáculos (com palco) -Biblioteca na EB1n° 2 Montelhão
20.1 20.2	Lagoa	-Salão Nobre (sem palco), na Junta de Freguesia -Salão Paroquial (com palco)
21.1	Landim	-Sala de Espectáculos (com palco)
22.1	Lemenhe	-Moinhos
23.1 23.2 23.3	Louro	-Auditório -Casa do Povo -Fundação Cupertino de Miranda
24.1 24.2 24.3	Lousado	-Casa do Povo -Museu Ferroviário -Biblioteca de Lousado
25.1 25.2 25.3	Mogege	-Auditório (Salão Paroquial) -Auditório (Junta de Freguesia) -Biblioteca na EB1 n°1 Boca do Monte
27.1 27.2	Nine	-Biblioteca (Centro Social) -Casa do Povo (Junta de Freguesia)
29.1 29.2	Outiz	-Sala de Espectáculos(com palco) -Cinema
30.1 30.2 30.3	Pedome	-Salão Paroquial (tem palco) -Quinta Pedagógica -Quinta Ecológica
32.1	Pousada de Saramagos	-Biblioteca de Pousada de Saramagos
33.1 33.2	Requião	-Sala de Espectáculos ,salão polivalente -Ludoteca
34.1 34.2 34.3 34.4	Riba d' Ave	-Fundação Narciso Ferreira -Cine Teatro Narciso Ferreira -Auditório no Externato Delfim Ferreira -Biblioteca Narciso Ferreira
35.1 35.2	Ribeirão	-Casa do Povo -Biblioteca na EB1 n°2
36.1	Ruivães	-Casa do Povo

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

37.1	Arnosos Sta Eulália	-Centro Cultural / ou Recreativo/ Casa doPovo
37.2		-Auditório
37.3		-Biblioteca
38.1	Arnosos Sta Maria	-Auditório
42.1	Oliveira São Mateus	-Auditório- Centro Social
41.1	Vale São Martinho	-Auditório (Junta de Freguesia)
47.1	Vermoim	Biblioteca na EB1 n° 2 Estalagem
43.1	Ceide S. Miguel	-Casa Museu de Camilo
43.2		-Auditório / Ludoteca
48.1	Vila Nova de Famalicão	-Fundação Cupertino de Miranda
48.2		-Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco
48.3		-Auditório/ Casa das Artes
48.4		-Museu Municipal / Palacete Barão de Trovisqueira
48.5		-Museu de Arte Sacra
48.6		- Casa da Cultura
48.7		-Cinema New Lineo
48.8		-Casa Museu Soledade Malvar
48.9		-Biblioteca na EB1 N°2
48.10		- Posto de Turismo
48.11		- Casa da Musica

Equipamento Rural e Urbano

Instalações dos Serviços Públicos
Cemitérios, Mercados, e Feiras

	Freguesia	Administrativos / Serviços Públicos
1.1	Abade de Vermoim	-Junta de Freguesia
1.2		-Cemitério
2.1	Antas	-Junta de Freguesia
2.2		-Cemitério
2.3		-Mercado Municipal
2.4		-Feira
3.1	Avidos	-Junta de Freguesia
3.2		-Cemitério
4.1	Bairro	-Cemitério
4.2		-Junta de Freguesia
4.3		-Correios
5.1	Bente	-Cemitério
5.2		-Junta de Freguesia
6.1	Brufe	-Junta de Freguesia
6.2		-Cemitério
7.1	Cabeçudos	-Cemitério
7.2		-Junta de Freguesia
8.1	Calendário	-Cemitério
8.2		-Junta de Freguesia
8.3		-2ª Repartição de Finanças
8.4		-Câmara Municipal - DOM
9.1	Carreira	-Cemitério
9.2		-Junta de Freguesia
10.1	Castelões	-Cemitério
10.2		-Junta de Freguesia
11.1	Cavalões	-Cemitério
11.2		-Junta de Freguesia
12.1	Cruz	-Cemitério
12.2		-Junta de Freguesia
13.1	Delães	-Junta de Freguesia nova
13.2		-Cemitério
13.3		-Estação do Correio
14.1	Esmeriz	-Cemitério
14.2		-Junta de Freguesia
15.1	Fradelos	-Cemitério
15.2		-Estação de Correios
15.3		- Junta de Freguesia
16.1	Gavião	-Cemitério
16.2		-Junta de Freguesia
17.1	Gondifelos	-Cemitério
17.2		-Junta de Freguesia
18.1	Jesufrei	-Cemitério
18.2		-Junta de Freguesia
19.1	Joane	-Cemitério
19.2		-Estação do correio / Junta de Freguesia
19.3		-Feira
19.4		-Central Telecom
20.1	Lagoa	-Cemitério
20.2		-Junta de Freguesia
21.1	Landim	-Junta de Freguesia
21.2		-Cemitério
21.3		-Central da Telecom
22.1	Lemenhe	-Cemitério
22.2		-Junta de Freguesia

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

23.1	Louro	-Junta de Freguesia
23.2		-Mini –mercado
23.3		-Cemitério
24.1	Lousado	-Estação dos Correios
24.2		-Junta de Freguesia
24.3		-Cemitério
24.4		-Matadouro de Entre –Douro e Minho
25.1	Mogege	-Cemitério
25.2		-Junta de Freguesia
26.1	Mouquim	-Cemitério
26.2		-Junta de Freguesia
27.1	Nine	-Cemitério
27.2		-Junta de Freguesia – Casa do Povo
27.3		-Estação do Correio
28.1	Novais	-Junta de Freguesia
28.2		-Cemitério
29.1	Outiz	-Cemitério (2)
29.2		-Junta de Freguesia
30.1	Pedome	-Cemitério
30.2		-Loja do Cidadão
30.3		-Junta de Freguesia, ATL
31.1	Portela	-Junta de Freguesia
31.2		-Cemitério
32.1	Pousada de Saramagos	-Junta de Freguesia
32.2		-Cemitério
32.3		-Estação dos Correios
32.4		-Telecom
33.1	Requião	-Cemitério
33.2		-EDP
33.3		-Junta de Freguesia / Ludoteca
34.1	Riba d' Ave	-Cemitério
34.2		-Estação dos Correios
34.3		-Mercado
34.4		-Junta de Freguesia
35.1	Ribeirão	-Cemitério
35.2		-Junta de Freguesia
35.3		-Estação dos correios
36.1	Ruivães	-Cemitério
36.2		-Junta de Freguesia
37.1	Arnosos Sta Eulália	-Junta de Freguesia, Biblioteca , Creche da Engenho
37.2		-Cemitério
38.1	Arnosos Sta Maria	-Cemitério
38.2		-Junta de Freguesia
39.1	Oliveira Sta Maria	-Cemitério
39.2		-Junta de Freguesia
40.1	Vale de São Cosme	-Junta de Freguesia
40.2		-Cemitério
41.1	Vale de São Martinho	-Cemitério
41.2		-Junta de Freguesia
42.1	Oliveira São Mateus	-Cemitério
42.2		-Junta de Freguesia
42.3		-Feira
43.1	Seide São Miguel	-Cemitério
43.2		-Junta de Freguesia
44.1	Seide São Paio	-Cemitério
44.2		-Junta de Freguesia
45.1	Sezures	-Cemitério
45.2		-Junta de Freguesia
46.1	Telhado	-Cemitério
46.2		-Junta de Freguesia
47.1	Vermoim	-Cemitério
47.2		-Junta de Freguesia

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

48.1	Vila Nova de Famalicão	-Câmara Municipal
48.2		-Tribunal Civil
48.3		-Estação do Correio
48.4		-Tribunal
48.5		-Junta de Freguesia
48.6		-Casa da Cultura
48.7		-Finanças 1ª Repartição
48.8		-Instituto do Emprego e Formação Profissional
48.9		-Posto de Turismo
49.1	Vilarinho das Cambas	-Cemitério
49.2		-Junta de Freguesia

Caracterização e diagnóstico

VIII. VALORES PATRIMONIAIS



REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO
Dez 2004 CMVNF

DU/DPU - Divisão de Planeamento Urbanístico
GIPP - Gestão Integrada de Projectos e Planeamento
RECURSO - Estudos e Projectos de Ambiente e Planeamento, Lda

ÍNDICE

VIII- VALORES PATRIMONIAIS

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1- Introdução

1.1- Caracterização do Estado de Conservação dos Valores Patrimoniais

- Degradação e Descaracterização
- Tipologia de Degradação Patrimonial no Espaço Urbano e Rural

1.2- Critérios Base de análise do novo Inventário Patrimonial

Critérios Gerais

- Critério Histórico-Cultural
- Critério Estético-Social
- Critério Técnico-Científico

Critérios Complementares

- Critério Integridade
- Critério da Autenticidade
- Critério da Exemplaridade

1.3- Estratégias para o Património Edificado Municipal

1.3.1- Reabilitação, Recuperação e Reutilização

1.4- Potencialidades do Património Municipal

1.4.1- Caracterização do Património Municipal

2- Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação

2.1.1- Monumentos Nacionais

2.1.2- Imóveis de Interesse Público

2.1.3- Imóveis de Valor Municipal

2.1.4- Imóveis em Vias de Classificação

2.2- Património Arqueológico

2.2.1- Carta Arqueológica

3- Património Industrial Municipal

3.1- Rota do Património Industrial do Vale do Ave

3.1.1- Pólos da Rota do Património Industrial do Vale do Ave no nosso município

3.1.1.1- Percursos e Pontos de Paisagem referenciais

4- Património Rural

4.1- Valorização e Aproveitamento das Construções Rurais Tradicionais como elementos identitários do Meio Rural

5- Património Urbano

6- Património Natural

6.1- Acções e Medidas de Protecção ambiental no Município

6.1.1- Acções da gestão directa e intervenção em habitats e espécies

6.1.1.1- Acções de apoio à Visitação

7- Património Ferroviário

7.1- A conversão de uma linha de caminho de ferro abandonada em Ciclovía

8- Património Religioso

9- Rotas e Percursos Pedestres Municipais e Intermunicipais

9.1- Rede de Percursos

9.1.1- Percursos da Natureza

CAPÍTULO II- REVISÃO DA CARTA DO PATRIMÓNIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

10- Metodologia

10.1- Desenvolvimento do Projecto

10.1.1- Definição de Objectivos

10.1.2- Consulta, Recolha, Tratamento de Informação

10.1.3- Contactos com as Entidades e os Actores Intervenientes

10.1.4- Recolha e Tratamento de Informação em Bases de Dados Access

10.1.5- Tratamento de Informação, Geo-Referenciação dos Elementos

10.1.6- Recolha e Tratamento de Informação, Fichas dos Imóveis Patrimoniais

10.1.7- Trabalho de Campo (Reavaliação do anterior inventário, Aperfeiçoamento e Introdução dos novos imóveis e Levantamento fotográfico)

10.1.8- Elaboração de Mapas Temáticos com Visão Municipal e de Freguesia do Património

10.1.9- Tratamento Contínuo e Aperfeiçoamento das Fichas Descritivas e das Bases de Dados com o novo Inventário

10.2- Considerações Finais do Inventário e Papel do SIG (Sistema de Informação Geográfica)

11- Considerações Finais

12- Anexos

VIII - VALORES PATRIMONIAIS

I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1- INTRODUÇÃO

Este documento estabelece as grandes opções para uma adequada organização e valorização do património municipal, visando o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do território, tendo em conta a identidade própria das suas diversas parcelas locais e as sua inserção na sub-região, Vale do Ave.

Este documento além de uma caracterização do património municipal, sintetiza as potencialidades e constrangimentos e define uma ambição a 10 anos: a criação de um espaço municipal sustentável e bem ordenado, tendo como base o património municipal, potenciando um território municipal mais competitivo e integrado, permitindo um desenvolvimento e um bem-estar das populações locais com uma valorização do sentido da cidadania.

Este documento estrutura-se e personifica-se em seis objectivos estratégicos:

- I. Conservar e Valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos endógenos do município e prevenir e minimizar os riscos que afectam actualmente o património municipal.
- II. Limitar, aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade, os recursos naturais e patrimoniais.
- III. Definir e executar uma estratégia municipal de protecção ao património edificado e aos recursos naturais.
- IV. Promover o ordenamento e a gestão sustentável dos espaços florestais (matas, bosques) e da rede hidrográfica municipal (rios, ribeiros e regatos), tendo em conta a valorização do património natural e edificado presentes.
- V. Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural.
- VI. Incentivar e Promover o Conhecimento.

1.1- CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS VALORES PATRIMONIAIS:

I. Degradação e Descaracterização:

.Reverter a degradação e abandono do património: desafios para uma estratégia municipal de qualificação do património e dos seus espaços.

.Reflexão sobre as condições de intervenção nos espaços urbanos e rurais com presença de recursos patrimoniais desvalorizados ou “degradados”, devendo basear-se nos contributos referenciais oriundos da prática de políticas europeias de regeneração patrimonial nos espaços urbanos e rurais..

II. Tipologia de degradação patrimonial no espaço urbano e rural:

Áreas:

A)

Áreas Centrais

Processo Tipo Dominante: Degradação associada a dinâmicas económicas ex.: fuga do centro urbano antigo.

Áreas Históricas Especiais

Processo Tipo Dominante: Degradação associada a condições de habitabilidade.

B)

Margens de Rios, Ribeiros e Regatos

Áreas industriais e de armazenamento em declínio

Áreas periféricas dos centros urbanos principais

Áreas de abandono das práticas rurais

Processo Tipo Dominante: Degradação associada a condições de dotação e estruturação física do território.

C)

Bairros Operários, industriais e sociais

Processo Tipo Dominante: Degradação associada a transformações sociais.

Nesta perspectiva, o modelo tipologia proposto anteriormente estrutura-se em torno de um conjunto de domínios que sobressaem como grandes causas do fenómeno de degradação do património natural e histórico, os quais dão origem a 4 tipos de degradação patrimonial associados a :

- a) Dinâmicas económicas: Investimento, tipos dominantes de unidades empresariais, dinâmicas de ancoragem territorial das empresas.
- b) Condições de habitabilidade: dinâmicas construtivas, regime de propriedade e ocupação.
- c) Condições de dotação e estruturação física do território: (infra-estruturação), vias de comunicação e equipamentos, condições de eficácia de instrumentos de planeamento territorial.
- d) Transformações sociais: Evolução da estrutura etária, novo perfil sócio-profissional, modelos de consumo, redes de convivialidade, dinâmicas de organização da sociedade civil.

Diagnóstico:

Tendo em conta o diagnóstico acima identificado importa desenvolver condições que permitam articular programas diferenciados de apoio à regeneração urbana e rural, tendo como base a também reabilitação do património, designadamente através do apoio á preparação de candidaturas transversais (Território/Património/Ambiente) e a modelos de gestão integrada, tendo como base os programas associados ao IV QCA (Quadro Comunitário de Apoio).

1.2- CRITÉRIOS BASE DE ANÁLISE DO NOVO INVENTÁRIO PATRIMONIAL¹

Foram utilizados como critérios de estudo e análise neste novo inventário:

CRITÉRIOS GERAIS:

I. Critério Histórico-Cultural

- .Possuam um importante significado histórico;
- .Detenham uma especial simbologia para o País e para o Município, e/ou para as respectivas populações;
- .Constituam a memória da fixação humana, das suas actividades artísticas, económicas, habitacionais, etc...., num espaço e num período considerado;
- .Sejam a expressão, de reconhecido mérito, de um movimento, de uma tendência ou de uma corrente arquitectónica, arquitectónico-urbanística ou arquitectónico-paisagística, com relevo municipal, regional, nacional e internacional;
- .Tenham exercido uma influência considerável em determinado período ou região, independentemente de se inscreverem no passado recente, no tempo médio ou no tempo longo.

II. Critério Estético-Social

- .Se destaquem pelas suas qualidades estéticas;
- .Se destaquem pela sua relação com o meio envolvente;
- .Ilustrem um estágio social evolutivo da intervenção humana, sem prejuízo desse meio;
- .Sejam representativos da coexistência ou sobreposição de diferentes crenças ou tradições naquele espaço, ao longo de diferentes tempos.

¹ Critérios de Classificação de Bens Imóveis, Informar para Proteger_ Ministério da Cultura, IPPAR_ Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, actual IGESPAR.

III. Critério Técnico-Científico

.Se destaquem pelas concepções arquitectónicas e urbanísticas, individual ou conjuntamente consideradas;

.Se destaquem pelas técnicas e materiais construtivos, independentemente de se tratar de monumentos ou conjuntos eruditos ou populares e destes se encontrarem em áreas urbanas ou zonas rurais;

.Sendo Edifícios ou espaços que embora não possuindo estruturalmente, importante qualificação, foram palco ou cenário de actividades técnico-científicas marcantes ou de reconhecida importância.

CRITÉRIOS COMPLEMENTARES:

I. Critério da Integridade:

.Tenham assumido, sem prejuízo fundamental, exigências evolutivas determinadas pelos próprios materiais, técnicas e funções, ou pelo sentido do lugar;

.Sejam representativos de uma área físico-cultural em que, apesar de uma natural evolução, esta se tenha processado de forma coerente, em relação ao próprio meio natural, às forças económicas, sociais e culturais desse meio.

II. Critério da Autenticidade:

.Tenham mantido, ao longo do tempo, valores originais, ou cujos restauros, campanhas de conservação ou de eventual conclusão, tenham correspondido a documentação detalhada, e não tenham escamoteado ou não se tenham sobreposto à edificação, função ou enquadramento originários.

.Se tenham conservado como testemunho civilizacional, em conjuntos, embora actualmente desabitados.

III. Critério da Exemplaridade:

.Sejam exemplares arquitectónicos, arquitectónico-paisagísticos ou urbanísticos, raros, únicos ou excepcionais, no seu contexto espaço-temporal, independentemente do tempo próximo, do tempo médio ou do tempo longo.

Considerou-se, prioritário na nova Carta do Património Municipal os seguintes itens:

.Completar e actualizar os inventários do património do PDM anterior, nomeadamente com informação que auxilie a gestão desses imóveis;

.Dedicar especial atenção à protecção do património arqueológico, através de medidas que permitam melhorar o seu estudo e protecção;

.Contrariar a permanente separação existente entre património natural e cultural, incluindo no inventário e nas políticas de património os espaços verdes e os elementos naturais de interesse;

*Pretende-se ainda a **valorização do espaço rural**, assente na produção das condições propícias à fixação da população, na preservação e recuperação do património natural e cultural e na defesa da biodiversidade:*

.Apoio á regeneração de uma nova unidade de espaço territorial e de ordenamento as "Quintas ", com características arquitectónicas de grande valor, localizadas em áreas de forte tipicidade e qualidade ambiental/paisagística;

.Articular de forma equilibrada o processo de desenvolvimento com os sistemas, ecológicos, sócio-económicos e culturais da região;

.Orientar e possibilitar à população local uma fonte de rendimentos suplementares, que amortecça as crises que afectam o sistema agrícola e conseqüentemente toda a sociedade rural;

.Promover a região através do aumento da coesão social e relações com outras populações e culturas e apostar essencialmente na qualidade face à quantidade;

.Apoiar medidas que visem um planeamento equilibrado de todo o território, dotando as regiões menos favorecidas de equipamentos e infra-estruturas, que beneficiarão as populações locais e possíveis visitantes/turistas;

.Criar um sistema municipal de informação (acessível também pela internet) sobre os imóveis classificados, em vias de classificação e inventariados como de interesse municipal, de modo a que os proprietários e moradores, actuais e futuros, possam conhecer as normas de actuação, os benefícios, e as restrições a que estão sujeitos.

.Criação de sites de divulgação, a produção de bases de dados com consulta simplificada para divulgação on line, a corporalização de CD-Roms para distribuição/comercialização ou a organização e implantação de roteiros patrimoniais.

.Criar as condições para a existência de mecanismos financeiros de apoio aos proprietários e moradores de imóveis classificados, em vias de classificação, e inventariados como de interesse.

Que este trabalho seja um instrumento de gestão que ajude no desenvolvimento progressivo sobretudo das áreas rurais, na salvaguarda e recuperação de um património cultural único; constituído fundamentalmente por um espólio arquitectónico e mobiliário que é urgente preservar.

.O património arquitectónico é sobretudo um testemunho da presença da história e de sua importância em nossa vida constituindo um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desenvolvimento do homem.

.É uma parte essencial da memória de todos nós, e se não for possível transmiti-la às gerações futuras na sua riqueza autêntica e em sua diversidade, a história da humanidade fica incompleta na sua continuidade

.Cada geração dá uma interpretação diferente ao passado e dele extrai novas ideias. Qualquer diminuição desse capital é, portanto, mais um empobrecimento cuja perda em valores acumulados não pode ser compensada, mesmo por criações de alta qualidade.

.O património arquitectónico tem sem dúvida um valor educativo determinante.

Ele oferece um conteúdo privilegiado de explicações e comparações sobre o sentido das formas e um manancial de exemplos de suas utilizações. Ora, a imagem e o contacto directo adquirem novamente uma importância decisiva na formação dos homens. Importa, portanto, conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experimentações.

1.3- ESTRATÉGIAS PARA O PATRIMÓNIO EDIFICADO MUNICIPAL

1.3.1- Reabilitação, Recuperação e Reutilização

.O Município de Vila Nova de Famalicão deve ter um papel fundamental na preservação da identidade através da requalificação de diferentes elementos públicos e privados que constituem o património e caracterizam a paisagem urbana e rural.

.A sensibilidade para a riqueza patrimonial possibilita, para além de magníficos resultados ao nível da requalificação urbanística, despertar nas populações urbanas e rurais a vontade de recuperar e requalificar a originalidade das fachadas, sobretudo de casas tradicionais que foram sendo objecto de diversas intervenções, alterando por completo a sua arquitectura inicial.

.Neste contexto, e tendo em conta a atenção dada a esta área, verificou-se ainda a devida preocupação ao nível dos edifícios colectivos, nomeadamente os de cariz religioso.

.A requalificação do património edificado local tem contribuído de forma significativa para o embelezamento arquitectónico das ruas e localidades.

.Posteriormente, deve-se sempre *elaborar roteiros* que constituem um interessante elemento de divulgação turística local e regional.

As intervenções realizadas no âmbito do LEADER e outros programas desta natureza são fundamentais para a recuperação do património rural edificado, tendo como principal desafio uma permanente valorização da paisagem rural.

A verdadeira inovação e capacidade de resistência ao processo de globalização provêm mais provavelmente da procura consciente de um novo carácter, que integre a herança do passado com a procura de várias funções no presente e as expectativas em relação ao futuro. Neste processo de redefinição da funcionalidade e padrão de cada paisagem, todos os actores e utilizadores, sobretudo localmente, devem ser envolvidos, de forma a desenvolver um processo que tome de facto em consideração várias alternativas e que chegue a soluções as mais integradoras possíveis.

1.4- POTENCIALIDADES DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL

1.4.1- CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL

O passado de Famalicão pode ser vista sob duas ópticas: a terra foi, por um lado, uma via de penetração na fronteira de Trás-os-Montes, através dos cursos do Ave e Cávado, e por outro lado, serviu de porta aberta para as populações do interior do país que buscavam os portos nortenhos do Atlântico.

Este território foi sempre um ponto vital para as gentes de Entre Douro e Minho, sendo um local de passagem de nobres e cavaleiros, de religiosos e peregrinos (para Braga e Santiago de Compostela) que tornavam a povoação mais conhecida e fizeram dessa passagem um local obrigatório para as suas movimentações.²

“Estamos, assim, perante uma terra que constitui um traço de união multissecular entre o interior e o litoral da província de Entre Douro e Minho”

Veríssimo Serrão, 1997

Como testemunho existem no concelho vários mosteiros de várias obediências, que se distribuem um pouco por todo lado, tais como o *mosteiro de Landim, Oliveira de Santa Maria, Arnoso de Santa Eulália, Requião, Lemenhe, Antas*.

A partir de meados do século XIX, após refundação do concelho, e da abertura da estrada Porto-Braga, em 1851, e do caminho-de-ferro (1875), Famalicão entra numa fase de grande progresso. *Constroem-se edifícios públicos, como o Hospital da Misericórdia e os Paços do Concelho e erguem-se na Rua Formosa “edifícios particulares luxuosos” com capitais vindos do Brasil, de que é exemplo paradigmático o Palacete Barão Trovisqueira.*

Neste período começam também a instalar-se na vila, e no concelho, fábricas e oficinas que lentamente transformam a fisionomia da terra, fazendo dela o centro de uma grande área comercial e industrial. São os casos da *Tipografia Minerva (1886), das fábricas têxteis em Riba d’Ave*, a primeira das quais, em 1890, pertença do Barão da Trovisqueira.

O Património de Vila Nova de Famalicão é rico, diversificado e bastante desconhecido, é sobretudo rural e do domínio privado, podendo-se encontrá-lo nas inúmeras casas antigas,

² Presença no nosso município de vários troços lajeados de antigas estradas medievais e romanas (Via Romana XVI) e ainda do conhecido Caminho a Santiago de Compostela.

que remontam os alicerces da nacionalidade, por vezes senhoriais e com capela, e que foram pertença da velha nobreza rural, muitas delas com arquitectura tradicional e traça rústica.

Muitas inseridas em explorações agrícolas activas e assegurando produções de qualidade, com carácter ou não de quinta (frutas, vinhos, enchidos, queijos, etc.), explorações que conservam anexos tradicionais, mesmo quando já não são funcionais: adegas, alambiques, lagares, espigueiros, fornos, pombais... Algumas criam cavalos, mantêm picadeiros e *charretes*, outras rodeiam-se de uma envolvente deslumbrante entre campos de cultivo e ribeiros que as circundam.

Tendo como suporte essencial a fertilidade da terra e a fecundidade das gentes **“neste paraíso da abundância e da variedade”**, citando **José Mattoso, 2000**, o Vale do Ave, desde os tempos da cultura castreja, passando pela ocupação romana e pelos reinos suevo e visigótico, desempenhou um papel de relevo, em termos económicos e culturais.

A nível religioso e cultural é importante lembrar que nesta região se concentraram quase todas as observâncias monásticas, dando origem não só a extensas propriedades agrícolas, mas também a várias obras-primas da arquitectura religiosa, do românico ao barroco.

Com o início da expansão portuguesa, no século XVI, começou também a secular tradição migratória nesta região para África, América e Brasil. Numa tentativa de diminuir a enorme pressão populacional, esta corrente migratória viria a ganhar relevância singular, ao longo do século XIX, com a emigração para o Brasil. A figura do “brasileiro” em todo o Vale do Ave marcou uma época no desenvolvimento das localidades de retorno.

Das mais comuns manifestações de benemerência, aos mais arrojados projectos industriais (como por exemplo os do Barão Trovisqueira) uma decidida intervenção política, com insuspeita influência na propaganda republicana (como o caso do Senador Joaquim José de Sousa Fernandes) os brasileiros marcaram a época de transição para o século XX.

Como se referiu, uma das áreas de influência dos brasileiros, foram os investimentos industriais, que trazendo novos capitais integraram-se numa conjuntura que, desde meados do século XIX, se tornou a imagem de marca do Vale do Ave, ou seja, a indústria têxtil.

Indústria herdeira de antigas tradições de trabalho artesanal, que desde sempre existiu no Vale do Ave, a indústria têxtil permitiu uma maior fixação das gentes na sua terra, evitando o fenómeno da emigração (pelo menos até 1960) e reduzindo o excesso de mão-de-obra nos campos.

Nesta área encontram-se exceções constituídas por núcleos rurais bem definidos, mantendo as características de uma agricultura diversificada, onde se encontram marcando os limites das propriedades, as ramadas do vinho verde.

Como núcleos rurais de grande importância podem referir-se, entre outros, os aglomerados de Ceide, Louro, Jesufrei e Requião no concelho de Vila Nova de Famalicão.

A norte deste município espraia-se o fértil vale do rio Este, zona de importante valor paisagístico.

No seu limite Sul encontram-se importantes manchas florestais, compostas por povoamentos maioritariamente de eucaliptos.

*Acresce ainda a existência de um importantíssimo património religioso edificado no espaço rural, como **igrejas, santuários, capelas, alminhas, cruzeiros e calvários**; e um património agrícola, como **casas de lavoura tradicionais, solares, espigueiros ou canastros, eiras, cortes de gado, estradas rurais empedradas (muitas delas romanas), pontes, moinhos de água e açudes**.*

Em Vila Nova de Famalicão encontram-se grandes **casas senhoriais e solares**, remontando muito frequentemente aos séculos XVI a XVIII, património de velhas famílias, que foram reconstruídos segundo a traça dessas épocas, inclusive os respectivos portais de pedra, capelas e torres, e onde se procurou manter recheios de mobiliário e decoração condizentes. *A sua localização pode ser urbana ou rural, embora predomine claramente a rural.*

2- IMÓVEIS CLASSIFICADOS OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO:

2.1.1. Monumentos Nacionais

2.1.2. Imóveis de Interesse Público

2.1.3. Imóveis de Valor Municipal

2.1.4. Imóveis em Vias de Classificação

2.1.1- Monumentos Nacionais

.Igreja do Mosteiro de Arnoso Santa Eulália (Decreto n.º 28536/38, de 22 de Março e Zona Especial de Protecção criada pela Portaria n.º 89/71, de 16 de Abril).

.Ponte da Lagoncinha (Decreto n.º 32973/43, de 18 de Agosto e Zona Especial de Protecção criada pela Portaria n.º 31/61, de 6 de Fevereiro).

.Ponte de Serves (Decreto n.º 28536/38, de 22 de Março).

.Marco Miliário da Via romana Braga_Porto no Lugar de Santa Catarina e lugar da Igreja, freguesia de Cabeçudos (Decreto de 23 de Junho de 1910).

2.1.2- Imóveis de Interesse Público

.Igreja de S.Tiago de Antas (Decreto n.º 42007/58, de 6 de Dezembro).

.Casa do Vinhal, incluindo a capela e os jardins (Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro).

.Casa de Camilo Castelo Branco (Decreto n.º 95/78, de 12 de Setembro).

.Castro do Monte das Ermidas (Decreto n.º 29/90, de 17 de Julho).

.Castro de S. Miguel-o-Anjo (Decreto n.º 29/90, de 17 de Julho).

.Mosteiro de Landim, incluindo a igreja, casa do mosteiro e todo o terreno abrangido pela cerca, com acesso pela Avenida do Mosteiro (Decreto n.º 2/96, de 6 de Março).

2.1.3- Imóveis de Valor Municipal

.Casa de Vila Boa (Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro).

.Ruínas da Capela de Cavalões, antiga Capela das Almas (Decreto n.º 95/78, de 12 de Setembro).

2.1.4- Imóveis em Vias de Classificação

.Castro das Eiras, incluindo balneário/Termas, Despacho de abertura de 27 de Março de 2001.

.Casa, Quinta e Mata de Pindela, Despacho de abertura de 15 de Abril de 1993.

.**Estação Arqueológica de São João de Perrelos**, Despacho de abertura de 26 de Setembro de 2000.

.**Conjunto formado pela Casa de Santiago e Aqueduto, no lugar de Santiago**, Despacho de abertura de 14 de Julho de 2003.

.**Ponte de Coura**, Despacho de abertura de 17 de Março de 2006.

.**Ponte de São Veríssimo**, Despacho de abertura a 17 de Março de 2006.

.**Cruzeiro do lugar da Quinta**, Despacho de abertura a 30 de Março de 2006.

Mas, o património existente não se fica pelo que se encontra classificado ou em vias de classificação, encontrando-se uma série de outros valores arquitectónicos de enorme importância espalhados pelo concelho que também aguardam classificação: alminhas, casas, quintas e solares, passando pelas pontes, azenhas, cruzeiros e capelas.

Todo este património é seguramente uma grande valia para o município, que deverá encontrar formas de valorizá-lo e conservá-lo, enquadrando-o sempre que possível em itinerários turísticos para o reconhecimento de quem o visita.

2.2- PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

2.2.1- Carta Arqueológica

A Carta Arqueológica, tal como outros instrumentos da mesma natureza, ao nível municipal, antecipa criativamente conteúdos e métodos de sistematização exemplares e aplicáveis à figura de Plano Sectorial consagrado no Decreto-Lei 380/99, enquanto instrumento de planeamento de nível nacional. Em tal medida, constitui-se como uma componente pericial de grande importância para o planeamento territorial, enquanto contributo qualificador das opções de ordenamento, nos três níveis de responsabilidade municipal consagrados no sistema dos instrumentos de gestão territorial: o Plano Director Municipal (PDM), integrador da classificação geral de aptidão de uso dos solos em coerência com uma estratégia territorial de desenvolvimento que consagra os aspectos sociais, económicos, culturais e ambientais; Planos de Urbanização (PU), que procedem à estruturação morfológica dos sistemas urbanos, conjugada com as infra-estruturas e equipamentos colectivos e sistemas verdes de lazer e equilíbrio ambiental que lhe conferem sustentabilidade; os Planos de Pormenor (PP) que, abordando áreas circunscritas inseridas nos perímetros urbanos, desenham a área de

intervenção, com a profundidade e detalhe que mais atendam aos parâmetros de qualidade a garantir para o interesse público e, simultaneamente mais se adequem à sua funcionalidade.

A Carta Arqueológica constitui uma base imprescindível para a determinação das prioridades que informam as práticas neste domínio.

Actualmente as sociedades estão cada vez mais motivadas para preservarem os testemunhos do passado, essa atitude, consubstanciada em políticas, leis, instituições e actividades tem gerado várias iniciativas orientadas para a preservação e valorização do património, como forma de salvar os testemunhos materiais do passado.

As Tecnologias de Informação têm sido fundamentais no desenvolvimento dessa tarefa, tanto na gestão dos dados associados ao património arqueológico como garantem o suporte a trabalhos de pesquisa e de divulgação dos valores patrimoniais.

Todas as tarefas de gestão patrimonial sairão enriquecidas se forem inseridas numa política de desenvolvimento sustentável, em que os restos arqueológicos sejam encarados como uma mais-valia do presente e que esses lugares de memória tenham um sentido de contemporaneidade.

Este ponto de vista, deve presidir sempre a qualquer intervenção de requalificação e reabilitação do património edificado.

As tecnologias de Informação permitem a elaboração de cartas arqueológicas, delimitando áreas de risco para salvaguarda de sítios visíveis.

3- PATRIMÓNIO INDUSTRIAL MUNICIPAL

O potencial deste produto turístico é a própria *história da industrialização da Bacia do Ave*. O seu desenvolvimento obriga a valorização de um conjunto de "sítios", de elementos da arquitectura e tecnologias industriais e do património documental.

A possibilidade de organização de eventos de âmbito cultural ligados ao tema da industrialização e sobretudo dos têxteis na Bacia do Ave, como por exemplo exposições, conferências e outros, permitirá o desenvolvimento deste produto turístico.

Em complementaridade, estabelecem-se ligações favoráveis com o turismo de negócios e congressos e com o turismo científico.

De referir a urgência de acções de recuperação, manutenção e valorização de diversos elementos do património industrial regional, em processo de degradação/destruição.

As transformações provocadas por este surto industrial aos mais variados níveis são inegáveis, sendo disso testemunho a presença, ainda hoje, das inúmeras *chaminés na paisagem*.

3.1. ROTA DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DO VALE DO AVE

A rota do Património Industrial do Vale do Ave estrutura-se nos seus diversos pólos de forma temática, dando origem, a sub temas e a sub rotas.

Em Vila Nova de Famalicão é possível indicar diversas sub rotas de património industrial, por exemplo uma mais vocacionada para as Questões Energéticas, ex. **Mini-hídrica da Empresa Têxtil Eléctrica de Bairro**, datada de 1905, e que assegurou o 1.º fornecimento de energia eléctrica na região.



Sinalização do imóvel na Rota do Património Industrial do Vale do Ave.



Mini-Hídrica Amieiro-Galego da Empresa têxtil Eléctrica-Bairro.



Empresa Têxtil Eléctrica em 1904,Caniços, Bairro.

Outra sub rota é a Indústria Têxtil, ramo emblemático de industrialização do Ave e onde se inclui o Museu da Indústria Têxtil, ainda neste município mais precisamente em Riba d’Ave, temos o histórico edifício da “Sampaio Ferreira e C.^a”, fundada em 1896, é a mais antiga unidade industrial têxtil de Vila Nova de Famalicão.



.Empresa Sampaio Ferreira e Companhia.

No Município de Famalicão foram as freguesias de Riba de Ave, Bairro e Delães que primeiro viram nascer esta indústria. De facto, aí se situa o mais antigo pólo industrial da região, a **Empresa Têxtil Eléctrica em 1904 (Caniços, Bairro)**, a **Fiação e Tecidos Oliveira Ferreira em 1910 (Riba d’Ave)** e a **Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães em 1912**. Os seus magníficos edifícios ainda nos dias de hoje se impõem na paisagem como elemento vivo, desta parcela significativa do passado recente.



Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães. Antiga Turbina Industrial da Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães.

A fábrica do Caído em Pedome, despontou como Unidade de produção moderna nos finais da década de 80 e inícios de 90 do século XIX.



Mini-Hídrica da Fábrica de Caído_Pedome.

O **Moinho de Papel de Gondifelos**, é um exemplo de um moinho papeleiro e foi fundado nos anos 20 do século passado, pelo Padre Baltazar João Furtado, e a partir da década de 60 passa a fabricar unicamente cartão neste momento encontra-se encerrada.



Fabrica de Papel e Cartão de JAP, Penices.

Apesar do incontornável valor arquitectónico, histórico e Memorial que se revestem estes espaços, estes encontram-se em geral bastante degradados.

3.1.1- PÓLOS DA ROTA DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DO VALE DO AVE NO NOSSO MUNICIPIO

1- Sampaio, Ferreira Lda. e Conjunto Urbano de Riba d'Ave:

Paradigmática é a Urbanidade Industrial ou “Cidade Industrial” da Família Ferreira de Riba d’Ave. O conjunto é composto por diversas iniciativas do Industrial Delfim Ferreira e compreendem: Escola Primária, Cine-Teatro, Mercado, Quartel de Bombeiros, Hospital, Quartel de GNR, assim como alamedas urbanas onde se localizam as unidades fabris e a habitação dos quadros da empresa.

A Sampaio Ferreira é a 1.^a fábrica têxtil moderna e assume-se como símbolo do progresso na região, é o exemplo urbanístico mais significativo do poder da indústria na transformação e organização social da 1.^a Metade do séc. XX.



Teatro Narciso Ferreira.



Correios.



Mercado e Quartel de Bombeiros.



Avenida.

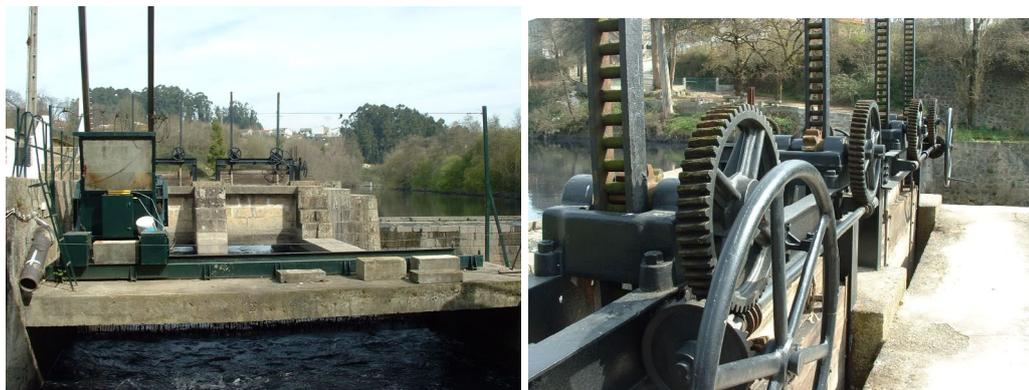


Hospital.



Escola Narciso Ferreira

2- Empresa Têxtil Eléctrica, Lda. (Mini Hídrica)



Mini-Hídrica_ Exterior



Mini-Hídrica_ Interior

3- Museu da Indústria Têxtil de Vila Nova de Famalicão³

³ O Museu desenvolve diversas actividades, tais como visitas guiadas, actividades pedagógicas, exposições, conservação e restauro de equipamentos e maquinaria de interesse arqueológico-industrial, recolha e conservação de documentação histórica, projectos de história oral, edição regular de publicações (catálogos de exposições, um boletim informativo, a revista Arqueologia Industrial, publicada desde 1987 e actualmente a única revista científica que se publica nesta área em Portugal), seminários, conferências e cursos sobre património industrial.

O Museu encontra-se instalado – ainda provisoriamente – na antiga Fábrica de Fiação e Tecelagem de Lã - Lanifícia do Outeiro, Lda -, fundada em 1920, na freguesia de S. Julião do Calendário. A antiga fábrica, agora adaptada a Museu, alberga uma Exposição Permanente, que ocupa uma área de cerca de 1.200 m². O Museu dispõe também de uma Biblioteca especializada, um Centro de Documentação, e um Centro de Arquivos Empresariais, Serviço Educativo, uma Área para Exposições Temporárias, Reservas Visitáveis, e de uma Loja para venda de publicações e outros materiais relacionados com a sua actividade.



.O Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave foi fundado em 1987 como um projecto de investigação em arqueologia industrial, com o objectivo de estudar o processo de industrialização desta região e contribuir para a preservação do seu património industrial.

3.1.1.1. PERCURSOS E PONTOS DE PAISAGEM REFERENCIAIS⁴

.Percurso pela Estrada Nacional 310 entre Caniços e Riba d'Ave.



O Museu possui na sua colecção cerca de meia centena de máquinas têxteis, representativas de várias épocas e dos diferentes processos da produção, as quais foram doadas, na sua totalidade, por várias empresas têxteis da Bacia do Ave e do País.

⁴ Planta da Rota do Património Industrial no Município de Vila Nova de Famalicão em Anexo n.º 4.



Antiga turbina da Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães.



Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães



Fábrica das Almas em Oliveira São Mateus



Empresa Sampaio Ferreira, em Riba de Ave.

4- PATRIMÓNIO RURAL ⁵

As palavras, *ambiente, cultura local e património* têm o espaço rural como denominador comum.

Condições essenciais para que o *património seja um factor para o desenvolvimento local e regional*:

.Articular de forma equilibrada o processo de desenvolvimento com os sistemas, ecológicos, sócio-económicos e culturais da região;

⁵ Álbum fotográfico do património rural do município de Vila Nova de Famalicão em Anexo n.º 3.

.Orientar e possibilitar à população local uma fonte de rendimentos suplementares, que amortee as crises que afectam o sistema agrícola e conseqüentemente toda a sociedade rural;

.Diversificar as actividades económicas, nomeadamente em termos da oferta de serviços locais, que funcionam posteriormente como dinamizadores da actividade turística;

.Apoiar medidas que visem um planeamento equilibrado de todo o território, dotando as regiões menos favorecidas de equipamentos e infra-estruturas, que beneficiarão as populações locais e possíveis visitantes/turistas;

.Porém, o património e as actividades turísticas a ele ligado não podem ser encarados como a solução para todos os problemas, que desenvolverá as áreas rurais, mas sim uma opção a ser integrada com as restantes componentes do sistema económico local.

.Mas é claro que assume um papel de relevo para a solução de problemas sócio-económicos e para a preservação de valores histórico-culturais.

Pretende-se que a *valorização do património rural seja um instrumento que ajude no desenvolvimento progressivo das áreas rurais, na salvaguarda e recuperação de um património cultural único e que seja um complemento económico da actividade agrícola familiar e preservação do meio rural.*

.Garantir a promoção e o desenvolvimento dos **espaços rurais municipais melhor preservados**, através da elaboração e de execução de planos de intervenção abrangendo operações de:

- a) Requalificação de espaços públicos em pequenos aglomerados populacionais rurais.
- b) Recuperação de construções rurais de traça tradicional, nomeadamente de instalações relacionadas com actividades agrícolas e florestais.
- c) Preservação e valorização paisagística dos espaços rurais.
- d) Criação de espaços museológicos de temática rural, Eco museus e núcleos museológicos exemplos de aproveitamento do património para estes espaços de interpretação e de educação ambiental e patrimonial: **recuperação de moinhos, casas de lavoura, quintas etc.**
- e) Recuperação e melhoria de caminhos e acessos e incremento de nova sinalização.

4.1. VALORIZAÇÃO E APROVEITAMENTO DAS CONSTRUÇÕES RURAIS TRADICIONAIS, COMO ELEMENTOS IDENTITÁRIOS DO MEIO RURAL

Pelo meio rural podemos encontrar vários tipos de construções que foram edificadas para servir funções muito específicas, relacionadas com actividades agrícolas e pecuárias, ou a elas associadas. Alguns exemplos destas construções são: *pombais; curriças ou cortes, abrigos para pastores e animais, colmeias, antigos lagares de azeite, silos verticais em pedra, palheiros, espigueiros, moinhos*. Ou ainda estruturas como *fontes tradicionais e fontanários, bicas, tanques e outras*.

Estas edificações ou estruturas são, geralmente, construções antigas com uma morfologia arquitectónica própria e característica da actividade a que se destinam.

Pelas suas características únicas, ou singulares, do ponto de vista arquitectónico, funcional e temporal, designa-se geralmente, de forma genérica, como construções rurais tradicionais.

Actualmente, algumas destas construções ainda são utilizadas no âmbito da actividade para que foram construídas, outras estão a ser utilizadas para fins diferentes daqueles para que foram edificadas, mas, muitas encontram-se abandonadas por razões relacionadas com a sua substituição por unidades mais modernas ou pela progressiva decadência da actividade a que estão associadas e apresentam-se em ruínas ou com sinais de degradação das suas estruturas construtivas.

No nosso município destaca-se pela sua presença, os moinhos de água que tiveram grande importância económica e social na vida das populações rurais. São construções fáceis de reconhecer onde podem ser vistos ao longo das principais linhas de água com condições de corrente adequadas. Actualmente, ainda se encontram alguns exemplares em bom estado de conservação devido a obras de recuperação ou manutenção.

Nos nossos dias, a maioria das construções referidas têm pouca, ou nenhuma, utilização no âmbito da finalidade para que foram construídas.

Sem utilidade, estas construções foram votadas ao abandono, com a conseqüente degradação e ruína, que pode levar ao seu progressivo desaparecimento, o que constitui uma perda importante, já que as construções rurais tradicionais fazem parte do património arquitectónico, socioeconómico e cultural do nosso município. São, também documentos da nossa história rural e como tal, devem ser preservadas. Assim, devem ser consideradas todas as possibilidades de valorização e aproveitamento das construções rurais tradicionais.

O aproveitamento das construções rurais tradicionais para actividades associadas ao turismo é uma alternativa com algumas potencialidades. Pode assumir várias vertentes, como o turismo cinegético, temático, criação de rotas específicas ou integradas, a inclusão noutras actividades de turismo e o alojamento. Este tipo de aproveitamento pode ser fonte de algum rendimento e contribuir para a preservação dessas construções.

O Património é categoricamente um recurso a ter em conta nas estratégias de desenvolvimento rural.

Os edifícios, as estruturas rurais (anexos agrícolas, caminhos e pontes, muros), os padrões culturais e religiosos, a própria estrutura fundiária, os sistemas de cultivo, o aparato dos ofícios, foram construídos para responder às necessidades sociais, económicas e culturais das gerações que nos precederam e traduzem o esforço de desenvolvimento de cada época. Representam assim, um activo fundamental para conservar viva a memória colectiva, a alma da população rural.

Pequenas intervenções no edificado rural, que em alguns casos, não passam de mera sugestão a ter em conta em próxima oportunidade, a recuperação de um edifício mais significativo, melhoria da imagem do espaço público (*remoção de fios aéreos, utilização de materiais tradicionais, alguma arborização e jardinagem, reintegração de elementos relevantes do edificado, colocação de mobiliário urbano ou instalação de sinalética homogénea e atractiva*).

Em termos práticos, estas medidas visam sobretudo salvaguardar o ambiente e a paisagem, preservação do património, melhoria da qualidade de vida da população local, incentivar a cooperação entre territórios rurais, promover a recuperação de artes e ofícios em vias de extinção, incentivar iniciativas económicas associadas a práticas agrícolas e turísticas.

5. PATRIMÓNIO URBANO⁶

O centro da cidade apenas se tornou objecto prioritário de investigação a partir dos anos 20, com a Escola de Chicago que contribuiu para a análise da evolução, do crescimento e do

⁶ Ter em consideração no estudo do Património Urbano o Plano de Pormenor da Área Central da Cidade de Vila Nova de Famalicão em revisão e o Regulamento do Plano de Salvaguarda do Centro Antigo da Cidade de Vila Nova de Famalicão.

declínio das cidades, e que privilegiava o estudo das características históricas e funcionais da área. A cidade era entendida como um organismo natural e não como uma construção social.

No contexto da reconstrução europeia, após a II Guerra Mundial, reforçou-se o interesse pelo centro da cidade com vista a ultrapassar a degradação que se considerava estar a sofrer, numa perspectiva funcionalista. Na época, o forte interesse pelo centro da cidade leva a procurar a sua renovação, o que significava destruir total ou parcialmente o edificado, caso fosse considerado um freio à inovação, substituindo-se por novas construções, sem tomar em consideração o seu valor estético ou histórico.

A partir dos anos 60 sobem de tom as críticas ao urbanismo racionalista, e particular ao zonamento funcional, isto é, à organização do território separando por distintas áreas as diferentes funções que nele ocorriam, sendo as mais importantes habitar, trabalhar, recrear-se e circular. Constatando-se que o zonamento funcional conduz ao afastamento entre a habitação e as áreas centrais das cidades e à perda de outras funções nas áreas residenciais, retirando a animação social nas primeiras fora do período labori, e gerando problemas sociais nas segundas.

Começa a considerar-se que o centro da cidade se caracteriza pela cultura, ética, valores e instituições, vividos no quotidiano, e não apenas pelos aspectos económicos e sociais.

Ainda na década de 60, a noção do património urbano engloba obras posteriores à Revolução Industrial e, na prática, a salvaguarda começa a incluir o tecido urbano, para além dos monumentos.

Principalmente a partir da década de 80, a salvaguarda do património de tipo intervencionista compreende diversos tipos de tentativas de valorização do património, tais como:

- . a conservação e o restauro, assinalando as intervenções realizadas, uma vez que o passado nunca se pode reconstituir de modo perfeito;
- . a designada *mise en scène*, ou seja, encenação, que consiste em apresentar um monumento como um espectáculo (é o caso da iluminação nocturna);
- . a modernização, em que uma construção nova é colocada no monumento ou na sua proximidade;

. A integração das cidades e conjuntos antigos na vida contemporânea, conservando-os vivos, humana e funcionalmente.

Deve-se ter em conta que o conceito do património histórico edificado e as operações de valorização dependem de um contexto mais vasto: a evolução dos territórios, em virtude de determinados processos e transformações sócio-económicas e políticos. ***A internacionalização da economia, a crescente importância do consumismo, a desterritorialização, a evolução das técnicas de transporte e de comunicação, as grandes redes de equipamentos e o aumento do tempo de lazer têm influenciado o valor atribuído no presente ao património urbano*** e têm conduzido a um aumento da competição entre os territórios, o que leva os agentes dos centros históricos a utilizarem o marketing urbano, em parte através ligadas ao lazer e ao turismo.

Pode-se concluir que as potencialidades que o lazer tem para este tipo de território não estão a ser completamente exploradas, o que terá vantagem de não existirem impactos negativos importantes.

Assim, deve-se apostar:

.Intervenção ao nível do edificado, promovendo a preservação, reabilitação e recuperação do edificado dos aglomerados urbanos, obrigará a definir um quadro de intervenções no sentido de conseguir a dignificação do património construído de referência, ou seja dos edifícios com valor patrimonial, arquitectónico e histórico, conferindo-lhes maior protagonismo e visibilidade no contexto urbano, numa perspectiva de salvaguarda e protecção dos elementos patrimoniais de interesse arquitectónico e paisagístico da áreas urbanas do município.

.A dignificação dos espaços públicos de referencia associados a igrejas, capelas, juntas de freguesia, edifícios com valor arquitectónico, histórico e/ou social é de enorme importância na conquista de um ambiente urbano qualificado. Estas acções passam pela reestruturação e beneficiação das suas fachadas e interiores, quando se justificar, e pela promoção de políticas de gestão e manutenção urbana no que diz respeito aos edifícios devolutos que contribuem para a degradação estética e social do espaço urbano, edifícios habitacionais, comerciais ou unidades fabris.

.A recuperação de edifícios e antigas unidades fabris e de armazenagem que se encontrem abandonadas e ou degradadas deverão ser objectivo de linhas estratégicas de reconversão dos seus usos, através da promoção de políticas de gestão e manutenção urbana que

deverão ser exigidas e ou negociadas pelo município com os proprietários, no caso do edificado privado.

.Do mesmo modo se deverá proceder á reabilitação de frentes comerciais com vista à promoção de serviços mais qualificados e competitivos.

6- PATRIMONIO NATURAL

Serão considerados como património natural:

.Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

.As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

.Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

6.1. ACÇÕES E MEDIDAS DE PROTECÇÃO AMBIENTAL NO MUNICIPIO

Promover a gestão integrada da água no quadro das bacias hidrográficas, atendendo às interdependências das diferentes massas de água, interiores de superfície e subterrâneas, às respectivas margens e áreas adjacentes.

É objectivo a não deterioração do estado dessas massas de água e a sua protecção, valorização e recuperação para alcançar o bom estado das águas e dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres associados, em particular das zonas ripícolas.

Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade que vise suster a redução e fragmentação dos habitats, a protecção de espécies ameaçadas e a valorização das paisagens, articulada com as políticas agrícola, florestal, de desenvolvimento urbano e económico e de obras públicas.

Promover o desenvolvimento sustentável da floresta municipal, privilegiando as actividades com maior valor acrescentado, tendo em atenção a conservação da natureza e da biodiversidade e a redução da vulnerabilidade a incêndios florestais.

As acções previstas destinam-se a contrariar os problemas e ameaças que pairam sobre o património paisagístico e natural do município de Vila Nova de Famalicão, através de acções que se dividem em três grupos, segundo cada um dos objectivos específicos do projecto:

Grupo A - Valorização e divulgação do património natural e arqueológico

A-1. Instalação de uma rede de percursos pedonais ecoturísticos e de pontos de observação e interpretação da paisagem natural e arqueológico.

A-2. Remodelação de edifício para instalação de centro de interpretação do património.

Grupo B - Optimização sustentável dos recursos - Valorização da fauna e flora e conservação das espécies e habitats

B-1. Recuperação e repovoamento de pombais e colmeias, incentivo á exploração económica de produtos ligados á fileira florestal (cogumelos, pinhões, frutas silvestres, etc.), plantação de espécies autóctones deste território (carvalhos, oliveiras, castanheiros, etc.).

B-2. Criação de parcelas forrageiras (cereais e leguminosas de variedades regionais) .

B-3. Construção de parques de repovoamento e alimentação de Coelho-bravo e de Perdiz-Vermelha

B-4. Campanha de prevenção e vigilância contra fogos rurais/florestais .

Grupo C - Promoção e divulgação

C-1. Realização e edição do Atlas da fauna e flora.

C-2. Edição de uma página da Internet.

C-3. Exposição itinerante sobre o património natural e arqueológico promovido pelo projecto.

6.1.1- Acções de gestão directa e intervenção em habitats e espécies designadamente:

.Recuperação de espécies particularmente ameaçadas, de habitats e ecossistemas degradados, com estatuto de protecção;

.Reintrodução de espécies particularmente ameaçadas, incluindo como factor de valorização socio-económica local/regional;

.Recuperação de abrigos e estruturas de reprodução;

.Controlo e erradicação de espécies não-indígenas invasoras com impacte ambiental, social, económico e sanitário;

6.1.1.1- Acções de apoio à visitaçãõ designadamente através de:

- .Caminhos, trilhos e rotas temáticas;
- .Sinalização e painéis, informativos e interpretativos;
- .Observatórios;
- .Infra-estruturas de informação e interpretação;
- ..Suportes de comunicação e divulgação;
- .Centros de serviço ao visitante;
- .Natura-museus, relativos a temas magnos da conservação da natureza;
- .Centros de interpretação e informação;
- .Equipamentos de suporte a actividades de relação com a natureza.

7- PATRIMÓNIO FERROVIÁRIO

Na década de 80, entre 1985 e 1987, a racionalização da exploração impôs o encerramento do tráfego de passageiros e de mercadorias em vários troços ferroviários.

Desde então, e por razão de ausência de uma política orientada de reutilização daquelas vias e de conservação das instalações anexas, desenvolveu-se um processo de gradual deterioração, com conseqüente má imagem exterior dos Caminhos-de-Ferro, como gestores daquele património.

Mais recentemente, com a atribuição à REFER da gestão do património desactivado, este problema passou a ser encarado de forma sistemática e orientada.

Assim a REFER tem estudado e procurado soluções efectivas, quer no que concerne a uma reutilização da plataforma ferroviária, quer e também ao que respeita ao reaproveitamento do património edificado.

Quanto aos troços de plataforma da via, é hoje ponto assente a sua adaptação e “ecopistas” ou “linhas verdes”, à semelhança do que se fez e faz em países como os EUA, a França, a Inglaterra e a vizinha Espanha, criando-se rotas de passeio não motorizado, de lazer, de desporto e de contacto com a natureza, nos troços mais aptos àquela função.

Quanto ao património edificado, é preocupação da REFER a implementação de soluções que permitam a sua reutilização e rentabilização por forma a que desempenhem novas funções úteis à comunidade em geral e às populações locais, em particular.

Deste modo, garantir-se-á, através de parcelas contratualizadas a recuperação e manutenção daquela património, preservando-se, assim, um vasto legado arquitectónico e de assinalável valor museológico.

Todo este património deverá permanecer na titularidade do domínio público ferroviário, sendo que todas as acções negociáveis se configuram na concessão.

Para além desta via de rentabilização, em especial nas circunstâncias em que o património edificado ou os terrenos tenham melhor aptidão para o exercício de funções comerciais, é também perspectivada a definição de espaços de urbanização viável, como projectos e negociações a desenvolver pela INVESFER, afiliada da REFER, vocacionada para aquele tipo de actividade.

7.1- A CONVERSÃO DE UMA LINHA DE CAMINHO-DE-FERRO ABANDONADA EM CICLOVIA:

Ecopista, ciclovia ou pista verde é a designação portuguesa atribuída às vias que resultam da transformação de antigos ramais ferroviários desactivados, destinando-se assim, a tráfego não motorizado, contribuindo para o bem-estar físico e para o combate ao stress do dia-a-dia. Estas situam-se em diversas regiões do território continental, potenciando a criação de uma verdadeira rede ou sistema nacional de passeios na Natureza.

Foi nos Estados Unidos da América, na década de 70, que surgiu a ideia de utilização/recuperação dos traçados ferroviários desactivados. Assim, estes corredores ferroviários foram sendo transformados em caminhos pedonais, percursos para bicicletas, trilhos para cavaleiros, etc.

É em meados da década de 80 que em Portugal surgiram os primeiros troços ferroviários desactivados.

No entanto, só no ano de 2000 é que foi constituída a Unidade de Gestão do Património Desactivado (da REFER EP), que tem a finalidade de desenhar um novo enquadramento para as linhas abandonadas, numa política de preservação e valorização de um património que se encontrava em grande degradação e em risco de desaparecer. Assim, são estabelecidos contratos de concessão com as Câmaras Municipais por períodos de 25 anos, em que é feita

a cedência dos direitos de utilização, mantendo-se estes no domínio público, sob gestão da REFER.

Em Portugal existem vários traçados ferroviários desactivados, infra-estruturas que por não terem utilização acabam por se degradar e por desaparecer.

Nos últimos tempos muitos destes corredores têm sido transformados em ciclovias, de forma a travar sua a degradação, potenciar actividades alternativas culturais, educativas e recreativas, fomentar actividades económicas, criação de emprego e integração de infra-estruturas sem utilização.

Apesar das vantagens de conversão de linhas de caminho de ferro em ecopista é fundamental ter em atenção que cada caso é um caso e, conseqüentemente, é fundamental uma análise das características da área onde o troço de caminho de ferro abandonado se encontra. Efectivamente, na conversão de um corredor destes não basta que a ciclovia criada seja praticamente ininterrupta, fácil, segura e agradável de percorrer, com um traçado facilmente reconhecido pelos seus utilizadores, ou até mesmo que o troço seja independente da rede ferroviária, é também fundamental conhecer a área onde a linha se encontra.

É ainda importante ter em conta que, uma ciclovia que seja implantada numa zona urbana terá uma maior taxa de utilização do que as das zonas rurais. Isto deve-se ao facto de nas cidades as pessoas têm mais necessidade de tirar partido dos poucos espaços verdes existentes.⁷

8- PATRIMÓNIO RELIGIOSO

O património cultural em especial o património religioso constitui um recurso educativo muito importante, mas de facto escassamente lembrado, em termos gerais, no quotidiano das nossas comunidades educativas.

Um dos campos em que o património religioso é deveras eloquente tem que ver com a pedagogia da ética e da história das religiões. Todavia, por paradoxal que isso possa parecer, tem sido pouco utilizado neste âmbito, o que tem que ver, entre outros factores, com as

⁷ No município de Vila Nova de Famalicão temos o exemplo do projecto de adaptação da antiga plataforma ferroviária do ramal de Famalicão entre os km 27,349 e 56,180, em percurso ciclo-pedonal.

Fonte: **Estudo Prévio para a Requalificação dos espaços exteriores da Ecopista Póvoa_Famalicão, REFER Junho 2006.**

dificuldades surgidas, no seio da própria Igreja Católica, quanto ao entendimento da função da arte sacra. Questões como a deficiente interpretação da liturgia pós-conciliar, a falta de orientação técnica, a tendência para um gosto pouco esclarecido e o empobrecimento da formação artística do clero e das comunidades têm levado à ruptura com o passado. Em contrapartida, as criações culturais contemporâneas são frequentemente de escassa qualidade e duvidoso efeito estético. Resulta daqui uma verdadeira tragédia, em especial quando o país fica indiferente ao destino dos seus monumentos religiosos – e de tudo o que eles contêm e significam.

“Património português é, em grande parte, de origem e enquadramento religioso (pré-histórico, judaico, cristão ou muçulmano) sem a compreensão dos quais se perde muito do seu significado cultural”.

Dada a riqueza do património religioso edificado existente no nosso município, certamente a sua recuperação e valorização trará grandes benefícios turísticos para o município.

*Trata-se de auxiliar o desenvolvimento do turismo religioso, um segmento do mercado turístico com enormes potencialidades na região Minho, muito particularmente no concelho de Vila Nova de Famalicão.*⁸

9. ROTAS E PERCURSOS PEDESTRES MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS

9.1. REDE DE PERCURSOS PEDESTRES NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

9.1.1. PERCURSOS DE NATUREZA

Os **percursos pedestres**⁹ de pequena rota que aqui apresentámos resultam de uma conjugação de interesses, motivações e olhares sobre as potencialidades do território

⁸ **A Rota do Românico no Município de Vila Nova de Famalicão**, pormenoriza o valor do património religioso, sobretudo da arte românica no nosso território encontra-se detalhada em_ Anexo n.º 1.

⁹ **Os percursos pedestres** têm vindo a assumir uma grande importância no que respeita à preservação e valorização do património natural, cultural e humano, promovendo o desenvolvimento sustentável do meio rural, a preservação da natureza, o intercâmbio cultural entre as pessoas através do conhecimento de gentes, costumes e tradições, e contribuindo para o desenvolvimento sócio-económico desses locais.

Por outro lado, os percursos pedestres são infra-estruturas turísticas, uma forma de divulgar as regiões e os caminhos tradicionais das zonas rurais e de montanha, numa altura em que cada vez se valoriza mais o "Turismo Verde" ou "de Natureza".

municipal, sobretudo sobre um específico território municipal, o invisível, o esquecido dos modernos mapas, da actualizada cartografia, e das já frágeis memórias dos mais velhos.

Este projecto tem como finalidade criar uma Carta de Lazer dos percursos pedestres do município de Vila Nova de Famalicão, e visa inicialmente fazer o levantamento de todos os elementos passíveis de potenciar o desenvolvimento da actividade turística e do contacto da população com o meio envolvente.

Este projecto pretende fazer uma chamada de atenção urgente sobre fragilidades territoriais sentidas, realidades e práticas inconcebíveis num território ferido, abandonado e desprezado, sobretudo, provocado pela ausência de políticas de ordenamento do território, sustentáveis, integradoras e unificadores de sítios, lugares e espaços.

É um alerta para perdas irrecuperáveis a curto prazo se nada não for feito, é sobretudo um pedido a todos para uma nova atitude perante valores que devem estar presentes nas políticas de planeamento e ordenamento do território.

A um primeiro olhar, um caminho pedregoso, estreito, silvado e desprezado poderá não ser à primeira vista olhado como elemento canalizador de desenvolvimento e ordenamento, mas são estes caminhos antigos, trilhos esquecidos pelo tempo, pelo desenvolvimento e pelo progresso que irão ser os alicerces da nossa rede de percursos de pequenas rotas.

As calçadas e lajeados, os caminhos antigos de acesso aos terrenos agrícolas e de monte, de passagem de animais, percorridos por tropas na defesa do território, caminhos de peregrinação ou quaisquer outras vias, constituem património histórico que devemos conhecer e preservar.

Ao longo da nossa rede de percurso pedestres, daremos destaque à riqueza natural existente, para as espécies autóctones presentes, sendo mais uma forma de divulgar e dar a conhecer um território, de lugares e nomes que pelas suas características naturais e patrimoniais, é merecedora de uma visita.

Esta rede de percursos pedestres pudera tornar-se num factor de desenvolvimento sócio-económico de áreas rurais e uma forma de conhecimento e de protecção da natureza.

A procura cada vez maior de áreas geográficas com características contrastantes das áreas urbanas, levaram à procura de um conjunto de actividades físicas ou práticas de lazer e na qual se podem incluir o usufruto de percursos pedestres e de actividades subjacentes.

A preocupação com os benefícios relacionados com a saúde que trazem as “novas” actividades de lazer, a preocupação com as questões ambientais de onde surge uma necessidade de preservar o meio natural, uma tendência para a aproximação às raízes e à preservação de tradições, e a procura de um espaço informal como ambiente e meio de transmissão/aquisição de conhecimentos e valores, torna-se cada vez mais pertinente a implementação de percursos que se adequam às tendências actuais e que, ao mesmo tempo, permitam a preservação de valores patrimoniais (sejam eles naturais, históricos, culturais, ou outros).

Os caminhos sugeridos tiveram sempre que possível a colaboração de intervenientes locais, permitindo deste modo a localização de “caminhos velhos”, que reflectem um pouco da história da sua vida, das suas crenças, da sua evolução...

O acompanhamento e a identificação das populações locais destes percursos, é de vital importância, quer do ponto de vista da riqueza do percurso, quer do ponto de vista da preservação dos caminhos. Os que foram antigamente utilizados pelos habitantes e que progressivamente caíram em desuso pelo aparecimento de alternativas asfaltadas, têm agora a oportunidade de representar um papel importante no desenvolvimento destas populações (com a chegada de forasteiros a estes locais) e no reavivar de tradições.

Pelo carácter abrangente, os percursos pedestres têm um grande potencial de sensibilização para os valores das áreas naturais.

Se correctamente definidos e geridos, podem ser bons instrumentos de planeamento e ordenamento territorial.

Os percursos pedestres têm ainda como objectivo levar-nos ao encontro dos saberes e memórias e enriquecido pela presença de vários especialistas que o estudam “botânicos, arqueólogos, geógrafos, geólogos, historiadores, contadores de contos, pastores, agricultores”.

Os percursos pedestres deixam em aberto muitas potencialidades de desenvolvimento que os territórios rurais ainda preservam, devido às suas características naturais, ambientais e culturais que, de certo modo, ainda se conjugam, de uma forma equilibrada, com bem-estar e vida saudável.

A questão da qualidade de vida nas áreas rurais não pode ser desprezado e a prática de pedestrianismo vem de encontro com a valorização e promoção dos territórios “invisíveis”e, em suma, para um melhor uso dos recursos naturais e culturais e para a sua protecção e conservação.

É exactamente nesta base que se pode interligar a importância do apoio a actividades pedestres, de natureza turística, ambiental ou cultural, com o desenvolvimento das zonas rurais e melhoria da qualidade de vida dos que aí vivem e daqueles que visitam essas áreas.

A prática de pedestrianismo revela ultimamente um importante incremento. O fenómeno deve-se a inúmeras causas, mas a facilidade de deslocação, o aumento dos tempos livres, o crescente interesse pelo contacto com vastos espaços de ar livre e um estilo de vida mais activo constituirão factores determinantes desta corrente. A Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP) está consciente desta realidade e pretende dar resposta a esse fenómeno através de um enquadramento e promoção do pedestrianismo mais eficazes face aos desafios que se colocam no futuro a curto e a médio prazo.

Existem ainda questões a ter em conta, desde uma maior integração das populações locais na concepção e planeamento dos percursos. Os percursos passam muitas vezes em propriedade privada. Assim, os proprietários deverão ser contactados antes da marcação dos percursos ou da edição de materiais de divulgação e sensibilizados para os potenciais benefícios da existência destes percursos.

Outra das questões a ter em conta, tem haver com a criação de redes municipais e intermunicipais de percursos, numa lógica mais abrangente de abordagem do território.

Esta visão mais abrangente tem acontecido com pouca integração em estratégias de divulgação e exploração supra municipais, regionais e nacionais.

É necessário também articular as redes de percursos com as comunidades locais, com as redes de alojamento locais, animação e outros serviços, maximizando deste modo os benefícios para o desenvolvimento e integração locais.

Este crescente gosto pelos espaços rurais e pelos percursos pedestres são um reflexo das mudanças que ocorreram recentemente nestes territórios, ligadas muito à diminuição da actividade agrícola, despovoamento dos campos e desertificação dos solos, decréscimo demográfico e envelhecimento das populações, o que despertaram neste contexto a procura de novas práticas ligadas ao turismo cultural e de natureza e um novo gosto pelos passeios pedestres e caminhadas. É assim uma forma diferente de fruir, conhecer e valorizar as paisagens e o património, potenciando novas valências aos territórios rurais e seus habitantes, no respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável.

Percorrer esta Rede de percursos pedestres permite-nos descobrir testemunhos de vida, de história, e ensinamentos ao ritmo de uma caminhada.

PERCURSOS DE NATUREZA:¹⁰

I- Percurso ribeirinho de Correlos_Mouquim

II- Percurso ribeirinho dos moinhos do Rio Este_Gondifelos

III- Percurso ribeirinho dos moinhos do Ribeiro de Beleco_Ribeirão

IV- Percurso ribeirinho dos moinhos de Cova no Rio Pele_Ruivães

V- Percurso ribeirinho de Avidos e Landim

VI- Percurso ribeirinho das Azenhas de Fradelos

VII- Percurso dos Moinhos de Ferreiros do Ribeiro de Fradelos _ Fradelos

VIII- Percurso ribeirinho dos moinhos do Ribeiro de Curtinhas _Joane

¹⁰ A Caracterização desta Rede de Percursos Pedestres encontra-se individualizada no Anexo n.º2.

IX- Percurso ribeirinho dos moinhos de Esmeriz no Rio Pelhe_ Esmeriz

X- Percurso Agrícola, Vinícola e Patrimonial de Requião.

XI- Percurso do Trilho do Castro da Bóca_ Vale São Cosme.

XII- Percurso do Trilho Rural e Patrimonial Castelões a Ruivães e Delães.

XIII- Percurso Rural e Patrimonial de Lemenhe e Jesufrei.

XIV- Percurso Temático dos Imóveis de “Estilo Brasileiro” na freguesia de Ribeirão.

XV- Percurso Pedestre da Ecopista de Vila Nova de Famalicão.

XVI- Percurso Municipal e Intermunicipal da Via Romana XVI de Vila Nova de Famalicão.

XVII- Percurso Pedestre da Estrada Real Porto-Guimarães no município de Vila Nova de Famalicão.

XVIII- Percurso Rural e Arqueológico de Castelões, Delães e Ruivães.

CAPITULO II- REVISÃO DA CARTA DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL

A Nova Revisão da Carta do Património Municipal, tem como objectivo geo-referenciar todo o património, e funcionará como suporte para a elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Para a elaboração desta carta municipal procedeu-se ao inventário de todos os dados existentes ao nível do património municipal.

Seguidamente à elaboração de quatro bases de dados em ambiente Access, uma para o património classificado, duas para o património edificado não classificado e uma para o património arqueológico, industrial e ferroviário.

Todas estas bases de dados possuem vinte e um campos descritivos por imóveis existentes nas quarenta e nove freguesias. Os campos que constituem estas bases de dados são: Número identificador, designação, localização, acessos, enquadramento, utilização inicial, utilização actual, propriedade, afectação, época de construção, arquitecto/construtor/autor, cronologia, tipologia, características particulares, dados técnicos, materiais, bibliografia, documentação gráfica, fotográfica e administrativa, intervenções realizadas, observações e património móvel.

A elaboração destas bases de dados funcionam como suportes informáticos fundamentais ao inventário patrimonial tendo como principal objectivo a gestão sistematizada, geo-referenciada, rigorosa e facilmente actualizável do património municipal.

Após recolha e tratamento da informação existente criou-se para todos os elementos do inventário uma ficha descritiva, modelo utilizado pela DGEMN (Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais) também conhecida por cadastro dos imóveis, sendo os campos adaptados e actualizados sempre que for possível.

Nos anos de 2003-2004 iniciou-se um novo trabalho de campo com o objectivo de aperfeiçoamento dos inventários existentes (1984 e 1994) bem como levantamento fotográfico de todos os imóveis, de modo a ilustrar e complementar o inventário.

A fase seguinte, foi a geo-referenciação do património no município de Vila Nova de Famalicão, utilizando o SIG como ferramenta essencial, podendo ser utilizado como instrumento de divulgação alargada deste inventário do património, acessível ao público em geral através de a criação de uma página interactiva no site do município, que possuísse uma função educativa, de conhecimento do valor patrimonial existente em Vila Nova de Famalicão, mas que pudesse também servir de base a futuros trabalhos, assim como dar apoio aos decisores locais.

Assim, procedeu-se à elaboração de um Caderno de trabalho que teve como objectivo após recolha de informação que se encontrava dispersa, o agrupamento de todos os imóveis inventariados até ao momento por freguesias, tendo em atenção a existência de suporte fotográfico e descritivo para além de sua implementação no terreno.

Após uma análise da situação existente deparou-se com uma enorme lacuna no desenvolvimento deste projecto, a inexistência quase absoluta de informação descritiva e registo fotográfico nas categorias de imóveis civis rurais como casas agrícolas, quintas, casas solarengas, solares bem como quanto à localização cartográfica de inúmeros moinhos, azenhas etc.

Para ultrapassar esta dificuldade para além de trabalho de campo por todas as 49 freguesias, onde se procedeu à comprovação cartográfica dos imóveis já integrados na anterior Carta do Património, iniciou-se a localização cartográfica, anotações descritivas dos imóveis e registo fotográfico de todos os imóveis de valor patrimonial registados pela primeira vez.

Para aprofundamento do conhecimento pormenorizado sobretudo dos imóveis civis rurais, elaborou-se um inquérito dirigido aos proprietários destes imóveis pedindo-lhes informações adicionais dos seus imóveis tais como descrição histórica, datas importantes do imóvel, estado de conservação, presença de características singulares e notáveis no imóvel, etc.....

Uma vez que haviam dúvidas e se detectaram alguns erros de localização, um dos aspectos privilegiados foi a localização exacta dos elementos, sendo a geo-referenciação feita com ortofotomapas à escala 1:1000 para o Perímetro Urbano e 1: 2000 para o restante Município.

10- METODOLOGIA

A metodologia que apresentamos foi a seguida para o desenvolvimento do projecto do Inventário:¹¹

- 1 Definição de Objectivos.
- 2 Consulta, Recolha e Tratamento de Informação.
- 3 Contactos com as entidades e os actores intervenientes.
- 4 Recolha e tratamento de Informação em Bases de Dados Access.
- 5 Tratamento da Informação, Geo-Referenciação dos elementos.
- 6 Recolha e Tratamento da Informação, Fichas dos imóveis patrimoniais.
- 7 Trabalho de Campo, (Reavaliação do anterior inventário, aperfeiçoamento e introdução de novos imóveis) e Levantamento Fotográfico.
- 8 Elaboração de Mapas temáticos com visão municipal e de freguesia do património.
- 9 Tratamento Continuo e Aperfeiçoamento das fichas descritivas e das bases de dados com o novo inventário.
- 10 Considerações finais do Inventário e Papel do SIG.

10.1- DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO

10.1.1- Definição de Objectivos

Os objectivos do inventário geo-referenciado do património do Município de Vila Nova de Famalicão foram:

- I. Actualizar o inventário já existente;
- II. Iniciar a geo-referenciação de todo o Património Municipal;
- III. Criar um inventário que permitisse uma abordagem Municipal do Património e que permita a delimitação e salvaguarda de conjuntos patrimoniais de excelência;

¹¹ Área Metropolitana de Lisboa (2002) *Património Metropolitano Inventário geo-referenciado do património da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa, Área Metropolitana de Lisboa.*

IV. Criar, utilizando os SIG como ferramenta essencial, um instrumento de divulgação alargada deste inventário, (devendo-se futuramente apostar num CD-Rom), acessível ao público em geral;

V. Aperfeiçoar o inventário não apenas ao nível do património classificado, mas destacando o património não Classificado mas com enormes potencialidades permitindo assim uma visão de conjunto.

10.1.2- Consulta, Recolha e Tratamento de Informação

Nesta fase, foi consultado, bibliografia, analisado mapas, quadros estatísticos, obras temáticas e simples anotações de trabalhos de campo.

As Cartas Militares, e o Plano Director Municipal serviram de base para a localização e levantamento de muitos elementos patrimoniais.

Grande parte desta informação não se encontrava em formato digital, pelo que neste inventário se tornou indispensável digitalizar toda a informação necessária.

10.1.3- Contactos com as Entidades e os Actores Intervenientes

Foram estabelecidos contactos entre o Departamento de Urbanismo e Habitação e o Departamento de Cultura, Educação e Acção Social, de modo a reunir sinergias para este projecto e para identificar os técnicos que iriam colaborar no novo inventário, geo-referenciação dos elementos e na elaboração das fichas descritivas dos imóveis.

Em termos de contactos com as instituições públicas responsáveis pela inventariação do património, foram contactados o IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico, a DGEMN- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e a AMAVE- Associação de Municípios do Vale do Ave.

10.1.4- Recolha e tratamento de Informação em Bases de Dados Access

Toda a informação recolhida foi tratada e agrupada em bases de dados em Access pelas seguintes categorias, Património Classificado e em Vias de Classificação, Património Industrial, Património Arqueológico e Património Edificado Não Classificado.

10.1.5- Tratamento da Informação, Geo-Referenciação dos Elementos.

Nesta fase foram analisados todos os elementos patrimoniais anteriormente estudados e novos elementos localizados.

Contudo, muitos elementos estavam incorrectamente posicionados, e outros foram inseridos pela primeira vez. Com o objectivo não só de corrigir os erros, mas também de aperfeiçoar a geo-referenciação dos elementos de património, quando foi levado a cabo o inventário, esta foi feita tendo como base os ortofotomapas da Empresa **IT-GEO**, (Tecnologias e Informação Georeferenciada, S.A. Grupo EDP), de 2003, à escala 1:1000 e 1:2000.

10.1.6- Recolha e Tratamento da Informação, Fichas dos Imóveis Patrimoniais.

Todos os elementos do inventário possuem uma ficha descritiva. A informação para o preenchimento destas fichas encontra-se estruturada consoante campos tipo utilizados pela DGEMN, sendo que é possível adaptar e actualizar sempre que possível as fichas descritivas.

10.1.7- Trabalho de Campo, (Reavaliação do anterior inventário, Aperfeiçoamento e Introdução de novos imóveis e Levantamento Fotográfico).

Esta fase foi de enorme importância pela eficácia directa que permitiu à equipa, podendo por esta via analisar a localização dos imóveis já anteriormente referido no anterior Plano Director Municipal, bem como geo-referenciar novos imóveis localizados e inseridos nas nossas cartas pela primeira vez, bem como permitiu anotar elementos e simbologias que realçavam nos imóveis, anotações de lugares e ruas onde os imóveis se encontravam bem como fotografá-los como instrumento fundamental de identificação e ilustração.

Este trabalho de campo teve um seguimento de trabalho de gabinete, de modo a criar um ficheiro com o nome *Álbum Patrimonial das freguesias* com todas as fotografias dos imóveis que se encontram na Nova Carta do Património Municipal. E ainda a inserção de todas as anotações nas fichas descritivas como forma de complementar a informação de cada imóvel.

10.1.8- Elaboração de Mapas temáticos com visão municipal e de freguesia do património.

Um dos objectivos deste inventário foi modernizar os mapas patrimoniais antigos existentes que não estavam digitalizados e que se encontravam ilustrados manualmente bem como introdução de novos imóveis localizados neste novo inventário.

Foram elaborados quarenta e nove mapas patrimoniais pelas quarenta e nove freguesias do município a uma escala 1: 5000 e que contêm como características a localização, numeração e correspondente fotografia dos imóveis.

Foi ainda elaborado um Mapa do Património Municipal de todo o Município a uma escala 1: 25 000, bem como um Mapa do Património Classificado e em Vias de Classificação e um Mapa da Arqueologia Municipal, mapas isolados e de presença obrigatória nos Planos Directores Municipais.

10.1.9- Tratamento Continuo e Aperfeiçoamento das fichas descritivas e das bases de dados com o novo inventário.

Após a edição, a equipa de trabalho encontra-se a desenvolver algum trabalho de aperfeiçoamento da base de dados do Património e dos próprios mapas, de modo a poder elaborar pesquisas de texto e de apresentação mais detalhadas e aperfeiçoados.

10.2- Considerações Finais do Inventário e Papel do SIG (Sistema de Informação Geográfica)

O desenvolvimento do SIG pode ser esquematizado em três etapas de evolução¹²:

A primeira fase é a designada por "**Aplicações do Inventário**" e consiste na junção e organização dos dados, de forma a poderem ser utilizados em futuras consultas.

A segunda fase da operacionalização consiste nas "**aplicações para análise**". Este tipo de aplicações requer um cruzamento de informação e exige o uso de métodos estatísticos e análise espacial

A terceira fase é conhecida por "Aplicações de gestão" e representa o aproveitamento das maiores potencialidades do SIG. Este nível de aplicação requer um maior número de conhecimentos e possui um número de aplicações mais restrito. Esta forma de utilização possibilita um forte apoio à decisão e à resolução de problemas do presente e do futuro.

No caso deste inventário, estão plenamente realizadas as fases de inventário e análise.

Em relação à gestão, o objectivo principal da informação produzida neste inventário não foi a gestão territorial, contudo considerámos que este inventário poderá ser entendido como um

¹² MACHADO, João reis (2000) *A Emergência dos Sistemas de Informação Geográfica, na Análise e Organização do Espaço*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e da Tecnologia.

ponto de partida para fases posteriores de desenvolvimento do SIG e, sobretudo, como exemplo-piloto de construção de um SIG de património.

A Carta Municipal do Património de Vila Nova de Famalicão (CMPVNF), deverá estabelecer normas de intervenção a aplicar ou a aprofundar na gestão, definindo-se à partida o tipo de obra possível, os usos admitidos e a preservação de elementos singulares quando previamente identificados, deverá ainda continuar o trabalho de aprofundamento e tratamento da informação patrimonial já recolhida, designadamente da caracterização arquitectónica e da investigação histórica sobre cada imóvel inventariado.

11- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias de hoje uma das grandes preocupações do Município é a preservação da identidade de Famalicão, e a defesa do património natural e histórico-cultural.

As belezas paisagísticas e os miradouros (Monte do Facho, Santa Catarina, Senhor dos Aflitos, entre outros) assim como o património arquitectónico construído ao longo dos séculos (castros, casas solarengas como a do Vinhal e de Pindela), as pontes românicas (Lagoncinha, S. Veríssimo, Coura e Gravateira) a memória camiliana, onde avulta a Casa de Camilo “maior romancista da Península Ibérica”, as Igrejas românicas, capelas e cruzeiros (por exemplo, o cruzeiro em granito em Arnoso Santa Maria, do séc. XVI) são riquezas inestimáveis que dando dimensão histórica à nossa condição humana, desenvolvem um sentimento colectivo, imperecível, de famalicenses, portugueses e cidadãos do mundo.

O território apresenta fragilidades que terão de ser combatidas por todos, sobretudo seguindo uma estratégia concelhia ou mesmo inter-concelhia, onde se torna urgente a criação de um programa de defesa e conservação das áreas rurais, das suas quintas, edifícios e conjuntos rurais de importante valor patrimonial e memorial, criação de um plano de reconversão das casas “à la maison” (uma das críticas mais comuns de quem visita este concelho, sendo uma enorme ferida na paisagem rural desta região) exigindo-se normas mais restritivas e orientadoras nos projectos arquitectónicos, definindo-se uma arquitectura que concilie e que equilibre o moderno e o antigo, em suma tendo em consideração os materiais, o clima, a vegetação e a história da região.

Só assim se conseguirá consolidar uma imagem, que se pretende atraente e equilibrada e não descaracterizada, favorecendo a visita de forasteiros e aumentando a visibilidade da personalidade específica do concelho de Vila Nova de Famalicão junto dos seus habitantes, permitindo com isso aumentar a auto-estima dos mesmos. Concomitantemente, deverá apostar-se no sector turístico com um conjunto de actividades que com ele têm ligação, a montante e a jusante, o que permitirá uma diversificação das actividades económicas, potenciais criadoras de riqueza e mais valias turísticas.

Para o desenvolvimento seguro desta actividade económica é fundamental que o desenvolvimento económico e social deste município tenha como base critérios de sustentabilidade, não permitindo riscos desnecessários que possam potenciar a degradação da paisagem já de si tão frágil, mas que este desenvolvimento defenda os valores ambientais e histórico-culturais específicos do concelho.

Assim, o desenvolvimento do turismo no espaço rural pode ser um contraponto ao desequilíbrio que sentimos nas áreas urbanas, permitindo demonstrar que o desenvolvimento turístico num território pode e deve ser baseado numa verdadeira política de ordenamento do território tendo como base critérios sustentáveis e respeito pela sua história.

Que não haja dúvidas que todo este património é seguramente uma grande valia para o município, que deverá encontrar formas de valorizá-lo e conservá-lo, enquadrando-o sempre que possível em itinerários turísticos para o reconhecimento dos seus munícipes e de quem o visita.

12. ANEXOS

ANEXO N.º 0.

Bases de Dados do Valores Patrimoniais no Município de Vila Nova de Famalicão.

ANEXO N.º 1.

Rota do Românico no Município de Vila Nova de Famalicão.

ANEXO N.º 2.

Rede de Percursos Pedestres no Município de Vila Nova de Famalicão.

ANEXO N.º3.

Álbum Fotográfico do Património Rural no Município de Vila Nova de Famalicão.

ANEXO N.º 4.

Rota do Património Industrial no Município de Vila Nova de Famalicão.

ÍNDICE

IX – REDES DE INFRA - ESTRUTURAS

1. ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE

1.1. Rede Viária

1.1.1 Rede Rodoviária

1.1.1.1 Rede Rodoviária Nacional e Regional

1.1.1.2 Estradas Intermunicipais

1.1.1.3 Rede Municipal

1.1.1.4 Volumes de Tráfego

1.1.1.5 Execução do PDM em vigor

1.1.2 Rede Ferroviária

1.1.2.1 Caracterização da Situação Existente

1.1.2.2 Diagnóstico

1.2 Transportes

1.2.1 Situação Existente

1.2.1.1 Operadores de Camionagem Privados e Transportes Urbanos de Famalicão

1.2.1.2 Transporte Ferroviário

1.2.1.3 Táxis

1.2.2 Diagnóstico

1.2.3 Estratégias

2. OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS

2.1 Infra-estruturas Hidráulicas

2.1.1 Abastecimento de Água

2.1.2 Rede de Saneamento Residual

2.1.3 Resíduos Sólidos

2.2 Rede de Gás Natural

2.3 Rede de TV Cabo

1. ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE

1.1 Rede Viária

1.1.1 Rede Rodoviária

1.1.1.1 Rede Rodoviária Nacional e Regional

As estradas que, de acordo com o PRN 2000, fazem parte da rede nacional e regional, são as seguintes:

a) - Rede Nacional Fundamental

IP1/A3 – A auto-estrada (A3) desempenha para o Vale do Ave o papel de ligação preferencial ao Grande Porto, para além de constituir o acesso ao Norte e Este da Região, assim como à fronteira de Valença, e ao território a Sul do Douro.

A A3 atravessa o município no sentido Norte-Sul, entre as freguesias de Sezures e Cabeçudos, numa extensão de 12, 3 Km. Esta via possui nós de ligação em Cabeçudos (A7/Variante Nascente e EN 204) e Vale S. Cosme (EN14). Com a abertura do sub-lanço da A7 Famalicão - Póvoa de Varzim, prevista para o início de 2005, prevê-se o fecho do acesso pela EN 204, passando a ser feita a ligação à A7 e desta à Variante Nascente.

Embora nos estudos conste como obra a executar durante o PDM, ficou concluída no fim do primeiro trimestre de 1994, antes, por isso, da entrada em vigor do PDM1994. Posteriormente, ficou concluída a ligação a Valença.

A BRISA está a elaborar o estudo de alargamento do sub-lanço Santo Tirso – Famalicão desde o Nó de Santo Tirso ao Nó de Famalicão, em Cabeçudos, para 2x3 vias.

b) - Rede Nacional Complementar

IC5/A7 – A auto-estrada A7, parcialmente construída no prazo de vigência do PDM, constitui um importante eixo de penetração no interior e de acesso ao litoral. Esta via desempenha ainda funções de estruturação interna do Ave, articulando-se com as A1 e A3. O sub-lanço Famalicão – Póvoa de Varzim (IC5), em construção, constitui um importante eixo transversal destinado a estabelecer uma articulação funcional eficaz com os dois eixos longitudinais do Plano Rodoviário Nacional para a ligação Porto – Valença: o IC1 e o IP1 (A3).

A A7 atravessa o município no sentido Este – Oeste, através de dois troços:

- O primeiro, desde a EN14, na freguesia de Calendário, até ao limite do município na freguesia de Pedome, com uma extensão de 15,0 Km, possuindo um nó em Seide S. Miguel (ER206 e EM573) e outro em Cabeçudos (Nó de Famalicão – A3 e Variante Nascente);
- O segundo, desde a EN 14, na freguesia de Calendário, até ao limite do município na freguesia de Fradelos, com uma extensão de 6,1 Km. Neste troço encontra-se em fase de estudo prévio o nó de ligação com a futura Variante à EN 14, a Poente, a qual é alvo, no momento, de projecto.

c) - Estradas Nacionais

Variante Nascente – Designada por Circular Sul-Nascente de Famalicão pelo IEP, a variante nascente à cidade de Vila Nova de Famalicão (variante à EN14 e EN204 no atravessamento da cidade) atravessa cinco freguesias (Gavião, Requião, Antas, Esmeriz e Calendário) e inicia-se numa rotunda na EN14, a Norte da cidade, e desenvolve-se por nascente e sul, numa extensão de 6,238 Km, terminando numa outra rotunda a sul da cidade também na EN14. Esta via tem um perfil de auto-estrada e possui nós de ligação com a EN 14 (Famalicão/Braga), a ER206 (Famalicão/Guimarães), a EM 573 (Famalicão/Seide), a EN 204 (Famalicão/Santo Tirso), e a A7.

Esta variante é um importante eixo rodoviário que permite, a partir das Auto-Estradas A7 e A3, um acesso tanto à zona sul da cidade, através da EN 204, bem como à zona norte da cidade, ligando à EN 14. Permite ainda ligações ao centro da cidade, através da EM 573 ou da ER 206.

EN 14 – A estrada nacional 14 faz a ligação Porto – Braga e atravessa o município de Vila Nova de Famalicão no sentido Sul – Norte, através de dois troços:

- O primeiro, desde o limite do município com a Trofa, na Ponte sobre o Rio Ave, na freguesia de Ribeirão, até à cidade, com uma extensão de 8,167 Km;
- O segundo, da cidade até à freguesia de Arnoso Santa Maria no limite do município de Braga, com uma extensão de 6,679 Km.

Apesar de estar já em funcionamento a A3, verifica-se que esta não retirou importância à EN14, principalmente no troço Famalicão – Trofa, pois sendo a única ligação à cidade da

Trofa, acumula a dupla função como “eixo viário de atravessamento” e “eixo estruturante” das malhas edificadas, nomeadamente na Vila de Ribeirão.

O Instituto de Estradas de Portugal prevê lançar a curto prazo, a obra de beneficiação desta via.

Encontra-se ainda em curso o estudo prévio da Variante a Poente, designada por Variante à EN 14 Chiolo – Famalicão e Variante à EN104 em Trofa.

Estando já executada a Variante Nascente, será necessário proceder à desclassificação do troço da EN 14 na área do perímetro urbano da cidade. Parte deste troço encontra-se já duplicado numa extensão de 2,347 Km.

EN 204 – A estrada nacional 204 faz a ligação Barcelos-Santo Tirso e atravessa o município de Vila Nova de Famalicão no sentido Noroeste – Sudeste, através de dois troços:

- O primeiro, desde o limite do município com Barcelos, na Ponte sobre o Rio Este, na freguesia do Louro, até à cidade, com uma extensão de 5,154Km;
- O segundo, da cidade até à freguesia de Arnoso Santa Maria no limite do município de Braga, com uma extensão de 6,679 Km.

No primeiro troço, esta via apresenta uma ocupação marginal ao longo de toda a sua extensão, devido ao crescimento verificado nestes últimos anos na freguesia do Louro e na área limítrofe do perímetro urbano da cidade a Norte. Tendo simultaneamente uma função de atravessamento do tráfego de ligação intermunicipal e de movimentos entre os centros urbanos de Viatodos, do município de Barcelos, Nine e Louro. Verifica-se também a existência alguns pontos de conflito com os vários equipamentos marginantes na freguesia do Louro.

O segundo troço, tem as mesmas características, com uma agravante de terem sido construídas áreas comerciais na sua proximidade, nomeadamente na freguesia de Lagoa, que funcionam como grandes pólos geradores de tráfego e ainda por possuir um volume de tráfego intenso na ligação à EN 204-5, que liga aos centros urbanos a Este (Riba D’Ave Delães, Bairro, Oliveira S.ta Maria, Oliveira de S. Mateus e Vila das Aves).

O IEP realizou obras de beneficiação no troço Famalicão – Santo Tirso, em 2002, e prevê a necessidade de beneficiação do troço Famalicão – Louro, a médio prazo.

d) – Estradas Regionais

ER 206 – A estrada regional 206 corresponde ao troço da EN206 Vila do Conde – Guimarães que foi como tal classificada no PRN2000 e atravessa o município no sentido Oeste – Este, através de dois troços:

- O primeiro, desde o limite do município com a Póvoa de Varzim, na freguesia de Gondifelos, até à cidade, com uma extensão de 7,000 Km;
- O segundo, da cidade até à freguesia de Joane no limite do município de Guimarães, com uma extensão de 11,875 Km.

Ao longo dos últimos 10 anos manteve-se a tendência de uma forte ocupação marginal, principalmente entre Famalicão e Guimarães. A construção da A7 e da VIM não retirou a importância deste troço, devido aos movimentos existentes entre os centros urbanos da Vila de Joane e as freguesias de Vermoim, Pousada de Saramagos, Mogege e Ronfe.

O IEP considera não ser necessário a médio prazo a repavimentação da ER 206.

1.1.1.2 Estradas Intermunicipais

Nesta categoria, encontra-se apenas:

VIM - Via intermunicipal, ligação de importância intermunicipal sob jurisdição da Associação de Municípios do Vale do Ave, que liga os centros urbanos de Joane, Riba D'Ave e Vizela, numa extensão de 5,833 Km. As características desta via são as seguintes: proibição de acessos aos terrenos adjacentes, com ligações apenas às sedes das freguesias e vias estruturantes; cruzamentos com características adequadas à função colectora, bom nível de fluidez, rapidez e segurança do fluxo de trânsito.

Esta via melhorou sensivelmente as condições de acessibilidade interna do Vale do Ave, com uma função de drenagem dos eixos de penetração (ligação da ER 206 ao IC5, à EN 310, à EN 105 e à EN 106 em Vizela).

1.1.1.3 Rede Municipal

A rede municipal compreende as estradas nacionais desclassificadas pelo PRN2000, as estradas municipais e os caminhos municipais.

Mas mais importante que a descrição desta rede será a abordagem da rede municipal em termos funcionais, isto é, hierarquizando-a de acordo com o papel de desempenhado por cada via nessa rede, desvalorizando uma classificação que, essencialmente, é função de tutelas.

Interessa aqui considerar apenas a Rede Estruturante do Município e, para tal, dever-se-ão incluir algumas das estradas referidas anteriormente quando contribuam para a estruturação do território e do sistema urbano.

Esta rede compreende:

- A rede primária, composta pelas estradas nacionais classificadas, as estradas regionais e a VIM, competindo-lhes o papel de vias colectoras e estabelecendo a ligação entre a rede de auto-estradas (IP e IC) e a rede de nível hierárquico imediatamente inferior;
- A rede secundária, que compreende as vias distribuidoras principais, as distribuidoras secundárias e as vias de acesso local.

Na figura 1 e no quadro respectivo enumeram-se as vias da rede primária e ainda as distribuidoras principais, face ao importante papel que prestam na rede secundária, estabelecendo a ligação da rede primária aos principais centros urbanos do concelho.

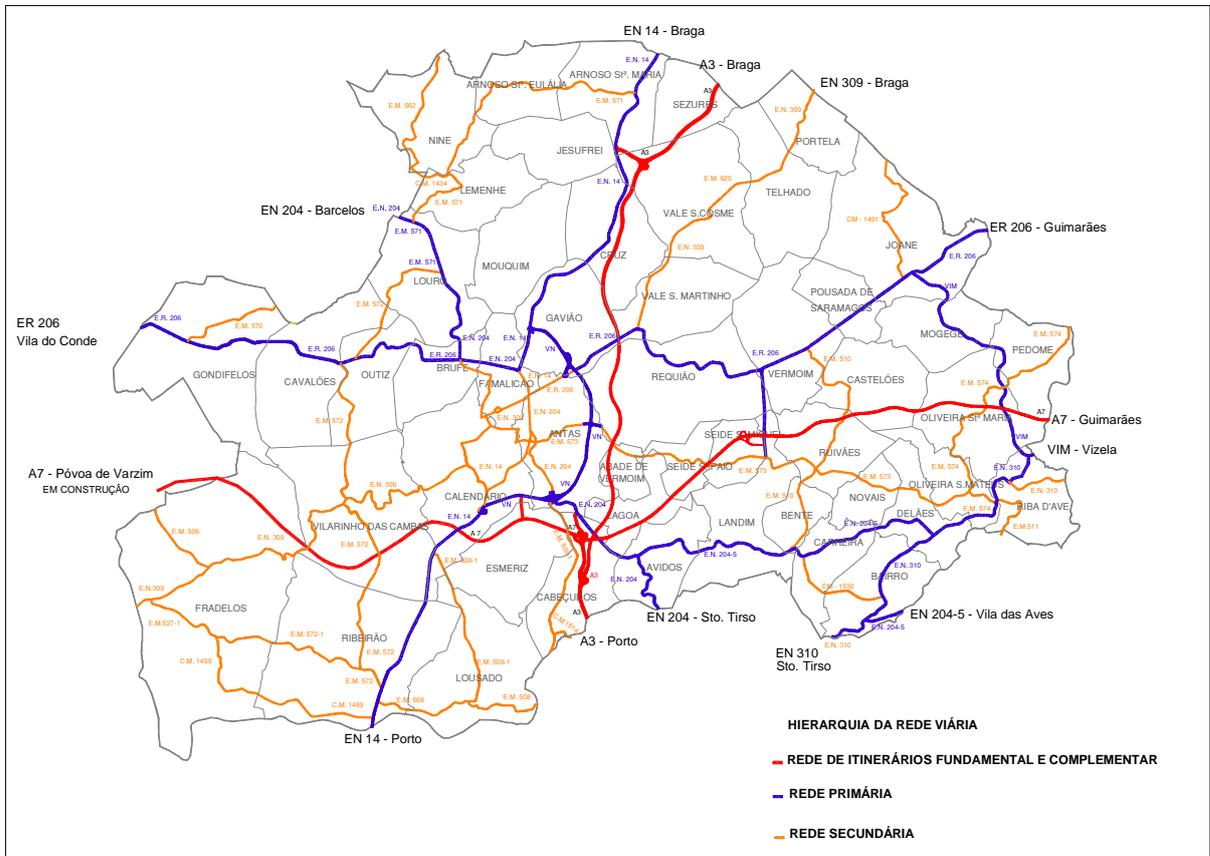


Fig 1 – Rede Estruturante do Município

Quadro 1 – Rede Estruturante do Município

	Rede Primária	Rede Secundária
	Vias Colectoras	Vias Distribuidoras Principais
Estradas Nacionais	Variante Nascente	
	EN 14 (Trofa – Braga)	
	EN 204 (Barcelos – Santo Tirso)	
Estradas Regionais	ER 206 (Vila do Conde – Guimarães) engloba o acesso à A7	
Vias Intermunicipais	VIM (Joane – Vizela)	
Estradas Nacionais Desclassificadas	EN 204-5 (Avidos - Vila das Aves)	EN 309 (Fradelos – Braga)
	EN 310 (Santo Tirso – VIM) engloba ligação à VIM	
Estradas Municipais		EM 506 (Fradelos – Balazar)
		EM 508 (Ribeirão – Lousado)
		EM 508-1 (Calendário – Lousado)
		EM 510 (Landim - Vermoim)
		EM 511 (Riba D’Ave – Vila das Aves)
		EM 562 (Estação de Nine - Cambeses) engloba o CM 1434
		EM 570 (Igreja Gondifelos – Minhotães)
		EM 571 (Louro – Arnosos Sta Maria)
		EM 572 (Louro – Outiz – Ribeirão)
		EM 572-1 (Igreja Ribeirão – Fradelos)
		EM 573 (Antas – Oliveira S. Mateus)
EM 574 (Oliveira S. Mateus – Ponte de Servas Pedome)		
Caminhos Municipais		CM 1434 (Lemenhe – Estação Nine)
		CM 1459 (Ponte da Trofa em Ribeirão – Área Industrial de Fradelos)
		CM 1491 (Joane – Airão S. João)
		CM 1530 (Carreira – Bairro)

É um fenómeno inerente ao difuso disperso do Vale do Ave, mas que exige uma reclassificação da hierarquia viária, contemplando, nas situações de maior conflito, a proposição de variantes aos principais aglomerados urbanos.

1.1.1.4 Volumes de tráfego

Para se entender melhor o papel das diferentes vias que integram a rede rodoviária de Vila Nova de Famalicão ou que cruzam este território, é importante analisar os volumes de tráfego TMDA verificados em 2004, em acordo com os dados constantes do processo inerente à elaboração do mapa de ruído e que se apresentam a seguir:

Quadro 2 - Tráfego Médio Diário Anual (motorizados nos 2 sentidos) da A3

Classificação	Troço	TMDA
A3	Stº Tirso – Famalicão	46 636
	Famalicão – Cruz	24 680
	Cruz – Braga Sul	19 251
Nó de Famalicão		7 845
Nó de Cruz		6 225

Fonte: Brisa 2003

Quadro 3 - Tráfego Médio Diário Anual (motorizados nos 2 sentidos) da A7

Classificação	Troço	TMDA
A7	Famalicão – A3	7 790
	A3 – Seide	19 992
	Seide – Ave	16 975

Fonte: AENOR 2003

Quadro 4 - Tráfego Médio Diário Anual (motorizados nos 2 sentidos) da Rede Primária

Classificação	Troço	TMDA
Variante Nascente	Rotunda da EN14 Gavião – Rotunda da EN14 Calendário	28 193*
EN14	Trofa - Famalicão	17 798
	Rotunda S. António – Rotunda Variante Nascente	29 775*
	Famalicão - Braga	15 836
EN204	Santo Tirso – Nó de Cabeçudos	15 032
	Famalicão – Nó de Cabeçudos	24 656
	Famalicão - Barcelos	11 239
ER206	Vila do Conde - Famalicão	10 739
	Famalicão - Guimarães	16 400
Via de Acesso à A7	ER 206 – EM 573	8 344*
Fonte: IEP 2001 * Valor estimado pela DBLab 2004		
EN204-5	Avidos – Delães	8 776
	EN 310 – Vila das Aves	4 328
EN310	Delães – VIM (Riba D'Ave)	15 760
VIM	Joane – Vizela	12 280

Fonte: DBLab 2004

Quadro 5 - Tráfego Médio Diário Anual (motorizados nos 2 sentidos) da Rede Secundária

Classificação	Troço	TMDA Estimados
EN309	Vale S. Martinho - Braga	4 496
	Famalicão - Calendário	13 312
	Calendário - Fradelos	3 752
EN310	Santo Tirso - Delães	6 168
EM506	Fradelos - Balazar	2 496
EM508	Ribeirão - Lousado	4 808
EM508-1	Calendário - Lousado	6 605
EM510	Landim - Vermoim	2 832
EM511	Riba D'Ave - Vila das Aves	3 296
EM562	Estação de Nine - Cambeses	4 656
CM1434	Lemenhe - Estação de Nine	2 400
EM570	Igreja Gondifelos - Minhotães	1 680
EM571	Louro - Arnoso S.ta Maria	3 760
EM572	Louro - Outiz	1 896
	Outiz - Vilarinho das Cambas- Igreja Ribeirão	4 192
	Igreja Ribeirão - EN14	11 744
EM572-1	Igreja Ribeirão - Fradelos	6 392
EM573	Antas - Requião	4 824
EM574	Oliveira S. Mateus - Ponte de Serves Pedome	2 592
CM 1434	Lemenhe – Igreja Nine	2 400
CM1459	Ponte da Trofa Ribeirão - Área Industrial Fradelos	8 352
CM1491	Joane - Airão S. João	2 528
CM1530	Carreira - Bairro	3 592

Fonte: DBLab 2004

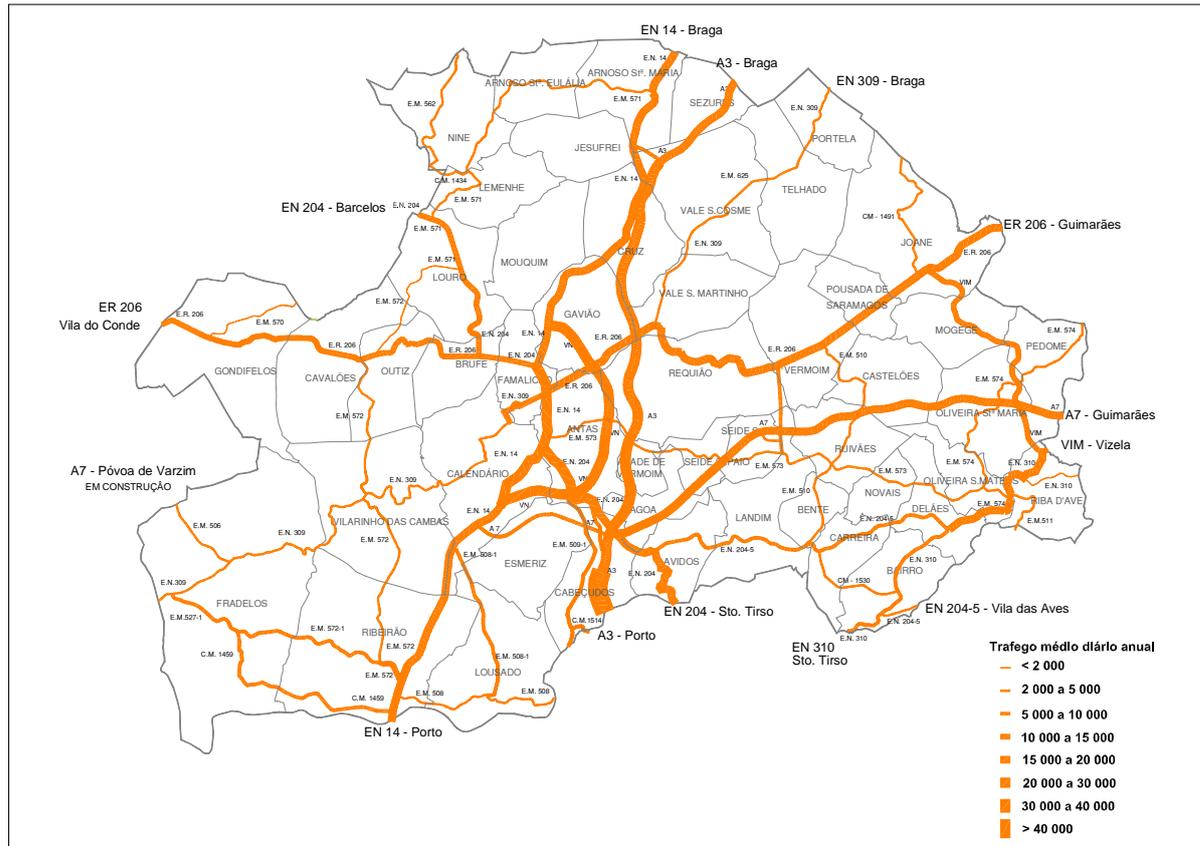


Fig 3 - TMDA da Rede Estruturante do Município

Conquanto os volumes de tráfego registados na A3 e A7 sejam consideravelmente superiores aos das restantes estradas, é de salientar os significativos volumes das estradas da rede primária e mesmo de algumas estradas e caminho municipais (EM 572 e CM 1459) com funções de distribuidoras principais.

Se ao conjunto das primeiras deverá corresponder um nível de serviço não inferior a C e às segundas um nível D, a verdade é que os volumes de tráfego associados às características das estradas, corresponder a níveis de serviço não compatíveis com a função que estas vias deveriam desempenhar na rede rodoviária.

1.1.1.5 Execução do PDM em vigor

Conquanto em capítulo próprio seja feita a avaliação do PDM em vigor e muito designadamente a avaliação da execução das vias propostas, transcreve-se para o presente capítulo a análise inerente à execução da rede viária tendo presente a situação actual.

O quadro seguinte sintetiza o ponto de situação das propostas do PDM para a rede viária, sendo a destacar que algumas das acções previstas são da responsabilidade e competência

da administração central (JAE/IEP) ou dependem de negociações/aprovações entre a Câmara Municipal e aqueles organismos.

Quadro 6 – Ponto de situação da execução das vias propostas no PDM 1994

REDE VIÁRIA	
<i>Acções Previstas no PDM 1994</i>	<i>Ponto de Situação</i>
1 – Rede Primária	
IP1/A3 - Troço Cruz / Braga Sul	Concluída
IC5/ A7 - Troço Seide- Guimarães	Concluída
2 – Rede Secundária	
2.1- Rede Secundária Principal	
EN14 – Acções de melhoria estrutural e construção de uma variante urbana a poente da Trofa	—
EN204 – Nova ligação entre a Variante Urbana de Santo Tirso à EN105 e o nó da A3/IC5 em Famalicão, e ligação à Variante à EN310	—
Ligação entre a Variante à EN204 e a EN206, com o atravessamento do IC5/A7 no nó de Seide	—
2.2- Rede Secundária Complementar	
Variante à EN310	—
Via Intermunicipal (VIM)	Concluída
Variante a Joane	—
Variante Urbana de Famalicão – Criação de uma via a poente e a nascente da cidade que estabeleça a ligação do IC5 às EN`s 14, 206 e 204 na saída para o norte e litoral	Concluído, o troço a Nascente, ligação EN's 14 (norte), 206 e 204. Em construção, o prolongamento da Variante Nascente até à EN14 (sul) e a ligação ao IC5/A7. Em fase de elaboração do estudo prévio, pelo IEP, o troço a Poente e o prolongamento para Norte até ao IP1/A3 no nó de Cruz.

3- Melhoria das condições de operação e de segurança na Rede Secundária

<p>Eliminação de estrangulamentos físicos e de situações de alto risco de acidente</p> <p>Reforço e ampliação da sinalização vertical seja do tipo cautelar ou de informação direccional</p> <p>Construção de passeios para peões</p> <p>Construção de paragens de transportes públicos</p> <p>Construção de bermas para permitir paragens ocasionais de veículos</p>	<p>Foram executadas obras de beneficiação nas estradas EN's14, 206, 204 e 309 (no troço V. N. Famalicão – Fradelos), que incluíram execução de passeios, colocação semáforos para controlo de velocidade, passadeiras e paragens de transportes públicos.</p>
---	---

4- Hierarquia da Rede Viária Concelhia e Regulamento de Gestão no Concelho de Vila Nova de Famalicão

<p>a) Inventariar a rede viária a cargo do município, elaborando ficheiros para os vários troços que compõem a rede distribuidora, para a definição de prioridades de actuação, incluindo a execução de novas ligações.</p>	<p>_____</p>
<p>b) Elaboração de um caderno reivindicativo de questões a abordar e a negociar com a J.A.E., nomeadamente:</p>	
<p>Ligação do acesso ao IC5/A7, ao prolongamento da Av^a Humberto Delgado</p>	<p>Reprovada na Avaliação de Impacte Ambiental no Estudo Prévio da Variante Nascente</p>
<p>Execução de um nó rodoviário no acesso norte à zona industrial de Lousado</p>	<p>Em negociações com o IEP (Via Urbana Intermunicipal Famalicão – Trofa)</p>
<p>Correcção da EN14 no acesso sul à mesma zona industrial</p>	
<p>Ligação do IC5/A7 à variante nascente a Vila Nova de Famalicão</p>	<p>Em construção</p>
<p>Execução de um nó rodoviário, na variante à Trofa, na zona industrial de Ribeirão (em São)</p>	<p>Em fase de elaboração o Estudo Prévio pelo IEP</p>
<p>Execução da variante à EN204 (a ponte) com a eliminação da passagem de nível</p>	<p>_____</p>

1.1.2 Rede Ferroviária

1.1.2.1 Caracterização da Situação Existente

A rede ferroviária do município integra a Linha do Minho (Porto – Valença) até Nine, saindo daí o ramal para Braga, e em Lousado a Linha de Guimarães.

No troço da Linha do Minho, existem as estações de Lousado, Famalicão e Nine e os apeadeiros de Pisão, Barrimau, Mouquim e Louro.

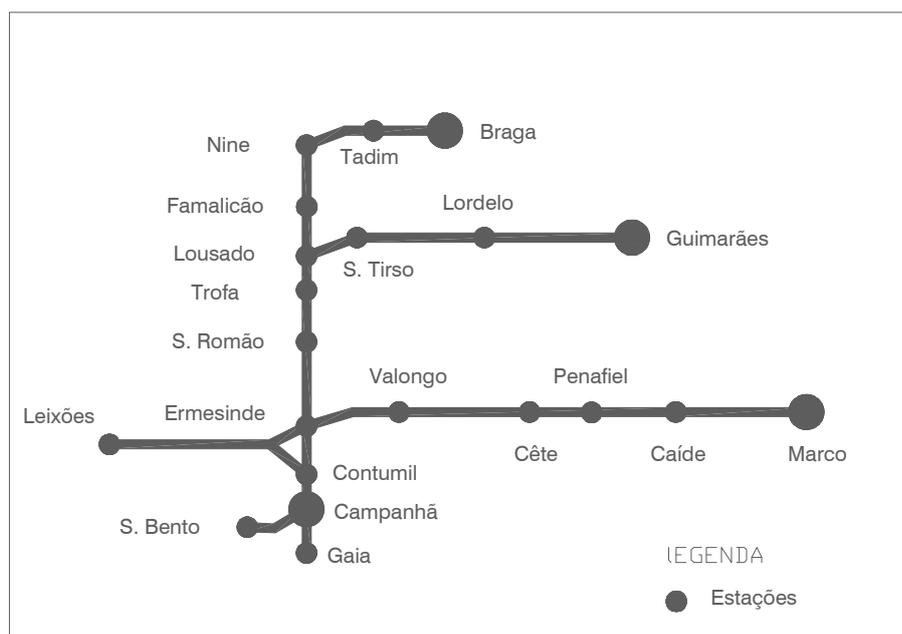


Fig . 1 – Esquema das linhas recentemente modernizadas

A obra de Duplicação e Electrificação da Linha do Minho (Lousado – Nine) e do Ramal de Braga, concluída em 29 de Fevereiro de 2004, desenvolveu-se numa extensão total de 28,380 Km, e incluiu a modernização das estações e apeadeiros, e a construção de variantes para melhoria das condições de exploração da nova via dupla.

Para melhorar as acessibilidades dos transportes públicos e privados e assim potenciar a competitividade do caminho-de-ferro, as estações e apeadeiros dispõem de interfaces rodo-ferroviárias, com parques de estacionamento.

Paralelamente a esta obra de melhoria da rede ferroviária, foram suprimidas 24 passagens de nível no troço Lousado – Nine e entre Nine - Braga 29, tendo sido executadas melhoria nas acessibilidades com a construções de vários viadutos rodoviárias, destacando os viadutos do Vinhal e freguesias de Nine e Esmeriz.

Das rectificações introduzidas ao antigo traçado ferroviário resultam velocidades de projecto que variam entre:

- Troço Lousado-Nine
 - Comboios convencionais: 110 Km/h a 120 Km/h
 - Comboios basculantes: 110 Km/h a 140 Km/h
- Troço Nine – Braga
 - Comboios convencionais: 110 Km/h a 120 Km/h
 - Comboios basculantes: 120 Km/h a 130 Km/h

Relativamente à obra de duplicação e electrificação no troço Nine - Viana de Castelo, esta encontra-se em fase de projecto.

A Linha de Guimarães, que atravessa o município na freguesia de Bairro, foi reconvertida em via larga e construída uma nova estação em Caniços. Nesta obra foram também suprimidas as passagens de níveis.

A Linha Famalicão - Póvoa de Varzim foi desactivada estando em estudo o aproveitamento desse canal para uma Ciclovia.

1.1.2.2 Diagnóstico

Da análise efectuada verificaram-se os seguintes pontos fracos:

- A reduzida capacidade de estacionamento na Estação de Famalicão. Está prevista a construção de mais um parque de estacionamento próximo da estação mediante protocolo entre a REFER e a Câmara Municipal,
- A inexistência de via duplicada e electrificada da Linha do Minho, a Norte de Famalicão, desde a Estação de Nine a Barcelos, Viana do Castelo e Valença. Estas ligações actualmente são feitas a velocidades baixas;

e os seguintes pontos fortes, que deverão ter-se em atenção na estratégia a adoptar:

- Potenciar a utilização dos transportes ferroviários através da articulação com outros transportes rodoviários, pois com as obras executadas de modernização da Linha do Minho (Lousado – Nine), do Ramal de Braga, e da Linha de Guimarães (Lousado - Lordelo) o serviço ferroviário melhorou bastante nas ligações ao Porto (Estação de Campanhã), bem como nas viagens locais, apresentando um serviço com viagens mais rápidas;

- A previsão do prolongamento do metro ligeiro do Porto até à Trofa, que passará a funcionar como interface de transportes de passageiros (ferroviários e transporte rodoviário), beneficiará as acessibilidades do município à Grande Área Metropolitana do Porto;
- Ao nível nacional, espera-se ainda, que a médio prazo entrem em funcionamento as linhas de alta velocidade.

1.2 Transportes

O estudo realizado à rede de transportes públicos teve como ponto de partida um inquérito (em anexo) efectuado às diferentes entidades que operam no município de Vila Nova de Famalicão, a partir do qual se pretende obter um conjunto de informações necessárias para se proceder a um correcto diagnóstico. Foram ainda considerados os dados estatísticos do INE, o Estudo da Rede de Transportes Colectivos do Vale do Ave (AMAVE) e o PDM em vigor neste município.

Neste momento apenas duas das entidades operadoras responderam ao inquérito, estando portanto em falta uma parte significativa dos mesmos. No entanto, foram retiradas algumas conclusões a partir dos dados já obtidos. É de ressaltar que os resultados poderão ser alterados em função das respostas dos inquéritos em falta.

1.2.1 Situação existente

No Município de Vila Nova de Famalicão, o serviço de transporte público é assegurado por 3 operadores de camionagem privados, por um sistema de transportes urbanos colectivos, pelo serviço de táxis e pelo transporte ferroviário.

O sistema de transportes urbanos de Famalicão é um serviço concessionado à Arriva, um dos operadores privados do nosso município.

1.2.1.1 Operadores de Camionagem Privados e Transportes Urbanos de Famalicão

São três os operadores de camionagem privados que realizam carreiras no nosso município: Arriva, Transdev e Auto viação Pacense/Landim. Independente deste sistema de transporte foi implementado em 15 de Setembro de 1997, o sistema de transportes urbanos colectivos, o qual surgiu no cumprimento de um objectivo estratégico do PDM actualmente em vigor. Das entidades atrás focadas, apenas a Arriva e os TUF (Transportes Urbanos de Famalicão) responderam ao inquérito proposto.

Um dos pontos analisados no inquérito tem a ver com a frota. Este item deve ser analisado tendo em atenção duas situações, isto é, a realidade do nosso país e portanto do nosso município, e a realidade europeia. Neste momento, a idade das frotas rondam os 15 anos e têm uma previsão de duração de 25 anos. Podemos assim considerar que começam a entrar numa fase de envelhecimento, exigindo um futuro investimento. Comparativamente a alguns países europeus temos uma frota envelhecida, já que os veículos são retirados do mercado ao fim de 10 anos de utilização. Aliás, temos que considerar o facto dos veículos usados em Portugal serem importados de países da Europa de onde se destacam a Dinamarca e a

que não servidos pela rede existente, sendo de destacar a freguesia de Nine onde nenhum dos seus equipamentos (escolares e de saúde) é servido por transportes públicos.

Coloca-se assim, o problema da cobertura territorial da rede existente. De acordo com o estudo da Amave, existe uma cobertura bastante razoável para os aglomerados que distam até 250 metros das linhas de transporte colectivo. Todos os aglomerados que se situam para além destas distâncias já apresentam carências ao nível deste serviço.

Quanto à rede ferroviária, esta será tratada mais à frente. No entanto, é conveniente desde já fazer uma referência à sua cobertura territorial. Dado o carácter da ferrovia, a sua área de influência apenas foi considerada em relação aos apeadeiros e às estações e não ao seu traçado pois nem sempre os aglomerados adjacentes podem usufruir de forma imediata deste serviço.

Desta forma, em relação à cobertura territorial (planta em anexo 1.2) podemos concluir por uma cobertura bastante razoável do território, apesar de existirem alguns aglomerados populacionais fora da área de abrangência dos 250 m. Muitas vezes os acessos são a principal razão da não cobertura dessas áreas na medida em que as unidades de transporte existentes apresentam dimensões que não se adequam ao perfil da via. Nine é uma freguesia fortemente carenciada ao nível do transporte público rodoviário onde apenas existe um corredor que não passa pelo centro da freguesia e que não assegura a intermodalidade em relação ao modo ferroviário desvalorizando, de certa forma, este tipo de transporte.

Apesar da cobertura do território se apresentar bastante razoável, o mesmo não significa que estejam assegurados bons níveis de mobilidade. Esta depende sobretudo dos custos dos bilhetes, da frequência dos serviços, dos horários, da informação ao público, dos níveis de conforto, da flexibilidade da mobilidade (intermodalidade). Interessa que se trate de um serviço adaptado às características da mobilidade da população.

Ainda no que diz respeito às carreiras, há a considerar o problema da sobreposição de carreiras de igual carácter efectuadas por diferentes operadores (planta em anexo 1.2). Um corredor só deve ser utilizado por mais do que uma operadora se estas efectuarem carreiras de diferente carácter, ou seja, com tempos de viagem e com distâncias de paragem diferentes. É necessário que haja maior coordenação de serviços de forma a assegurar maior racionalidade no uso dos meios disponíveis.

Nas figuras 3,4, 5 e 6 estão representados graficamente os percursos efectuados pelas operadoras. A Arriva (fig.3), é a única operadora detentora de uma rede que se reparte por todo o território; os TUF (fig.4), operam sobretudo nas freguesias que constituem o perímetro urbano, embora também prestem serviços em algumas freguesias vizinhas; a Transdev (fig.5)

Quanto à informação aos utentes acerca das carreiras e dos horários, ela existe na central de camionetas, nas bilheteiras e nas escolas. Os operadores falam da necessidade de maior divulgação dos serviços.

Outro aspecto objecto de análise teve a ver com a dificuldade de entrada e saída da cidade, pois a construção do túnel junto à Rotunda Bernardino Machado obriga os autocarros a percorrer toda a Avenida Marechal Humberto Delgado. Esta situação conduz a atrasos nas carreiras devido à intensidade de tráfego nesta via, assim como se passaram a contabilizar mais km diariamente. Por outro lado, a velocidade comercial baixou de uma forma drástica dentro do espaço urbano (de 15 Km/hora para 4 Km/hora), registando um valor satisfatório, cerca de 30 Km/hora, nos espaços rurais. Ainda a considerar que a baixa velocidade comercial levou ao cancelamento das carreiras expresso Guimarães - Porto com paragem em V. N. de Famalicão. Segundo os operadores seria necessário resolver o acesso à central de camionetas, o qual foi dificultado pela existência do túnel na Avenida Marechal Humberto Delgado.

Uma das fontes utilizadas neste estudo foram os dados estatísticos do INE, relativos aos anos de 1991 e 2001. Através destes dados conclui-se o aumento substancial do uso do automóvel em detrimento do autocarro nas deslocações para o local de trabalho ou estudo. De 1991 para 2001 triplicou o número de pessoas que passaram a recorrer ao carro particular (de 12792 em 1991 para 39994 em 2001). Os dados do INE permitem ainda concluir que, na grande maioria dos casos, a deslocação de carro é feita na posição de condutor e não de passageiro, o que se traduz num aumento considerável do número de carros a circular.

O automóvel particular é considerado o meio de transporte mais flexível que garante maiores níveis de mobilidade numa estrutura de povoamento difusa, típica do nosso município. Este aumento do uso automóvel conduz à definição de dois tipos de problemas: ambientais, com o aumento da poluição sonora e atmosférica, e sociais, com o aumento da possibilidade de acidentes. Por outro lado, este aumento da motorização tem como consequência a sobrecarga das infraestruturas viárias.

1.2.1.2 Transporte ferroviário

Paralelamente à rede rodoviária, Vila Nova de Famalicão é servido pela rede de transporte ferroviário. O município é servido pela Linha do Minho (Porto-Valença), existindo em Nine um ramal para Braga. Para além da estação de Vila Nova de Famalicão, o município é servido pela estação de Nine, a estação de Lousado, a estação de Caniços (Bairro), os apeadeiros de Pisão, Barrimau, Mouquim e Louro (fig.7).

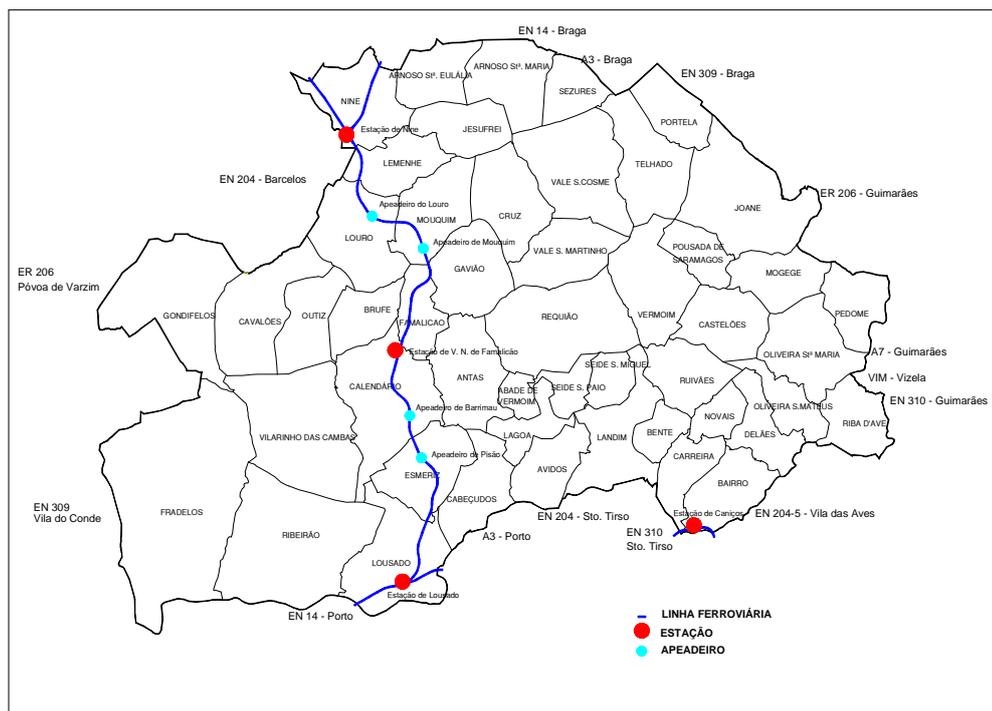


Fig. 7

Relativamente aos transportes ferroviários existem dois períodos a considerar: antes e depois das obras de beneficiação. De acordo com o estudo da Amave, antes das obras de beneficiação a velocidade comercial era muito baixa. Por outro lado, considerando a cobertura territorial limitada, a pouca frequência dos serviços, aliada ao facto de as deslocações da população serem sobretudo inter-concelhias, o comboio não se revelou um meio competitivo neste tipo de deslocação. O comboio foi apenas usado pelas populações abrangidas por estação ou apeadeiro e sobretudo utilizado nas deslocações regionais, onde já competia com as carreiras rodoviárias regionais.

Todavia, as linhas e os meios de transporte ferroviário foram alvo de beneficiação. Esta traduziu-se na duplicação e electrificação da linha ferroviária e na modernização da frota. Na sequência destes investimentos, foi possível aumentar em cerca de 50% a velocidade comercial. Resta saber se esta beneficiação também se traduziu num aumento dos utentes e, portanto se transformou num transporte competitivo a nível inter-concelhio. (a CP ainda não respondeu ao inquérito enviado). Contudo, há sempre a considerar a inflexibilidade do percurso e a fraca cobertura territorial.

O serviço ferroviário oferece vantagens ambientais e económicas face ao transporte rodoviário, ou seja, tratam-se de veículos com menor consumo energético, para além dos preços aos utentes se revelarem mais baixos.

Outro aspecto a considerar tem a ver com os interfaces ferroviários, os quais poderiam ser mais completos em relação aos serviços que oferecem e aos equipamentos de apoio ao utente onde estes possam comprar bens de primeira necessidade.

Ainda de referir que, com a remodelação dos edifícios das estações foram criados interfaces para estacionamento de automóveis. Seria no entanto conveniente, realizar um estudo para se apurar se os lugares de estacionamento são suficientes ou não.

1.2.1.3 Táxis

Os transportes públicos são ainda assegurados pelo serviço de táxis, existindo pontos de paragem dentro do espaço urbano e em algumas freguesias do concelho. Este serviço apresenta uma grande importância junto das estações de comboio e na central de camionetas na medida em que, juntamente com o automóvel particular, são os únicos modos que asseguram a intermodalidade dos transportes. Todavia, o táxi como modo de transbordo representa um peso muito grande no orçamento dos utentes, não sendo por isso uma opção viável para muitos dos utentes. Assim, ao nível do transporte público, não há nenhum modo que assegure a intermodalidade.

Um dos problemas do nosso município tem a ver com um sistema de transportes públicos onde a intermodalidade é inexistente quer na sua organização física, lógica ou de integração tarifária. Em relação a este último aspecto, seria importante criar um sistema de acesso (títulos de transporte) e um tarifário comum aos vários operadores. Outro problema tem a ver com a organização física do sistema, isto é, para que o sistema de transportes seja intermodal é necessário que haja um transbordo cómodo e fácil entre modos. Neste momento, temos esse problema na transição do modo rodoviário (camioneta) para o modo ferroviário, onde os utentes percorrem uma grande distância e sem protecção das condições meteorológicas. A organização lógica do sistema, ou seja, a existência de uma mobilidade em tempo útil, é também um dos problemas da nossa rede de transportes. Em relação a este aspecto, é necessário redefinir os horários para que as ligações entre os modos sejam minimizadas e pensar numa organização do tráfego de forma a minimizar o tempo de percurso. Obviamente, este tipo de organização exige, para além de um conhecimento real das necessidades de mobilidade da população, a coordenação do sistema.

1.2.2 Diagnóstico

Os principais pontos fracos identificadas foram:

- Uma frota de autocarros envelhecida onde algumas unidades já não apresentam níveis de conforto aceitáveis.

- Sobreposição de carreiras com o mesmo carácter, efectuadas por diferentes operadores.
- Ausência de baías de paragem, falta de sinalização dos pontos de paragem e ausência de abrigos funcionais para os utentes.
- Falta de informação aos utentes, os quais desconhecem as alternativas ao transporte individual.
- Fraca velocidade comercial dos autocarros no espaço urbano devido às dificuldades de entrada e saída da cidade.
- O aumento do uso do automóvel com apenas uma pessoa.
- Inflexibilidade do percurso e cobertura territorial limitada do transporte ferroviário.
- Interface ferroviário com carências ao nível de equipamentos e serviços.
- Imagem de que o transporte público é para as classes mais desfavorecidas.
- intermodalidade do sistema de transportes públicos inexistente.

Os principais pontos fortes são:

- Existência de um serviço de transportes públicos consolidado.
- Boa frequência de serviços rodoviários nos eixos de hierarquia superior.
- Uma cobertura territorial bastante razoável.
- Na maior parte dos casos, a distância entre os pontos de paragem é boa.
- Aumento do conforto e da velocidade comercial do transporte ferroviário.
- Vantagens ambientais e económicas proporcionadas pelo comboio.
- Interfaces automóveis junto das estações de comboio e da central de camionetas.

TRANSPORTES PÚBLICOS RODOVIÁRIOS

OPERADOR:

Frota

- N^o de autocarros:
- Idade da frota:
- Idade média de utilização de cada veículo:

Percursos e pontos de paragem

- Tipo de cobertura territorial:
 1. Concelhia
 2. Regional
 3. Regional/expresso
 4. Expresso
- Onde dispõe de informação aos utentes acerca dos horários e percursos?
- A intensidade das carreiras está relacionada com:
 - Horas de ponta:
 - Vias de hierarquia superior:
 - Equipamentos de educação, saúde... industriais:
- Identificação das horas de ponta:
- Identificação das zonas com maior número de carreiras:
- Qualidade dos pontos de paragem:
 - Para espera dos utentes:
 - Faixa própria para paragem dos autocarros:

Utentes

- N^o total de utentes
 - 2002
 - 2003
 - 2004

- Utentes por freguesia (freguesias com mais utentes):

Documentação a pedir

1. Rede de cobertura concelhia
2. Velocidade comercial (km/hora) – Km carreira e tempo gasto no percurso (carta de horários)
3. Carta com identificação dos pontos de paragem

Observações

1. Carreiras com origem e destino no mesmo concelho
2. Carreira com origem e destino em concelhos diferentes
3. Carreira com origem e destino em concelhos diferentes mas com poucas paragens
4. Carreiras com itinerários de longo curso

Utentes

- N^o total de utentes no município de V. N. de Famalicão:

2002 _____
2003 _____
2004 _____

Para compreensão de alguns elementos que foram fornecidos pela CP em 29 de Março de 2004, é importante definir os seguintes conceitos:

- Serviço InterCidades;

- Serviço Suburbano;

- Serviço Regional;

- Serviço InterRegional;

2. OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS

2.1. Infra-estruturas Hidráulicas

2.1.1. Rede de Abastecimento de Água

O primeiro Plano Geral de Abastecimento de Água ao Concelho foi elaborado em Maio de 1988 e serviu de base à elaboração do Plano Director Municipal aprovado em Setembro de 1994.

Esse Plano apoiava-se nas origens de água existentes que eram Pedome(1.^a Origem), Louro (2.^a Origem) e Lages-Fradelos(3.^a Origem). Esta, terá logo sido abandonada pela má qualidade da água encontrada.

Com o aparecimento de “Águas do Cavado”, toda a filosofia em relação a origens de água foi alterada, tendo como chave uma única origem (Rio Cávado), sendo então encerradas as captações existentes.

Para tratar a água proveniente do Rio Cávado, foi projectada e instalada a Estação de Tratamento de Água de Pré-Exploração (ETAPE). Inicialmente a ETAPE abastecia os concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, tendo sido depois expandida a sua capacidade de modo a ser possível também o abastecimento a V. N. de Famalicão. Foi dimensionada para uma capacidade útil diária máxima de 20 000m³, mais tarde ampliada para 32 000m³.

Em Janeiro de 2000 arrancou a Estação de Tratamento de Água de Areias de Vilar, com capacidade nominal máxima de 160 000 m³/dia e responsável pelo abastecimento em alta aos Municípios de V. N. de Famalicão, Esposende, Barcelos, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Santo Tirso, Trofa e Maia (Norte).

Com a colaboração estreita da empresa “Águas do Cavado”, foi mandado elaborar um novo “Plano Geral de Abastecimento de Água ao Concelho de V. N. de Famalicão”, finalizado em Abril de 1999.

A partir daí, toda a orientação se deu no sentido das adutoras principais a instalar ou já instaladas no Município pela “AdC”, tendo sempre em conta os sistemas de distribuição existentes e, muito em especial os Reservatórios.

O início do abastecimento ao Município de V. N. de Famalicão data de Junho de 1999.

O Plano Geral de Abastecimento de Água ao Município de V. N. de Famalicão encontra-se em anexo (planta 3.1).

Durante a vigência do PDM 1994, foi instalado o Sistema Multimunicipal das Águas do Cavado, SA. O Município passou a ser abastecido da seguinte forma:

- A adutora principal entra pela E.N. 204 vinda de Barcelos e vai até aos Reservatórios principais em Barradas com capacidade de reserva de 5 000 m³. Daqui saem duas sub-adutoras com destino a Cerite (todo o núcleo urbano da cidade e zona adjacente) e à parte Nascente do Município (Santa Tecla).

- A adutora da Trofa e Santo Tirso que circula na E.N. 105, a Sul do Município, tem uma sub-adutora que passando o Rio Ave, vem colocar água nos Reservatórios de Fradelos, para abastecimento à parte Sul do Concelho, ao núcleo Fradelos, Ribeirão e Lousado.

Os sistemas de abastecimento de água existentes, actualmente, são os constantes no quadro seguinte.

Quadro 7 – Sistemas de Abastecimento de Água

SISTEMAS	FREGUESIAS PARCIAL OU TOTALMENTE ABASTECIDAS
I - SISTEMA CERITE 1 - Zona Urbana da Cidade 2 – Zona Poente	Vila Nova de Famalicão, Calendário, Brufe, Gavião, Antas, Mouquim (sul), Abade de Vermoim (poente), Lousado (norte), Esmeriz, Cabeçudos, Outiz, Louro, Vilarinho das Cambas, Cavalões e Gondifelos.
II - SISTEMA LEMENHE 3 – Zona Norte/Poente 4 – Zona Norte	Nine, Lemenhe, Mouquim (norte), Arnoso Sta Eulália (sul). Cruz, Jesufrei, Arnoso S.Maria (Sul) e Arn. S.Eulália(norte).
III – SISTEMA SANTA TECLA 5 – Zona Urbana Nascente	Pedome, Oliveira St ^a Maria, Oliveira S. Mateus, Delães, Riba de Ave, Bairro, Carreira, Novais, Mogege e Castelões.
IV – SISTEMA JOANE, POUSADA, VERMOIM 6 – Zona Nascente/Norte	Joane, Pousada e Vermoim.
V – SISTEMA VALE S. MARTINHO 7 – Zona Norte/Nascente	Requião, Vale S. Martinho e Vale S. Cosme (sul).

VI – SISTEMA RUIVÃES, SEIDE 8 – Zona Sul/Nascente	Ruivães, Bente, Landim, Seide S. Miguel, Seide S. Paio, Abade Vermoim (nascente), Lagoa e Avidos.
VII – SISTEMA RIBEIRÃO 9 – Zona Sul	Lousado (Sul), Ribeirão, Fradelos e Zona Industrial (Vilarinho, Lousado e Ribeirão)

Desde 1990, das 35 freguesias que não tinham rede de abastecimento de água foram executadas redes novas em 32 freguesias: Bairro, Carreira, Novais, Mogege, Castelões, Vale S. Martinho, Vilarinho das Cambas, Louro, Outiz, Cavalões, Gondifelos, Arnosos St.^a Eulália (parte), Joane, Vermoim, Requião, Seide S. Miguel, Seide S. Paio, Pousada de Saramagos, Fradelos, Ribeirão, Cruz, Ruivães, Bente, Landim, Abade de Vermoim, Esmeriz, Cabeçudos, Lagoa, Avidos, Jesufrei, Arnosos Sta. Maria e Vale S. Cosme(sul).

Para a cobertura total do Concelho, estão em falta as freguesias de Arnosos Santa Eulália (parte), Arnosos Santa Maria (parte), Sezures, Vale S. Cosme (parte), Telhado e Portela.

De acordo com os dados fornecidos pelo Departamento do Ambiente com referência a Junho de 2010, existem **37.690 consumidores activos, o que se traduz em 113.070 habitantes servidos com rede de distribuição**. Estima-se um número médio de 3 pessoas por fogo (valor resultante da relação entre o número de habitantes e de famílias por freguesia).

Quadro 8 – Capacidade Armazenamento dos Reservatórios Municipais

Capacidade Armazenamento Reservatórios	
Lemenhe	300 m ³
Nine (Coura)	350 m ³
Nine (Fonte Cova)	100 m ³
Brufe (Cerite)	3 000 m ³
Calendário (Vitória)	500 m ³
Gondifelos	70 m ³
Cavalões	400 m ³
Outiz (Gemunde)	1 000 m ³
Outiz (Barroca)	1 500 m ³
Lousado	1 050 m ³

Ribeirão	1 500 m ³
Vermoim	750 m ³
Pousada de Saramagos	600 m ³
Santa Tecla	3 000 m ³
Delães	1 400 m ³
Riba d'Ave	1 000 m ³
Bairro	600 m ³
Vale S. Martinho	1 500 m ³

Quadro 9 – Capacidade Armazenamento dos Reservatórios “AdC” no Município

Capacidade Armazenamento Reservatórios “AdC”	
Barradas/ Louro	5 000 m ³
Lemenhe	1 500 m ³
Joane	1 500 m ³
Fradelos	750 m ³
Jesufrei	500 m ³
Ribeirão (Industrial)	50 m ³
Ruivães	1 000 m ³
Seide S. Miguel	1 000 m ³

Quadro 10 – Consumo médio diário por sistema

Consumo médio diário por sistema	
Sistema Lemenhe	1 160 m ³ / dia
Sistema Cerite	15 280 m ³
Sistema Santa Tecla	4 330 m ³
Sistema Joane	1 100 m ³
Sistema Pousada de Saramagos	200 m ³
Sistema Vale S. Martinho	895 m ³

Sistema de Vermoim	260 m3
Sistema de Ribeirão	2 800 m3
Total do consumo médio diário	26 025 m3

Caracterização e extensão das adutoras

A rede geral de adutoras é de construção recente (entre 10 e 15 anos), com diâmetros compreendidos entre DN125 e DN500.

Os materiais de construção das condutas são Polietileno de Alta Densidade - PEAD nos diâmetros até 200mm, sendo utilizado o Ferro Fundido Dúctil - FFD nos diâmetros seguintes.

A extensão total das adutoras é de 54 300m.l.

Redes existentes, necessidades de reforço e substituição destes

As redes existentes são na sua maioria de construção recente (cerca de 15 anos), construídas em PEAD e PVC Rígido, restando uma pequena área em Fibrocimento que necessita de ser substituída, por estar construída em material desadequado e com capacidades de distribuição esgotada. Essa área abrange apenas as freguesias de Nine, Lemenhe e a parte norte de Mouquim.

Qualidade da água de “Águas do Noroeste”

A única origem de água para as redes colectivas do Concelho é de “Águas do Noroeste”. Quanto à qualidade, há informações periódicas do cumprimento integral das Normas Regulamentares, sendo também efectuadas análises complementares obrigatórias pelo Sector de Qualidade de Água do Departamento do Ambiente da Câmara Municipal.

2.1.2 – Rede de Saneamento Residual

A actual Rede de Drenagem de Águas residuais é fruto da junção das obras efectuadas pelo município, parte da rede do SIDVA (Sistema Integrado de Despoluição do Ave - , que funciona apenas como rede receptora que permite encaminhar os afluentes para tratamento nas ETARS do SIDVA) e pelas pequenas redes que servem os loteamentos.

Os dados a seguir apresentados referem-se às zonas cobertas pela rede construída pelo Município.

A actual rede de esgotos (ver planta 2.1.2 em anexo) é totalmente independente da rede de águas pluviais, existindo uma caixa para cada rede e condutas diferentes.

O material utilizado na construção da maioria das redes era o PVC Rígido com PN 4. Nas obras mais recentes está a ser utilizado o PPR de estrutura corrogada com SN8.

A rede mais antiga existente no concelho encontra-se na zona urbana onde o material utilizado nas tubagens foi o grés cerâmico vidrado.

A rede de drenagem de águas residuais não cobre a totalidade do concelho. No quadro seguinte encontra-se discriminado por freguesia a percentagem de população servida, os quilómetros e ligações á rede construída. A rede existente serve uma população aproximadamente de 85.500 habitantes.

FREGUESIA	POP. TOTAL (nº de pessoas)	% POP. SERVIDA	ESGOTOS (KM)	LIGAÇÕES (unidades)
Seide S. Miguel	1 150	48%	7.500	176
Delães	3 800	95	19.0	1045
Fradelos	3 350	75	19.600	800
Joane	7 450	75	30.600	1668
Lousado	3750	80	27.900	1097
Mogege	1935	42	6.60	241
Riba d'Ave	3396	85	16.500	967
Ribeirão	8 298	85	49.000	1 623
Bente	962	17	1.200	53
Bairro	3 850	90	30.0	662
Castelões	1 743	30	2.200	148
Lagoa	909	40	2.600	116
<u>Núcleo Urbano</u>			114.1	11816
Famalicão	8 200	100		
Brufe	2 300	95		

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

Calendário	10 700	95		
Antas	5 400	100		
Gavião	3 750	95		
Abade Vermoim	351	40	1.000	45
Avidos	1411	68	5.800	299
Cabeçudos	1468	60	3.000	156
Carreira	1912	29	11.400	171
Cavalões	1462	69	10.887	335
Cruz	1633	90	15.200	300
Esmeriz	1930	81	11.000	472
Gondifelos	2118	31	3.200	194
Landim	2858	28	5.200	236
Lemenhe	1424	0.50	0.100	1
Novais	895	63	5.800	179
Outiz	943	0.41	0.300	1
Pedome	2234	53	12.200	344
Pousada de Saramagos	2016	66	8.000	412
Requião	3034	34	5.000	309
Ruivães	2117	6	4.900	309
Arnosos de S.ta Eulália	1122	3	2.600	11
Arnosos de S.ta Maria	1824	4	4.800	18
Vale de S. Cosme	3054	12	7.200	101
Vale de S. Martinho	1943	55	8.300	295
Oliveira de S. Mateus	3075	54	15.600	567

Oliveira de S. ta Maria	3091	92	24.600	860
Seide S. Paio	381	34	1.600	37
Vermoim	2893	46	11.200	435
Vilarinho das Cambas	1319	39	3.800	146

Neste momento encontram-se em curso as seguintes obras:

FREGUESIA	POP. TOTAL (nº de pessoas)	% POP. SERVIDA	ESGOTOS (KM)	RAMAIS (unidades)	ANO (término)
Louro	2 453	50	7.978	340	2011
Nine	2 732	67	11.345	556	2011
Gondifelos	2 188	50	7.510	330	2011
Mouquim	1 408	59	8.256	250	2012
Jesufrei	666	90	7.600	200	2012
Arnosos S.ta Maria	1824	54	8.000	300	2012

Está ainda prevista a construção da rede de drenagem de águas residuais das restantes freguesias do Vale do Rio Este

TRATAMENTO DOS EFLUENTES

Para tratamento dos efluentes existem três situações possíveis:

- ETAR de Penices (SIDVA)
- ETAR da Agra (SIDVA)
- ETAR dos Loteamentos

As águas residuais provenientes de toda a rede de colecta em funcionamento são tratadas no Sistema Integrado de Despoluição do Ave. Os loteamentos que possuem ETAR a funcionar têm os efluentes domésticos tratados pelas mesmas. Relativamente às ETARES, existe uma representação gráfica da sua distribuição territorial na planta 2.1.3 em anexo.

Designação	Nº de habitantes
População total	127 500
População total abrangida pela área do SIDVA	127500
População ligada à rede de esgotos	85 500

A ETAR existente no lugar de Queimados, freguesia de Calendário, encontra-se concessionada à empresa “Águas do Ave”, que está a iniciar a fase de desactivação

Em algumas situações há a necessidade de construir estações elevatórias para permitir ligar a rede de esgotos, que serve uma dada zona, à rede geral. As estações que actualmente existem, encontram-se discriminadas na seguinte tabela. A este respeito ver ainda planta 2.1.4 em anexo.

DENOMINAÇÃO	LUGAR	FREGUESIA	POPULAÇÃO SERVIDA
Lot. Fernandes Gomes & Cunha - Juncainho	Aldeia Nova	Calendário	250 hab
Rede	Rua de São Cristóvão	Gavião	100 had
Rede	Rua José Duarte Navio	Calendário	18 hab
Filobranca (proximidade)	Penedo	Riba D'Ave	30ab.
Soc. Const. Imobiliários	Candeeira	Ribeirão	140 hab
URBACTUAL - Emp. Imobiliários	Aldeia Nova	Ribeirão	205 hab.
Rede	R. Bernardino Machado	Riba D´Ave	150hab.
Camilo da Costa Magalhães	Outeiro	Vale S.	170 hab.
IMADEIRAS- Lot. Vila Arminda	Sobre-Seara	Calendário	80 hab
S.Claudio	S. Claudio	Antas	1000 hab
Loteamento da Câmara Municipal	Pinheiral	Antas	231 hab

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

Urbanização de S. Tiago		Antas	60 hab
Rede de saneamento de Calendário	R. das Paradas	Vilarinho	200 hab
Castanhal	Lot. Prediluz	Brufe	60 hab
Lagarinhos	Lagarinhos	Brufe	60 hab
Lagarinhos	Escola	Brufe	40 hab
Rede de saneamento Cruz/Gavião	Rua de Sá	Gavião	100 hab
Rede da Lagoa	Lot. Acrotério	Lagoa	60 hab
Paraíso	Paraíso	Delães	200 hab
Ed. Padrão	Edifício Padrão	Fradelos	80 hab
Lot. Regalo	Loteamento do Regalo	Bairro	90 hab

Os fogos que não servidos pela rede de esgotos utilizam as Fossas Sépticas para a eliminação das águas residuais. Em relação a este tipo de equipamento não existe um levantamento.

Os dados existentes sobre estes equipamentos referem-se às Fossas Sépticas colectivas Municipais. Actualmente, encontram-se em funcionamento 7 fossas sépticas distribuídas por loteamentos ruas sem rede de drenagem . A este respeito consultar a seguinte tabela e a planta 2.1.5 em anexo.

DENOMINAÇÃO	LUGAR	FREGUESIA	TIPO	POPULAÇÃO SERVIDA
Lot. Manuel Pereira Machado	Passelada	Landim	Com poço absorvente	16 lotes
Lot. António Marques Fernandes	Ninães	Requião	2 fossas estanques	50+ 150 fogos
Lot. Harvelar (Sabino Castro Teixeira)	Rato	Requião	Fossa estanque	
Lot. David Ribeiro Ferreira	Tv. Pereiró	Ruivães	Fossa estanque	13 lotes
	Rua Nova	Loura	Fossa estanque	
Rua da Vinha - Lemenhe	Vinha	Lemenhe	Fossa estanque	

As análises aos efluentes domésticos que permitem verificar a eficiência dos tratamentos a que estes são submetidos, são realizados de acordo com a legislação nacional em vigor, recorrendo a laboratórios certificados e acreditados para o efeito.

Resíduos Sólidos

Durante a vigência do PDM foi instalado o SIRVA – Sistema Intermunicipal de Resíduos do Vale do Ave pela Associação de Municípios do Vale do Ave. O Sistema é composto por recolha indiferenciada, recolha selectiva (ecopontos e ecocentro), reciclagem orgânica, reciclagem multilateral (estação de compostagem) e confinante final (aterros sanitários).

No que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos, as alterações introduzidas em 2004 nos circuitos de recolha de lixo e os investimentos realizados, permitiram uma cobertura de cerca de 90% da área do município, com um serviço de recolha porta-a-porta, ou seja, a recolha é efectuada recorrendo a sacos plásticos devidamente fechados, colocados em frente a cada habitação ou, no caso de edifícios de habitação colectiva, dentro de “casas de resíduos”.

Nos restantes 10% da área do município a recolha é efectuada utilizando pontos de recolha. Como existem ruas em que não é possível efectuar a recolha porta-a-porta são escolhidos pontos onde, dentro do horário de recolha, os munícipes podem colocar os seus resíduos, normalmente no início da rua ou travessa.

Um dos circuitos de recolha é específico para recolha de resíduos industriais equiparados a domésticos. Actualmente são recolhidos os resíduos em 86 empresas. Esta recolha é efectuada através de contentores existentes nas empresas, com uma periodicidade mínima de 1 recolha semanal.

Os resíduos recolhidos até ao ano de 2004 tinham dois destinos finais possíveis: o tratamento por compostagem na CITRUS – Centro Integrado de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos -, em Riba d' Ave, e parte depositados directamente nos Aterros Sanitários de Gonça ou de Covelas. O Aterro Sanitário de Guimarães e o Aterro Sanitário de Santo Tirso, têm uma capacidade de 800 mil metros cúbicos.

DESTINO	QUANTIDADE (TONELADAS)		
	2002	2003	2004

CITRUS	38 659	30 573	34 130
ATERRO	854	9 305	6 330
TOTAL	39 513	39 878	40 460

A CITRUS é constituída por duas áreas distintas. Numa zona encontra-se a ETRSU – Estação de tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos -, com aproximadamente 20 ha, que trata os resíduos sólidos urbanos através de um processo de compostagem. O produto final é designado por composto, o qual é comercializado e utilizado na agricultura. A ETRSU tem uma capacidade de 142 mil toneladas por ano, sendo responsável pelo aproveitamento de 35% dos resíduos encaminhados.

Numa outra zona encontra-se a Estação de Triagem, onde os resíduos recicláveis são separados para serem encaminhados para as fileiras da Sociedade Ponto verde. Esta zona tem uma área de aproximadamente 1,5 ha.

Para a recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos existem, no município de Vila Nova de Famalicão, vários ecopontos e 1 ecocentro (ver planta 2.1.6 em anexo).

A Recolha Selectiva neste concelho teve duas fases. Inicialmente, em 1987, começou-se por recolher apenas o vidro e, a partir de Setembro de 2000, com a colocação de ecopontos por todo o concelho a recolha passou a ser de Papel/cartão, plástico/metal e de vidro.

Actualmente existem, distribuídos por todas as freguesias do concelho, 225 ecopontos e 167 vidrões, o que permite que exista um rácio de um ecoponto para 570 habitantes. Depois dos serviços da Câmara Municipal recolherem as embalagens, elas são conduzidos para a Central de Triagem em Riba d' Ave (CITRUS), para serem separadas e colocadas em fardos, e depois entregues nas fileiras da Sociedade Ponto Verde.

ANO	Quantidades (toneladas)		
	EMBALAGENS	PAPEL/CARTÃO	VIDRO
2002	107	296	2183
2003	134	316	2337
2004	295	642	2840

O serviço disponibilizado pela Câmara Municipal para recolha dos “Monstros Domésticos” recolhe objectos provenientes do interior das habitações, por exemplo colchões, sofás, mobília, máquinas de lavar, frigoríficos entre outros electrodomésticos fora de uso. A recolha

destes objectos é realizada durante a semana, de terça a Sexta-feira, durante a tarde. Este serviço é totalmente gratuito, desde a chamada à recolha.

Os materiais ferrosos são entregues a empresas de reciclagem, a madeira é colocada no madeirão do ecocentro, os colchões são desmantelados para separar as molas dos resíduos têxteis e esponja, e os materiais que não são passíveis de ser reciclados são levados para o aterro.

ANO	QUANTIDADES (toneladas)			Nº DE PEDIDOS
	MATERIAL FERROSO	MADEIRA	INDIFERENCIADO	
2002	99	25	191	1295
2003	79	36	324	1152
2004	21		466	1240

Para este tipo de materiais existe ainda à disposição dos munícipes um ecocentro em Esmeriz, também gratuito.

A utilização deste ecocentro pelos particulares só pode ser efectuada mediante a apresentação de um comprovativo de residência no Município de Famalicão, por exemplo, o Bilhete de Identidade.

Os comerciantes e industriais também se podem servir do ecocentro de Esmeriz, necessitando de um pedido de autorização a realizar à AMAVE, em impresso próprio para o efeito, o qual se pode obter na AMAVE ou no Departamento do Ambiente da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão. Após a verificação e avaliação do pedido de autorização, e se não forem detectadas falhas, procede-se à emissão de uma Autorização de Descarga Pontual que será substituído por um certificado de Aceitação para o ano civil vigente.

No seguinte quadro encontram-se descritos os resíduos que podem ser depositados no ecocentro e as quantidades obtidas no ano de 2003.

TIPO DE RESÍDUOS	EXEMPLOS	QUANTIDADES 2003
VIDRO	Vidros de embalagens; garrafas	36.12 toneladas
ÓLEOS USADOS	Óleo de motor	2.60 m3
FILTROS DE ÓLEO	Filtros de óleo de motor	0.20 m3
RESÍDUOS CONSTRUÇÃO/DEMOLIÇÃO	Tijolos, tijoleiras, pedra	12.16 toneladas
ROUPAS	Roupas usadas	0.45 toneladas
CARTÃO E PAPEL	Papel de escrita, jornais, embalagens	50.72 toneladas
PLÁSTICOS FINOS	Filmes	13.36 toneladas
MADEIRA	Madeira de mobiliário	35.78 toneladas
ELECTRODOMÉSTICOS	Frigoríficos e fogões	29.80 toneladas
MONSTROS NÃO METÁLICOS	Colchões	14.76 toneladas
PLÁSTICOS DUROS	Plásticos de embalagem, embalagens de detergentes	22.38 toneladas
RESÍDUOS VERDES	Aparas de jardinagem	22.66 toneladas
SUCATA	Alumínio, latas	53.97 toneladas

Relativamente à limpeza urbana, ela é efectuada no perímetro urbano e nas 3 vilas do concelho, com o recurso a quatro varredoras mecânicas. Na zona urbana o serviço é diário e funciona durante o horário nocturno. Na freguesia de Joane o serviço funciona à Segunda e Quinta-Feira,; em Riba d'Ave à Terça e Sexta-Feira; na freguesia de Ribeirão à Quarta-Feira e Sábado, sempre em horário diurno.

Na zona urbana, em ruas onde é difícil o acesso às varredoras, há uma equipa de 5 elementos que efectua o trabalho manualmente (com carrinhos de limpeza).

2.2 Rede de Gás Natural

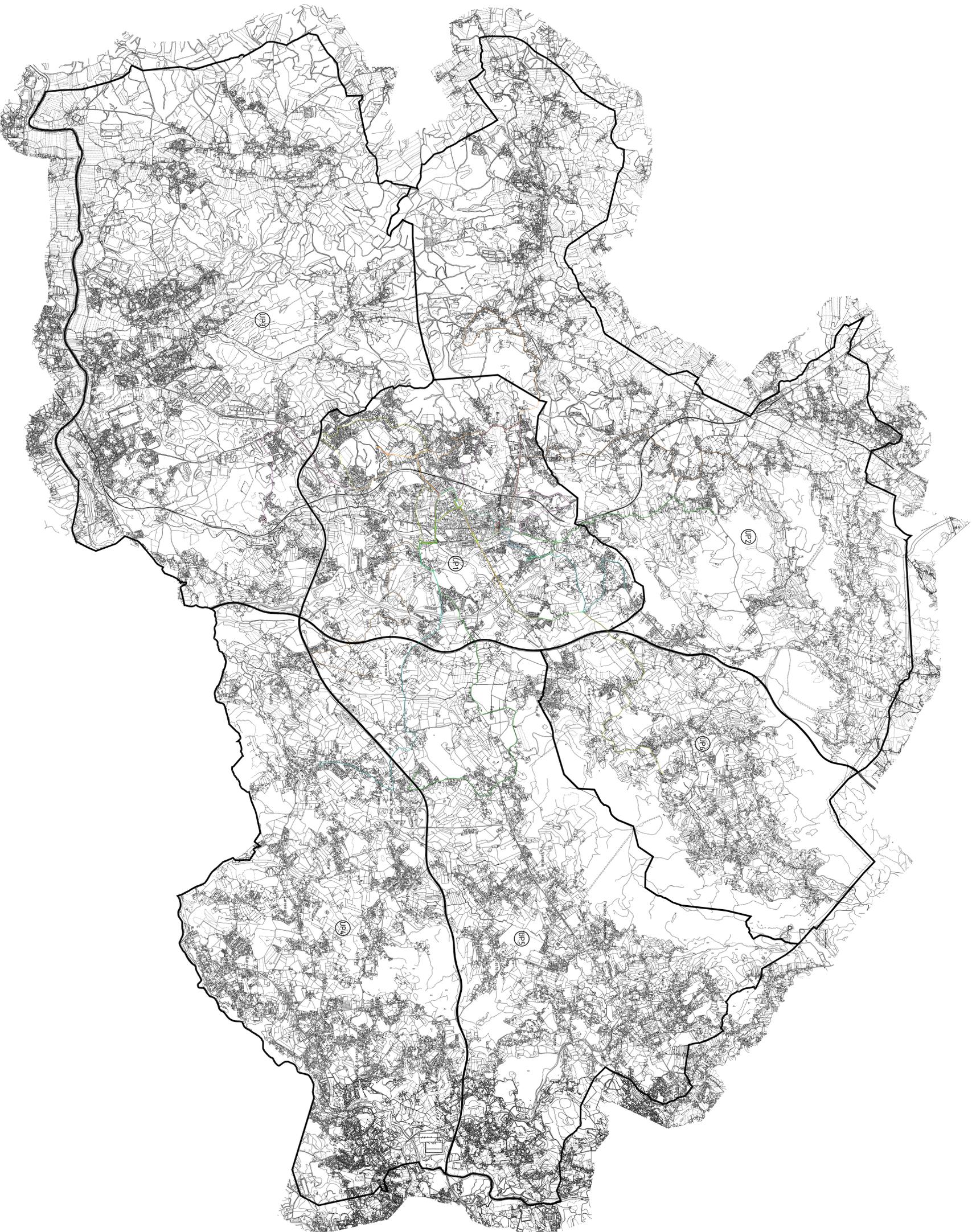
A área do município de Vila Nova de Famalicão abastecida por gás natural, de acordo com a informação fornecida pela PORTGÁS, é a representada na planta anexa e corresponde às seguintes freguesias (abastecidas parcialmente):

- Abade de Vermoim, Antas, Bente, Brufe, Calendário, Castelões, Cavalões, Delães, Gavião, Joane, Landim, Lousado, Mogege, Novais, Outiz, Pedome, Pousada de Saramagos, Requião,

Riba D'Ave, Ribeirão, Ruivães, Oliveira S.^{ta} Maria, Oliveira de S. Mateus, Seide S. Miguel, Seide S. Paio, Vermoim, Vila Nova de Famalicão e Vilarinho das Cambas.

2.3 Rede TV Cabo

De acordo com os dados fornecidos pela Portugal TV Cabo, em 2002, as áreas servidas pela rede TV Cabo, por cabo, no município de Vila Nova de Famalicão são as representadas na planta anexa, e correspondem ao centro da cidade e ao centro da Vila de Ribeirão.



- Unidades de Planeamento**
- UP1
 - UP2
 - UP3
 - UP4
 - UP5
 - UP6
 - UP7
- Legenda**
- ☉ Cidades
 - ☉ Vila de São João / Vila
 - ☉ Vila de São Martinho / São Martinho
 - ☉ Vila de São Romão / São Romão
 - ☉ Vila de São Vicente / São Vicente
 - ☉ Vila de São João / Vila de São João
 - ☉ Vila de São João / Vila de São João
 - ☉ Vila de São João / Vila de São João
- Unidades de Planeamento**
- Linha Verde
 - Linha Amarela
 - Linha Vermelha
 - Linha Azul
 - Linha Rosa
 - Linha Cinzenta

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

IX - TRANSPORTES - REDE DE TUP

Município de Vila Nova de Famalicão
 Rua da Liberdade, 100 - 4800-308 Vila Nova de Famalicão
 Telefone: 253 610 000 - Fax: 253 610 001
 Email: info@vnfam.gov.pt

Escala: 1:5000
 Data: 2018
 Folha: 12

Caracterização e diagnóstico

X. SISTEMA URBANO



REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO
Dez 2004 CMVNF

DU/DPU - Divisão de Planeamento Urbanístico
GIPP - Gestão Integrada de Projectos e Planeamento
RECURSO - Estudos e Projectos de Ambiente e Planeamento, Lda

ÍNDICE

X. SISTEMA URBANO

1.	
ENQUADRAMENTO.....	3
2. O SISTEMA POLINUCLEAR EM REDE.....	4
3. O CRESCIMENTO DO TECIDO URBANO. DO SISTEMA LINEAR À MICRO-MALHA.....	7
4. AS TIPO-MORFOLOGIAS.....	10
5. CONCLUSÕES: AS FRAGILIDADES E AS POTENCIALIDADES.....	12

Índice de Quadros

Figura 1 – Núcleos antigos de carácter rural, associados aos espaços agrícolas.....	13
Figura 2 – Crescimento linear parcela a parcela com suporte nas estradas nacionais e municipais.....	13
Figura 3 – Loteamentos com início de micro-malha ou inexistência e ocupação quase total do lote.....	13
Figura 4 – Nova tipologia de bloco isolado com oferta comercial no rés-do-chão, frágil urbanidade.....	13
Figura 5 – Pólos de condensação de actividade, oferta de equipamentos e espaço público consolidado	14
Figura 6 – Estradas nacionais e municipais como malha estruturante da construção a consolidar.....	14
Figura 7 – Estradas-rua, utilização como rede de espaço público a qualificar.....	14

Índice de Anexos

Planta 1 – Condensação de actividades

Planta 2 – Tipo-morfologias

1. ENQUADRAMENTO

O concelho de Vila nova de Famalicão enquadra-se na conurbação não metropolitana do Vale do Ave e “...desenvolve-se num vasto território onde se combinam dinâmicas de dispersão e de aglomeração, onde o “rural” e o “urbano” se (con)fundem num quadro de cambiantes dificilmente tipificáveis”¹. Trata-se de uma ordem composta, heterogénea, polinucleada, produzida por múltiplos agentes e lógicas em que cada uma das partes do sistema só é discernível a partir das lógicas relacionais do sistema a que pertence.

O território desta conurbação estrutura-se a partir das bacias do rio Ave e do Vizela, com uma ocupação urbana que se desenvolveu tradicionalmente até à cota 300 metros aproximadamente.

Os eixos de maior intensidade e concentração urbana definem uma estrutura polinucleada de centralidades diversificadas de primeira e segunda ordem: Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Trofa, Guimarães e Vizela. Um factor comum a todas as polaridades deste sistema é o facto de coincidirem com as sedes do concelho, o que revela a incapacidade do sector terciário em seguir as mesmas lógicas difusas do restante tecido urbano.

A ocupação desta área segue os padrões do **difuso**: de localização industrial e de habitação implantadas sobre uma matriz de povoamento rural disperso, com elevada densidade viária e fragmentação fundiária. A indústria é o motor de fixação, *povoando* progressivamente um território anteriormente rural. Não se trata de um processo de crescimento periférico, monofuncional, tem identidades e formas próprias.

A complexidade deste sistema é caracterizada pela variedade de formas que o compõem, desde a matriz de povoamento rural disperso até às centralidades mais importantes que coincidem com as sedes dos concelhos. Tem uma lógica de crescimento baseada na fixação da construção ao longo da rede de mobilidade existente – as estradas nacionais, municipais e as capilaridades rurais – e pela necessidade de proximidade entre a habitação, a agricultura e a indústria.

Apesar da ideia instalada ser a da característica amorfa do tecido do Ave sem regra, existem certos princípios na sua conformação, apresentando formas diversas e preservando território disponível: permanecem grandes áreas agrícolas, florestais, quintas e um vasto património rural que é necessário preservar e simultaneamente potenciar de forma integrada com as novas construções.

nota 1. Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades. Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 2004

2. O SISTEMA POLINUCLEAR EM REDE

Conforme referido em capítulo anterior, dividiu-se o concelho de Vila Nova de Famalicão em 6 Unidades de Planeamento (UP) que permitem identificar conjuntos de freguesias que apresentam realidades diversas: predominantemente agrícola, agrícola-urbano, industrial, industrial-agrícola e urbano.

A ocupação do concelho apresenta-se como um sistema linear. O cruzamento de dois crescimentos lineares faz surgir um crescimento polar, em múltiplas direcções, formando uma rede. Estes pólos normalmente dão origem a núcleos de aglomeração mais ou menos consistentes em que podemos verificar uma “**condensação de actividades**”, apresentando um conjunto de actividades mistas de carácter local ou concelhio, nomeadamente equipamentos e comércio. Existem outras actividades que marcam fortemente o concelho, como são os grandes contentores, sejam industriais, armazéns ou grandes comércio, que seguem a mesma lógica linear e aparecem entre os conjuntos de moradias e seguindo a dependência com as estradas nacionais.

Podemos, assim, afirmar que existe uma rede de dispersão urbana hierarquizada por aglomerados situados nos “nós” de maior acessibilidade. Este crescimento polar apresenta uma maior concentração urbana no cruzamento dos principais eixos viários. A própria cidade de Vila Nova de Famalicão nasce de um cruzamento de estradas que unem Braga-Porto e Guimarães-Póvoa de Varzim.

“ a rede de aglomerados fixa as grandes apostas do investimento público em matéria de equipamentos de uso colectivo – ensino médio e superior, saúde, serviços às empresas, cultura, desporto e lazer – e de prioridades em termos de infra-estruturação e qualificação urbana.” ²

Os núcleos de condensação de actividades podem ser divididos segundo o carácter e a dependência das actividades que suportam, criando assim um conjunto de relações dentro e fora do concelho. Desta forma, encontramos para cada uma das UP núcleos com as seguintes características:

- Núcleos urbanos consolidados com grande atracção, como é o caso do centro da cidade de Famalicão e que se encontra só na **UP1** (cidade). Coincide com um dos pólos de 2ª ordem da conurbação do Vale do Ave, criando fortes dependências internas e externas no concelho. Apresenta uma

grande oferta a nível de comércio e dos serviços, nomeadamente os mais representativos.

- Núcleo urbano singular: encontra-se na **UP4** (Vale do Ave Nascente), mais concretamente no centro da vila de Riba d'Ave. A sua natureza e grau de consolidação não podem dissociar-se da sua origem industrial (deve-se em muito à localização da fábrica Sampaio) e de todo o processo de desenvolvimento a ela associado relacionado com habitação para os operários e equipamentos afins.
- Núcleos urbanos em consolidação: encontram-se na **UP3** (Vale do Ave Poente) e na **UP5** (Vale do Pele), concretamente na vila de Ribeirão e de Joane. Nos dois casos, os últimos anos têm visto consolidar o seu centro devido às boas acessibilidades e à sua influência em áreas que extravasam os limites concelhios, permitindo uma fixação de pessoas traduzida em áreas urbanas em consolidação.
- Núcleos urbanos com potencialidade: situa-se na **UP2** (Vale do Este), correspondendo ao centro de Nine com possibilidade de tornar-se num pólo importante por suportar o desdobramento da linha do Minho com o ramal de Braga.
- Núcleos urbano-rural: encontram-se na **UP2** (Vale do Este), no centro da freguesia de Gondifelos, e na **UP6** (vale do Pelhe), na freguesia de São Cosme. São pólos com um carácter diferente, associados a actividades mais locais, permitindo estruturar ainda grandes áreas com características agrícola-urbanas.

Ainda é possível identificar um nível inferior que corresponde aos pequenos pólos dispersos pelo concelho que têm um papel fundamental na agregação colectiva na identidade. Geralmente suportam equipamentos muito locais, nomeadamente as juntas de freguesia, paróquias ou pequenas áreas de comércio.

Esta hierarquia relaciona-se claramente com a consolidação do sistema urbano, apresentando coesão urbana, espaços públicos e malhas consolidadas e criando mobilidades e dependências maiores, seja dentro do concelho ou fora dele.

Podemos concluir que o sistema urbano do concelho é formado, essencialmente, por uma rede em que se destaca o perímetro urbano consolidado do centro da cidade de Famalicão mais o somatório dos núcleos das diferentes freguesias, unidos pelas estruturas lineares apoiadas nas estradas nacionais, agora transformadas em ruas estruturantes.

nota ². *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 2004

3. O CRESCIMENTO DO TECIDO URBANO. DO SISTEMA LINEAR À MICRO-MALHA

As estradas nacionais e municipais constituem uma malha urbana estruturante do território nas suas relações internas e externas. Malha de características irregulares e ainda com deficiências de articulação, nomeadamente na hierarquização do tecido.

As estradas nacionais foram criadas no sentido de estabelecer a relação viária entre as sedes dos concelhos. No entanto, hoje são suporte de edificação e o seu perfil é funcionalmente desadequado em relação aos edifícios e às actividades que suporta marginalmente. Na estrada/rua é difícil caminhar.... Estas estradas/ruas são ruas urbanas pelas actividades e edifícios que suportam, mas continuam estradas no seu perfil físico.

Verifica-se que o tecido construído evolui a partir do aproveitamento de uma infra-estrutura existente, através da densificação sucessiva. Os edifícios implantam-se nos limites dos eixos viários estruturantes, criando frentes urbanas dos dois lados do eixo, quase sempre descontínuas na sua forma e conteúdo. Estas frentes são ocupadas por tipologias edificadas diversas: casas unifamiliares, fábricas, oficinas, armazéns, edifícios montra, blocos de habitação colectiva e grandes superfícies comerciais. O critério de implantação é o uso das componentes mais elementares da via: acessibilidade, fontes de energia e infra-estruturas. Entre estas frentes, com maior ou menor grau de consolidação, sucedem-se os espaços não construídos, geralmente agrícolas. O limite destes terrenos varia entre os limites construídos com muros de pedra até aos limites naturais de vinhas de enforcado e latadas, característica da demarcação fundiária rural.

Noutra escala, menos estruturante mas muito extensa, encontramos um crescimento rarefeito nas capilaridades rurais. A este tipo de crescimento é inerente a falta de urbanidade e a estrutura urbana precária. Muitos destes conjuntos terminam em cul-de-sac ou num caminho agrícola. Estão pendurados em vias do sistema, mas estão segregados da continuidade urbana. Este é o difuso mais rural.

Ambos os casos se caracterizam por se terem constituído pelo somatório de intervenções singulares, parcela a parcela, e, em tempos diversos, através de uma auto-promoção do proprietário e com morfologias variadíssimas. Na sua génese, o prédio inicial era destacado das parcelas necessárias em cada momento, não podendo falar-se propriamente de operações de loteamento, mas antes de destaques sucessivos ou de divisão fundiária sem infraestruturização que não fosse a já existente.

Nos últimos anos verificou-se um crescimento exponencial na construção. Ao crescimento parcela a parcela do passado, através da auto-promoção, junta-se a construção, fomentada pelos promotores imobiliários, de loteamentos e blocos de habitação colectiva.

Os loteamentos de moradias unifamiliares e os blocos de habitação colectiva constituem-se, a maior parte das vezes, como ilhas soltas do tecido urbano envolvente dada a debilidade e a fraca hierarquização da estrutura urbana suporte. O loteamento de moradias é uma unidade elementar que se justapõe ao território quase sempre de forma *autista* em relação às lógicas pré-existentes. São monofuncionais e dificilmente constroem urbanidade.

Este último crescimento não se tem apoiado exclusivamente nas estradas nacionais, tendo aparecido em novas vias (outrora caminhos rurais ou estradas secundárias), iniciando micro-malhas abertas e não estruturadas. Esta situação, somada à aparição de blocos de forma indiscriminada, complexifica o tecido urbano dificultando a sua gestão e a sua hierarquização. O difuso tem explodido de forma a se tornar demasiado dispendiosa a sua manutenção e a sua identificação.

O problema está na monotonia e debilidade da forma urbana que o modelo propõe; debilidade ao nível do espaço público, tamanho, ritmo e forma das parcelas e na relação do edificado. O espaço público reduz-se, normalmente, às infraestruturas viárias, pensadas mono-funcionalmente para o automóvel. A rede de ruas propostas raramente estabelece continuidades com as ruas existentes: os cul-de-sac são a figura dominante. Daqui se conclui que este modelo de urbanização dificilmente concorre para a construção de tecidos urbanos qualificados.

A emergência do novo modelo cria um território urbanizado em que as tensões são abruptas, com descontinuidades muito fortes e onde é necessário criar outras formas de intervenção que utilizem um leque tipológico mais alargado e sejam desenhadas de forma a estruturar uma rede hierarquizada de espaço colectivo.

Analisando os aglomerados urbanos, no centro da cidade e em pequenas áreas das vilas, verifica-se que estes apresentam uma malha urbana que pode ser precária e pouco hierarquizada mas cuja presença permite antever um princípio de consolidação urbana. Nos aglomerados urbanos a construção concentra-se e adossa-se. O quarteirão surge como resultado de um processo de associação de vias.

No âmbito da Revisão do PDM, entendemos necessário pensar no novo Sistema Urbano em várias escalas. Seja do concelho (macro-malha), seja dos aglomerados (micro-malha). No primeiro caso, não podemos separar o conceito do Sistema Urbano da Estrutura Ecológica Municipal. Ambos devem comportar-se de forma coesa para estruturar o concelho. No segundo caso, devemos ter em consideração a colmatação de estruturas já existentes, assim como a colmatação (ou aparição) de um sistema de espaços colectivos que permita suportar as novas construções sem necessidade de extensão no território, obtendo um sistema urbano mais complexo e com maior qualidade.

4. AS TIPO-MORFOLOGIAS

Para analisar o tecido do concelho devemos entender quais os tipos de habitação (na maior parte moradias) e quais as formas de aglomeração. Se bem que no modelo do Ave, tradicionalmente, as construções tenham aparecido de forma linear e parcela a parcela, hoje em dia os loteamentos, com densidades mais elevadas, têm modificado a paisagem do concelho.

Sinteticamente podemos classificar o tecido da seguinte forma:

- **os núcleos rurais**, correspondendo aos pequenos conjuntos com carácter ou não patrimonial, que respondem a uma agrupamento tradicional e que pontuam o concelho. Por vezes estão associados a edificações rurais ou a igrejas. A sua qualidade não reside na construção mas sim na identidade que marcam no território, servindo-lhe de referência, frequentemente. As tipologias que apresentam resumem-se à moradia tipo agrícola e aos conjuntos de apoio. O elemento mais característico da sua morfologia é a construção formando frente e a continuidade com os muros (geralmente em pedra) criando frentes contínuas e gerando um espaço colectivo de interesse. Os lotes apresentam variadíssimas dimensões, abrangendo situações de grandes quintais agrícolas até construções sem logradouro.
- **o crescimento linear**, que representa a grande parte do tecido tradicional do concelho. Caracteriza-se pela expansão lote a lote apoiado numa estrada nacional ou municipal. As moradias aparecem nos lotes divididos com muros e possuindo uma extensão de logradouro nas traseiras que se relaciona com o interior agrícola. As moradias convivem com pequenos armazéns e, por vezes, as próprias construções apresentam diversas funções (comércio, armazém e habitação). Esta tipologia tem evoluído, reduzindo cada vez mais a dimensão do lote e impermeabilizando parte do seu logradouro, seja para anexos ou estacionamento. A relação com o espaço público continua a ser o muro. Nesta tipologia também podemos encontrar, nalguns casos, pequenas frentes formadas pelas próprias fachadas.
- **bolsas de loteamentos**, compreendendo o tipo de tecido mais recente e que se caracteriza pela sua densidade e pela aparição de novas vias criando um início de malha. Esta malha apresenta vias geralmente sobredimensionadas

que não resolvem as conexões com as vias existentes ou estruturantes, aparecendo em forma de bolsas e com as vias em *cul de sac*. Apresenta um único uso: habitação. Os lotes têm dimensões muito mais reduzidas que o tipo anterior, com pouca ou nenhuma área de logradouro e geralmente impermeabilizada para albergar o estacionamento. Existe uma variante muito mais compacta que são as moradias em banda. Normalmente estas não conseguem iniciar a malha, reduzindo a sua extensão a uma única parcela pré-existente. Os loteamentos apresentam diferentes tipologias: unifamiliar isolada, unifamiliar geminada e unifamiliar em banda.

- **Os blocos plurifamiliares**, que aparecem em resposta ao actual PDM. Os blocos de habitação colectiva tentam dar uma escala mais urbana à via, sem consegui-lo na sua maioria. Propõem comércio no rés-do-chão e um espaço público quase sempre reduzido à via de circulação automóvel e uma faixa de estacionamento. O problema da urbanidade destes edifícios reside no facto do espaço colectivo permanecer esquecido sem conseguir formar parte de um sistema. A morfologia resume-se num bloco isolado com geralmente rc+3.
- **quarteirões ou malha consolidada**, que se encontram no perímetro urbano da cidade e de forma inicial nalguns centros das freguesias. Respondem a quarteirões mais ou menos consolidados ainda que frequentemente não constituam frente continua. O espaço público parece mais consolidado e consegue alguma continuidade.

5. CONCLUSÕES

Podemos sintetizar as principais conclusões na matriz seguinte:

FRAGILIDADES

- Sistema com múltiplas micro-malhas desconexas e não consolidadas
- Impacto de novos loteamentos em zonas sensíveis
- Inexistência de espaço público
- Tipologias isoladas com dificuldade de criar urbanidade
- Desproporção de área destinada a espaço público dos novos loteamentos
- Sobrecarga de novos loteamentos em áreas isoladas com descontinuidade
- Conflitos de escala e de uso

POTENCIALIDADES

- Estruturas antigas fortes reconhecíveis
- Multipolaridades já existentes
- Conjuntos existentes de grande interesse
- Multifunção existente característica do sistema difuso
- Início de aparição de novas tipo-morfologias mais apropriadas e compactas



Figura 1 – Núcleos antigos de carácter rural, associados aos espaços agrícolas.



Figura 2 – Crescimento linear parcela a parcela com suporte nas estradas nacionais e municipais.



Figura 3 – Loteamentos com início de micro-malha ou inexistência e ocupação quase total do lote.



Figura 4 – Nova tipologia de bloco isolado com oferta comercial no rés-do-chão, frágil urbanidade.



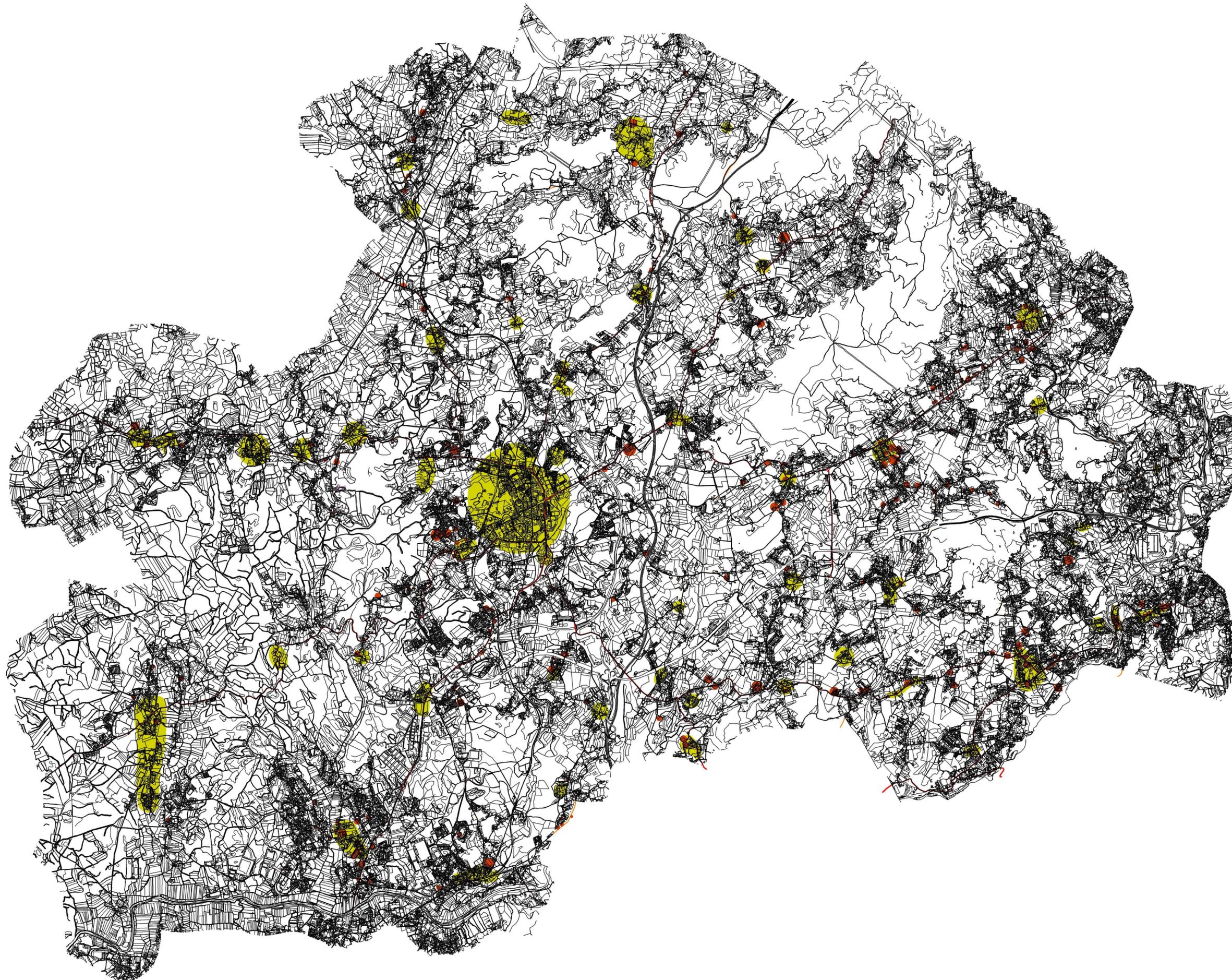
Figura 5 – Pólos de *condensação de actividade*, oferta de equipamentos e espaço público consolidado.



Figura 6 – Estradas nacionais e municipais como malha estruturante da construção a consolidar.



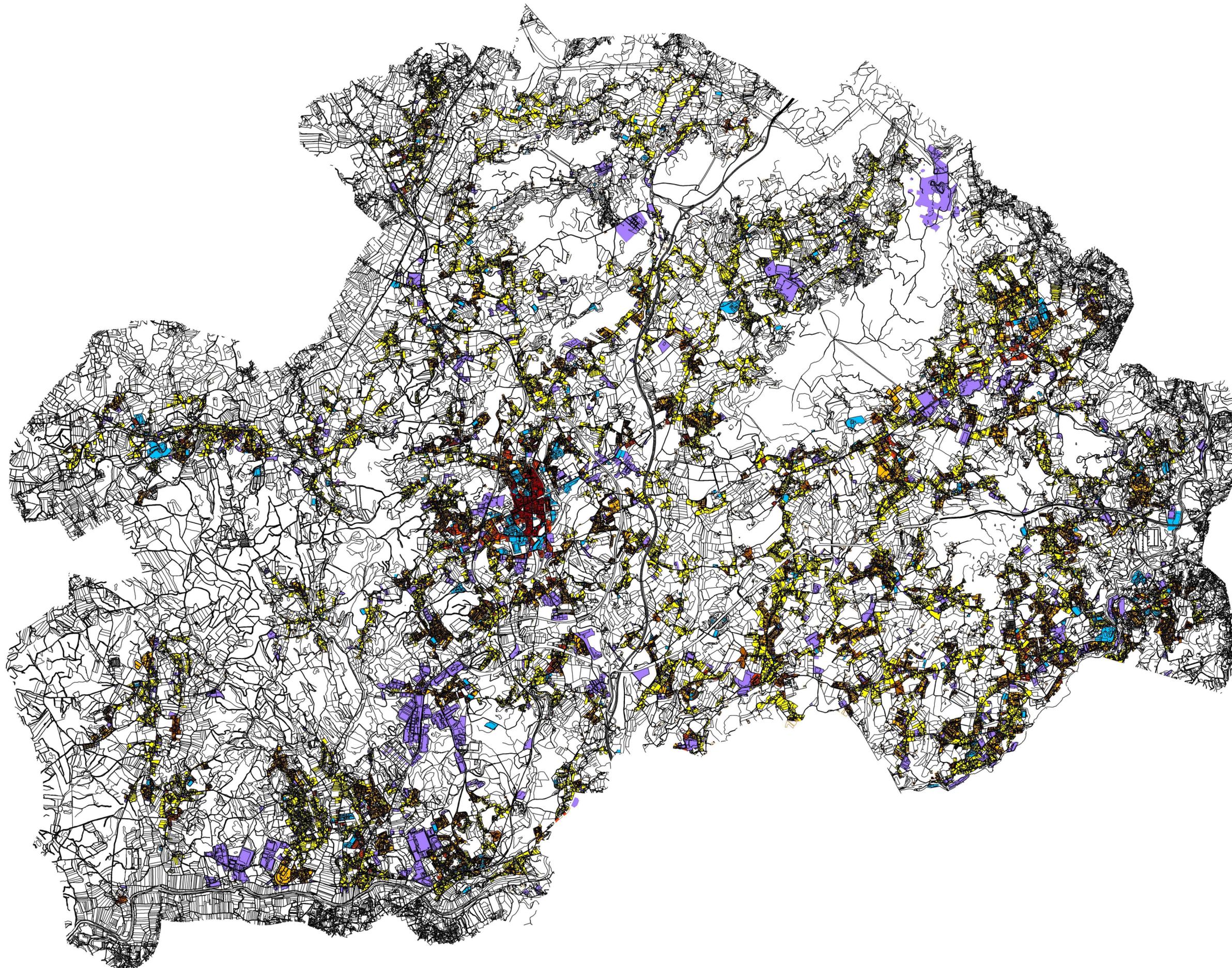
Figura 7 – Estradas - rua, utilização como rede de espaço público a qualificar.



Legenda

- Concelho
- Freguesias

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO
 X - SISTEMA URBANO - CONDENSAÇÃO DE ACTIVIDADES



Legenda

- Concelho
- Freguesia
- Núcleos rurais
- Linear - moradas
- Blocos e loteamentos - moradas
- Blocos isolados - plurifamiliares
- Quarteirão ou malha consolidada - mistos

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO
X. SISTEMA URBANO - TIPO-MORFOLOGIAS

Caracterização e diagnóstico

XI. AVALIAÇÃO DO PDM EM VIGOR



REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO
Dez 2004 CMVNF

DU/DPU - Divisão de Planeamento Urbanístico
GIPP - Gestão Integrada de Projectos e Planeamento
RECURSO - Estudos e Projectos de Ambiente e Planeamento, Lda

ÍNDICE

XI – AVALIAÇÃO DO PDM EM VIGOR

1. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ACTIVA.....	3
1.1 Introdução.....	3
1.2 Situação actual das acções sectoriais previstas no relatório final do PDM.....	4
1.2.1 Promoção Municipal de Habitação.....	4
1.2.2 Rede Viária e Transportes.....	5
1.2.3 Infra-estruturas Hidráulicas.....	7
1.2.4 Equipamentos Colectivos.....	9
1.2.5 Unidades Operativas de Planeamento.....	12
1.3. Objectivos Fundamentais do PDM.....	14
1.4. Avaliação da Execução Activa do PDM.....	16
1.5. Conclusões.....	21
2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO PASSIVA.....	22
2.1 Introdução.....	22
2.2 Inquérito às Juntas de Freguesia.....	22
2.3 Avaliação da Capacidade Urbana do PDM em Vigor.....	35

Índice de Figuras

Figura 1 – Necessidades das freguesias.....	26
Figura 2 – Aspectos negativos do PDM actual.....	29
Figura 3 – Aspectos a contemplar no novo PDM.....	30
Figura 4 – Prioridades a melhorar com a Revisão do PDM.....	33
Figura 5 – Áreas de expansão pretendidas.....	34
Figura 6 – Carta de Ordenamento do Plano Director Municipal.....	36
Figura 7 – Carta do crescimento urbano.....	40
Figura 8 – Carta das capacidades de carga dos solos expectantes.....	42

Índice de Quadros

Quadro 1 – Promoção Municipal de Habitação.....	4
Quadro 2 – Rede Viária.....	5
Quadro 3 – Transportes.....	6
Quadro 4 – Infra-estruturas hidráulicas – Abastecimento de água.....	7
Quadro 5 – Infra-estruturas hidráulicas – Rede de Saneamento Residual.....	8
Quadro 6 – Infra-estruturas hidráulicas – Resíduos Sólidos.....	9
Quadro 7 – Equipamentos colectivos – Educação e Ensino.....	9
Quadro 8 – Equipamentos colectivos – Equipamentos de saúde.....	10
Quadro 9 – Equipamentos colectivos – Equipamentos culturais.....	11
Quadro 10 – Equipamentos colectivos – Equipamentos desportivos.....	11
Quadro 11 – Unidades Operativas de Planeamento.....	12
Quadro 12 – Necessidades das freguesias.....	25
Quadro 13 – Aspectos negativos do PDM actual por freguesia.....	28
Quadro 14 – Aspectos a serem contemplados no novo PDM.....	29
Quadro 15 – Elementos arquitectónicos ou paisagísticos a salvaguardar.....	31
Quadro 16 – Prioridades a melhorar com a Revisão do PDM.....	32
Quadro 17 – Avaliação da carta de ordenamento Plano Director Municipal.....	37
Quadro 18 – Densidade Populacional nos núcleos urbanos e rurais.....	39
Quadro 19 – Capacidade das áreas livres em alojamentos.....	43
Quadro 20 – N ^o de anos necessários para a ocupação dos perímetros urbanos do PDM 94	44
Quadro 21 – Capacidade de carga das áreas livres em perímetro urbano.....	46

Índice de Plantas

Planta 1 – Expectativas locais

Planta 2 – Crescimento dos núcleos urbanos e rurais

Planta 3 – Capacidade de carga das áreas expectantes

Planta 4 – Sugestões das Juntas de Freguesia

1. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ACTIVA

1.1 Introdução

O Plano Director Municipal de Vila Nova de Famalicão, em vigor, foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/94 e publicada no Diário da República em 16 de Setembro de 1994.

Tendo em conta o seu prazo de vigência de 10 anos, determinado pelo Decreto-lei n.º 69/90, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão deliberou proceder à revisão do PDM em 23 de Outubro de 2000.

A necessidade de proceder a algumas alterações de carácter mais reduzido e imediato, já tinha sido considerado pela Câmara Municipal que, por deliberação de 22 de Agosto de 1996, deu início ao processo de revisão.

Essas alterações estavam relacionadas com erros de representação e delimitação nas diversas classes de uso de solo, com expressão nas descontinuidades e incongruências verificadas ao nível da Planta de Ordenamento, bem como das disposições regulamentares.

É objectivo deste trabalho avaliar a execução activa do Plano Director Municipal de Vila Nova de Famalicão, através da análise da concretização dos objectivos fundamentais do plano, em que a execução das acções previstas eram da competência da Câmara Municipal e Administração Central.

Para isso, verificou-se a situação actual das acções sectoriais previstas no relatório final do PDM, a partir de dados fornecidos pelo Gabinete do PDM da Câmara Municipal, quanto a:

- Promoção Municipal de Habitação;
- Rede Viária e Transportes;
- Infra-estruturas Hidráulicas;
- Equipamentos Colectivos;
- Unidades Operativas de Planeamento.

No ponto de situação dessas acções, foram também consideradas as obras que se encontravam em fase de construção.

As acções referentes às infra-estruturas eléctricas e património cultural, não foram analisadas, em virtude de não ter sido possível recolher os dados relativamente a estes dois sectores, uma

vez que, no primeiro caso, se encontrava em actualização o cadastro da rede eléctrica subterrânea, e no segundo, porque os dados solicitados não foram recebidos atempadamente.

1.2 Situação actual das acções sectoriais previstas no relatório final do PDM

1.2.1 Promoção Municipal de Habitação

Quadro 1 – Promoção Municipal de habitação

PROMOÇÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
<i>Acções Previstas</i>	<i>Ponto de Situação</i>
1 - Construção e promoção de habitação, designadamente, programas habitacionais para arrendamento:	
54 fogos em Cal - Calendário	Construídos: 55 fogos
8 fogos em Poído – Calendário	Construídos: 8 fogos
11 fogos em Fradelos (1ª fase)	Construídos: 11 fogos
2 fogos em Vilarinho das Cambas	Construído: 1 fogo
2 - Construção de habitação nova para venda:	
Fradelos (2ª fase)	(45 fogos em construção para arrendamento)
Avidos	Construídos: 73 fogos
Gondifelos (32 fogos)	Construídos: 32 fogos
3 - Apoio à construção de cooperativas de habitação:	
Em construção 100 fogos em Joane	Construídos: Habitore: 116 fogos
Em projecto 48 em Joane	
Em projecto 74 na cidade de V. N. Famalicão	Construídos: Tripeira: 54 fogos
4 - Promoção de auto-construção através de terrenos que a Câmara Municipal tem adquirido em várias freguesias. Loteamentos habitacionais de iniciativa municipal em 7 freguesias:	
Calendário	(Bairro da Cal - 55 fogos para arrendamento) (Bloco do Covelo – 16 fogos para venda)
Avidos	(Loteamento da Quinta do Passal - 70 fogos para venda)

Bairro	_____
Delães	Loteamento de Perrelos em Delães - 34 fogos
Fradelos	_____
Gondifelos	Loteamento de Reparde em Gondifelos - 32 fogos
Lousado	Loteamento da Quinta da Serra em Lousado
5 - Dinamização da utilização do RECRIA (Recuperação de Imóveis Degradados), com especial incidência nas freguesias em que o arrendamento constitui o regime de ocupação predominante	O RECRIA não foi usado. Desde 1999 utiliza-se o SOLARH – financiamento sob a forma de empréstimo para obras de conservação e beneficiação

1.2.2 Rede Viária e Transportes

Quadro 2 – Rede Viária

REDE VIÁRIA	
<i>Acções Previstas</i>	<i>Ponto de Situação</i>
1 – Rede Primária	
IP1/A3 - Troço Cruz / Braga Sul	Concluída
IC5/ A7 - Troço Seide- Guimarães	Concluída
2 – Rede Secundária	
2.1- Rede Secundária Principal	
EN14 – Acções de melhoria estrutural e construção de uma variante urbana a poente da Trofa	_____
EN204 – Nova ligação entre a Variante Urbana de Santo Tirso à EN105 e o nó da A3/IC5 em Famalicão, e ligação à Variante à EN310	_____
Ligação entre a Variante à EN204 e a EN206, com o atravessamento do IC5/A7 no nó de Seide	_____
2.2- Rede Secundária Complementar	
Variante à EN310	_____
Via Intermunicipal (VIM)	Concluída
Variante a Joane	_____
Variante Urbana de Famalicão – Criação de uma via a poente e a nascente da cidade que estabeleça a ligação do IC5 às EN`s 14, 206 e 204 na saída para o norte e litoral	Concluído, o troço a Nascente, ligação EN`s 14 (norte), 206 e 204. Em construção, o prolongamento da

	<p>Variante Nascente até à EN14 (sul) e a ligação ao IC5/A7.</p> <p>Em fase de elaboração do estudo prévio, pelo IEP, o troço a norte e a poente e o prolongamento para norte até ao IP1/A3 no nó de Cruz.</p>
3 – Melhoria das condições de operação e de segurança na Rede Secundária	
<p>Eliminação de estrangulamentos físicos e de situações de alto risco de acidente</p> <p>Reforço e ampliação da sinalização vertical seja do tipo cautelar ou de informação direccional</p> <p>Construção de passeios para peões</p> <p>Construção de paragens de transportes públicos</p> <p>Construção de bermas para permitir paragens ocasionais de veículos</p>	<p>Foram executadas obras de beneficiação nas estradas EN's 14, 206, 204 e 309 (no troço V. N. Famalicão – Fradelos), que incluíram a execução de passeios, colocação semáforos para controlo de velocidade, passadeiras e paragens de transportes públicos.</p>
4 – Hierarquia da Rede Viária Concelhia e Regulamento de Gestão no Concelho de Vila Nova de Famalicão	
<p>a) Inventariar a rede viária a cargo do município, elaborando ficheiros para os vários troços que compõem a rede distribuidora, para a definição de prioridades de actuação, incluindo a execução de novas ligações.</p>	—
b) Elaboração de um caderno reivindicativo de questões a abordar e a negociar com a J.A.E., nomeadamente:	
Ligação do acesso ao IC5/A7, ao prolongamento da Av ^a Humberto Delgado	Reprovada na Avaliação de Impacte Ambiental no Estudo Prévio da Variante Nascente.
Execução de um nó rodoviário no acesso norte à zona industrial de Lousado	Em negociações com o IEP a Via Urbana Intermunicipal Famalicão – Trofa.
Correcção da EN14 no acesso sul à mesma zona industrial	
Ligação do IC5/A7 à variante nascente a Vila Nova de Famalicão	Em construção.
Execução de um nó rodoviário, na variante à Trofa, na zona industrial de Ribeirão (em São)	Em fase de elaboração o Estudo Prévio pelo IEP.
Execução da variante à EN204 (a poente) com a eliminação da passagem de nível	—

Quadro 3 – Transportes

TRANSPORTES	
<i>Acções Previstas</i>	<i>Ponto de Situação</i>
<p>Dotar a cidade de Vila Nova de Famalicão e respectiva área de influência de um sistema de transportes urbanos independente do sistema existente.</p> <p>Reservar o sistema existente para as viagens interurbanas, aumentando desta forma a sua velocidade comercial.</p> <p>Transferir parte das viagens realizadas em automóvel para o transporte público, mantendo os níveis de mobilidade destes utentes.</p>	<p>Implantados os Transportes Urbanos de Famalicão, que actualmente, cobrem 15 freguesias, nomeadamente:</p> <p>Vila Nova de Famalicão</p> <p>Brufe</p> <p>Calendário</p> <p>Antas</p> <p>Outiz</p> <p>Cavalões</p> <p>Louro</p> <p>Mouquim</p>

Transferir parte das viagens realizadas a pé para o transporte público, aumentando os níveis de mobilidade destes utentes.	Gavião Vale S. Martinho Requião
Melhorar a acessibilidade ao centro urbano da população das freguesias circundantes à cidade, face à carência de serviços nas suas áreas de residência.	Abade de Vermoim Seide S. Paio Seide S. Miguel Landim

1.2.3 – Infra-estruturas Hidráulicas

Quadro 4 – Infra-estruturas hidráulicas – Abastecimento de Água

ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
Acções Previstas		Ponto de Situação
Construção de Sistemas Integrados, com origens eventualmente nas cabeceiras do Ave e do Cavado:		Construída a Rede Adutora das Águas do Cávado, com duas entradas, Louro e Fradelos.
SISTEMAS	ORIGEM	FREGUESIAS PARCIAL OU TOTALMENTE ABASTECIDAS
SISTEMA 1	PEDOME OUTROS REFORÇOS (Cávado,etc)	Pedome*, Oliveira Stª Maria*, Riba D'Ave*, Oliveira S. Mateus*, Delães*, Bairro, Carreira, Seide S. Miguel, Ruivães, Seide S. Paio, Novais, Bente, Landim, Lagoa, Abade de Vermoim, Avidos, Mogege, Castelões.
SISTEMA 2	LOURO OUTROS REFORÇOS (Cávado,etc)	Vila Nova de Famalicão*, Brufe*, Calendário*, Antas*(parte), Vale S. Martinho, Esmeriz, Cabeçudos, Vilarinho das Cambas, Cavalões, Louro, Outiz, Gondifelos, Nine*, Lemenhe*, Mouquim*, Arnoso Stª Eulália, Sezures, Jesufrei, Gavião*(parte), Cruz, Vale S. Cosme, Portela, Telhado, Arnoso Stª Maria.
SISTEMA 3	JOANE POUSADA DE SARAMAGOS OUTROS REFORÇOS (Cávado,etc)	Joane, Vermoim, Requião, Pousada de Saramagos.
FRADELOS	FRADELOS E OUTRAS	Fradelos.
RIBEIRÃO	RIBEIRÃO E OUTRAS	Ribeirão.
LOUSADO	LOUSADO E OUTRAS	Lousado*.
SISTEMAS	FREGUESIAS PARCIAL OU TOTALMENTE ABASTECIDAS	
I - CERITE	Vila Nova de Famalicão, Calendário, Lousado (norte), Brufe, Gavião, Mouquim (sul), Antas, Esmeriz (norte), Cabeçudos (norte), Outiz, Vilarinho das Cambas, Cavalões e Gondifelos.	
II- ZONA NORTE	Mouquim (parte), Lemenhe, Nine, Arnoso Sta Eulália (parte).	
III – Sta. TECLA	Pedome, Oliveira Stª Maria, Oliveira de S. Mateus, Delães, Riba D'Ave, Bairro, Carreira, Novais, Mogege e Castelões.	
IV - JOANE	Joane.	
V - POUSADA DE SARAMAGOS	Pousada de Saramagos.	
VI -VERMOIM	Vermoim.	
VII - VALE S. MARTINHO E REQUIÃO	Vale S. Martinho, Requião e Seide S.Miguel (norte).	

* Freguesias abastecidas em 1992

	<table border="1"> <tr> <td style="width: 30%;">VIII LOUSADO/RIBEIRÃO E FRADELOS</td> <td style="width: 70%;">- Lousado, Ribeirão e Fradelos.</td> </tr> </table> <p>Freguesias a abastecer a curto prazo: Cruz, Abade Vermoim, Esmeriz, Cabeçudos, Seide S. Miguel, Ruivães, Bente, Landim e Lagoa (norte).</p>	VIII LOUSADO/RIBEIRÃO E FRADELOS	- Lousado, Ribeirão e Fradelos.
VIII LOUSADO/RIBEIRÃO E FRADELOS	- Lousado, Ribeirão e Fradelos.		

Quadro 5 – Infra-estruturas hidráulicas – Rede de Saneamento Residual

REDE DE SANEAMENTO RESIDUAL	
Acções Previstas	Ponto de Situação
1 - Obra de “Drenagem, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Vale do Ave”;	
1. ^a Fase: abrangerá a zona compreendida entre o rio Selho / Ronfe / Pedome) e o rio Ave (Trofa / Fradelos).	<p>Implantado o Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave – SIDVA, em três frentes, nomeadamente:</p> <p>1.^a Frente: ETAR de Serzedelo Interceptores: Ave e Selho.</p> <p>2.^a Frente: ETAR da Rabada Interceptores: Ave, Vizela, Nespereira, S. Martinho.</p> <p>3.^a Frente: ETAR da Agra Interceptores: Ave, Pelhe, Pele, Matadouro, Sanguinhedo, Covelas e Trofa.</p>
2 - Redes de águas residuais nas seguintes freguesias:	
- Prioritário nas freguesias vizinhas do rio Ave : Pedome, Oliveira St. ^a Maria, Delães, Bairro, e Riba D’Ave (parcialmente);	<p>Executada nas freguesias (parcialmente): Riba D’Ave e Delães.</p> <p>Em construção nas freguesias (total): Pedome, Oliveira Sta Maria, Delães, Bairro, Riba D’Ave.</p>
- Vilas de Joane e Ribeirão;	<p>Executada no centro de Joane e em quase toda área da freguesia de Ribeirão.</p> <p>A curto prazo: ampliação da rede de Joane e conclusão da rede de Ribeirão.</p>
- Lousado e Pousada de Saramagos;	<p>Executada em quase toda a área da freguesia de Lousado.</p> <p>Não executada em Pousada de Saramagos</p>

Quadro 6 – Infra-estruturas hidráulicas – Resíduos Sólidos

RESÍDUOS SÓLIDOS	
<i>Acções Previstas</i>	<i>Ponto de Situação</i>
- Construção duma instalação conjunta (Associação Municípios do Vale do Ave) para tratamento dos resíduos sólidos. Foi já adjudicado o empreendimento, obra de carácter regional, relativo à “Recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos e Concepção e Construção de Instalações Industriais de Tratamento por Incineração e por Compostagens, sua Exploração e Manutenção”.	Construída a ETRSU - Estação de Tratamentos de Resíduos Sólidos Urbanos, em Riba D’Ave.
- Reciclagem: recolha de metais (ferrosos e separando deles os não-ferrosos), os papéis e cartões, plásticos, vidros, etc.	Implantado o SIRVA – Sistema Intermunicipal de Resíduos do Vale do Ave pela Associação de Municípios do Vale do Ave. No município existem vários Ecopontos e 1 EcoCentro.

1.2.4 – Equipamentos Colectivos

Quadro 7 – Equipamentos Colectivos – Educação e Ensino

EDUCAÇÃO E ENSINO	
<i>Acções Previstas</i>	<i>Ponto de Situação</i>
1 – Elaboração da Carta Escolar do Concelho	Em fase de elaboração.
2 – Alargar a todas as freguesias a rede de estabelecimentos de educação pré-escolar, com incidência especial nas freguesias da periferia Norte/Oeste do Concelho e nos Núcleos Urbanos. (Existiam 33 estabelecimentos da rede pública)	Actualmente, existem 50 estabelecimentos da rede pré-escolar pública. Freguesias que não têm Jardim de Infância da rede pública nem da rede privada ou solidária: Portela e Sezures. Freguesias que têm Jardim de Infância, apenas, da rede privada ou solidária: Castelões, Landim e Pousada de Saramagos.
3 – Adaptar, reconverter e apetrechar os estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico.	Foram executadas várias acções.
4 – Cooperar com a Administração Central em ordem a:	
4.1 – Desenvolver e consolidar o projecto das EBI (s) Escolas Básicas Integradas, implantando novas escolas nas seguintes freguesias:	
- Gondifelos	Construída a EB 123 de Gondifelos
- Arnoso Sta Maria –	Construída a Escola EB 123 de Arnoso Sta Maria

- Pedome	Construída a Escola EB 123 de Pedome
- Fradelos	—
- Vermoim	—
4.2 – Construir uma Escola que garanta a escolaridade básica no território educativo de Landim que abrange as freguesias de Ruivães, Castelões, Novais, Bente, Carreira, Seide S. Miguel, Seide S. Paio, Abade de Vermoim e Lagoa.	—
4.3 – Construir pavilhões gimnodesportivos, em:	
- Gavião	Construído na Escola EB23 D. Maria II, em Gavião
- Joane	Construído o Complexo Desportivo de Joane
-Vila Nova de Famalicão	Construído o Pavilhão Gimnodesportivo Municipal das Lameiras
4.4 – Reajustar o parque escolar da cidade com as tipologias adequadas aos diferentes tipos de estudo, tais como, libertar o 3.º Ciclo do Ensino básico das escolas secundárias.	—
5 – Adquirir e infraestruturar terrenos na zona de Brufe/Sistães, para a construção da Cidade Universitária e equipamentos ligados à Juventude e Ocupação de tempos Livres.	A Câmara Municipal já possui o terreno para a construção da Universidade.

Quadro 8 – Equipamentos Colectivos – Equipamentos de Saúde

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	
<i>Acções Previstas</i>	<i>Ponto de Situação</i>
1 – Construção de raiz das unidades de extensão de saúde em:	
- Ribeirão	Construída
- Vale S. Cosme	—
- Gondifelos	—
- Nine	Construída
2 – Construção do pavilhão de consultas externas no Hospital Distrital, em colaboração com o Ministério de Saúde e ARS.	Construído

Quadro 9 – Equipamentos Colectivos – Equipamentos Culturais

EQUIPAMENTOS CULTURAIS	
<i>Acções Previstas</i>	<i>Ponto de Situação</i>
1 – Concluir a rede concelhia de leitura pública, implantando bibliotecas - satélites em várias freguesias.	- Implantadas bibliotecas nas seguintes freguesias: Jesufrei, Joane, Lousado, Pousada de Saramagos, Riba D'Ave, Ribeirão, Arnoso Sta Eulália. - Bibliomóvel serve as freguesias do perímetro urbano da cidade, nomeadamente: Calendário, Gavião, Brufe e Antas.
2 – Restaurar e recuperar o Palacete Barão da Trovisqueira para Museu Municipal.	Executado. Museu Bernardino Machado
3 – Recuperar o Imóvel na freguesia de Gavião para Museu Etnográfica e Arqueologia.	_____
4 – Dotar o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave com instalações definitivas	_____
5 – Dignificar a Casa de Camilo, recuperando e melhorando o espaço envolvente	Em construção o Centro Cultural Camilo Castelo Branco.
6 – Construção de um novo auditório municipal ou pela Aquisição e remodelação do Cine-Teatro Augusto Correia	Construída a Casa das Artes
7 – Melhorar e ampliar as instalações do Arquivo Histórico Municipal	_____
8 – Rede de equipamentos colectivos em colaboração com as associações locais:	
8.1 – Concluir o Auditório de Banda de Arnoso	_____
8.2 – Centro Cultural do Teatro de Construção em Joane	Construído o Complexo Social Joaninha
8.3 – Outros.	Vários

Quadro 10 – Equipamentos Colectivos – Equipamentos Desportivos

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	
<i>Acções Previstas</i>	<i>Ponto de Situação</i>
1 – Nova zona desportiva para a cidade, em Ribáinho – Calendário	_____
2 – Construção de um novo pavilhão gimnodesportiva, junto ao novo edifício da escola das Lameiras	Construído o Pavilhão Gimnodesportivo Municipal das Lameiras

3 – Construção de duas novas piscinas cobertas:	
- Oliveira S. Mateus (Parque do Quinteiro)	Construída
- Joane	Construída
4 – Concluir o pavilhão de Delães	Concluído
5 – Construir um novo pavilhão junto à C+S de Vila Nova de Famalicão	Construído
6 – Construção de novos parques desportivos em:	
- Nine	Construído o Campo de Futebol de Santo António contendo o seguinte: Sede da Associação Desportiva Ninense, pista de atletismo, sede do rancho, Karaté e sede de columbofilia.
- Cabeçudos	Construído: Campo de futebol, balneários, campo de ténis, pista de manutenção, campo de malha e mini-parque infantil.
- Gavião	_____
- Bairro	_____
- Ribeirão	_____
- Delães	_____
- Ribeirão (Piscina coberta na Colina do Ave)	_____

1.2.5 – Unidades Operativas de Planeamento

Quadro 11 – Unidades Operativas de Planeamento

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO	
<i>Acções Previstas</i>	<i>Ponto de Situação</i>
1 – PLANOS DE URBANIZAÇÃO	
1.1- Riba D'Ave	Enviado à DRAOT a versão prévia da planta de zonamento do PU de Riba D'Ave.
1.2 - Delães/Bairro	_____

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

1.3 - Oliveira S. Mateus	Incluído no PU de Riba D'Ave.
1.4 - Joane/Pousada de Saramagos	Enviado à DRAOT a versão prévia da planta de zonamento do PU da Vila de Joane e Envolve.nte.
1.5 - Lousado; Ribeirão (Nascente)	Enviado à DRAOT a versão prévia da planta de zonamento do PU de Ribeirão.
1.6 - Ribeirão (poente)	
1.7 - Calendário (poente)	_____ (Plano de Pormenor da Zona Adjacente à Rua Alberto Sampaio – ratificado e publicado no Diário da República n.º 268 (1ª Série)-B, de 20 de Novembro – Resolução de Ministros n.º 164/2000)
1.8 - Portela (zona desportiva)	_____
1.9 - Lousado/Vilarinho das Cambas (zona industrial)	Elaborados estudos prévios de regulamento e da planta de zonamento
1.10 - Ribeirão (zona industrial)	Elaborados estudos prévios de regulamento e da planta de zonamento
1.11 - Jesufrei (zona industrial)	Elaborados estudos prévios de regulamento e da planta de zonamento
1.12 - Vila Nova de Famalicão (centro)	_____ (Aprovado o Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização da Área Central da Cidade de Vila Nova de Famalicão - Publicado no Diário da República, n.º 274 Série II - Aviso n.º 7471/98 de 27 de Novembro)
1.13 - Vila Nova de Famalicão (Sul)	_____
1.14 - Cabeçudos	Parecer desfavorável da CCRN.
2 - PLANOS DE PORMENOR	
2.1 - Mões / Cimo de Vila	Enviado à CCRN para parecer final o Plano de Pormenor de Talvai.
2.2 - Vinhal	Elaborada a versão prévia da planta de síntese.
2.3 - Zona nordeste	Elaborada a versão prévia da planta de síntese.

1.3. OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS DO PDM

De acordo com o referido no Relatório Final do PDM, de 1994, a estrutura urbana do município de Vila Nova de Famalicão caracteriza-se por um povoamento que apresenta as características dominantes do Médio Ave, coexistindo um povoamento difuso e uma rede de aglomerados urbanos, destacando-se como centro urbano de primeiro nível a sede do município e como centros de segundo nível os núcleos de Ribeirão, Joane, Riba D'Ave e Lousado.

Os objectivos sectoriais, que constituíram a estratégia de enquadramento das principais propostas do plano, foram os seguintes:

- Reforço do peso da sede do município, como principal núcleo da estrutura urbana, dotando-o de infra-estruturas e equipamentos, e incrementando o sector terciário, por forma assegurar a fixação de população e reforçar a sua identidade urbana.
- Conferir maior sentido de urbanidade aos centros de segunda ordem, e como tal estes serão objecto de tratamento adequado, através da adopção de políticas de hierarquização de equipamentos e serviços compatíveis com esses objectivos, que deverão merecer especial atenção na elaboração dos Planos de Urbanização propostos para estes núcleos. O melhoramento da rede viária e transportes e a distribuição racional dos equipamentos colectivos é essencial para a prossecução deste objectivo.
- Implementação de medidas tendo em conta a crise do sector industrial tradicional (têxtil e vestuário), dando especial atenção à diversidade produtiva.
- Redimensionamento permanente da rede escolar ao ensino secundário através da implantação de novos equipamentos e da reconversão das estruturas existentes, em colaboração com as estruturas de Ministério da Educação e de acordo com os principais objectivos consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo (Carta Escolar do Município).
- Fixação de uma Universidade em Vila Nova de Famalicão e apoio à criação do “campus universitário” numa das áreas de equipamentos colectivos prevista, assim como a instalação de residências para estudantes.
- Melhoria das acessibilidades locais e regionais, assegurando uma correcta articulação entre a rede viária municipal e nacional e os Itinerários Principais.

- Garantir espaços de classes de usos do solo que viabilizem a estratégia de desenvolvimento, em todas as suas vertentes e por outro assegurar a preservação da qualidade ambiental e paisagística, os espaços verdes, as áreas de equipamentos e a defesa do património.

- Aprofundamento dos estudos de ordenamento a uma escala superior (unidades operativas de planeamento).

Sendo objectivo deste trabalho, a avaliação da execução activa do plano, serão avaliados apenas, os objectivos que dependiam da realização de acções pela Câmara Municipal ou Administração Central.

Também, não foram consideradas as acções, que mesmo sendo execução activa do plano, não foram discriminadas, como foi o caso da implantação de medidas no sector industrial.

Constatou-se também, que o PDM de Vila Nova de Famalicão não continha o programa de execução e de financiamento da realização das obras da competência da administração municipal e da administração central. De acordo com a anterior legislação, Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março, esses elementos eram facultativos na elaboração dos planos directores municipais.

Assim, dos objectivos atrás referidos, a avaliação irá contemplar os seguintes objectivos:

- Construção de infra-estruturas e equipamentos na sede do município (perímetro urbano da cidade);

- Elaboração dos planos de urbanização, melhoramento da rede viária e transportes e a distribuição racional dos equipamentos colectivos dos centros de segunda ordem, Ribeirão, Joane, Riba D'Ave e Lousado;

- Redimensionamento permanente da rede escolar ao ensino secundário através da implantação de novos equipamentos e da reconversão das estruturas existentes, em colaboração com as estruturas de Ministério da Educação e de acordo com os principais objectivos consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo (Carta Escolar do Município);

- Fixação de uma Universidade em Vila Nova de Famalicão e apoio à criação do "campus universitário" numa das áreas de equipamentos colectivos prevista, assim como a instalação de residências para estudantes;

- Melhoria das acessibilidades locais e regionais, assegurando uma correcta articulação entre a rede viária municipal e nacional e os Itinerários Principais.

- Aprofundamento dos estudos de ordenamento a uma escala superior (unidades operativas de planeamento).

1.4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ACTIVA DO PDM

- Construção de infra-estruturas e equipamentos na sede do município (perímetro urbano da cidade de Vila Nova de Famalicão).

A implementação dos Transportes Urbanos de Famalicão (TUF), a ampliação da rede de abastecimento de água no perímetro urbano da cidade (Antas e Gavião), a construção da Variante Nascente e de vários equipamentos colectivos: Casa das Artes, Pavilhão Gimnodesportivo Municipal das Lameiras, Museu Bernardino Machado (recuperação do Palacete Barão da Trovisqueira) e Pavilhão de Consultas Externas no Hospital; dotaram a cidade de Vila Nova de Famalicão com novas infra-estruturas e equipamentos. No entanto, não foram executadas duas das acções principais, previstas para a cidade, a construção do troço, a norte, da Variante Urbana de Famalicão (ligações às EN's 204 e 206) e a zona desportiva para a cidade, prevista para Ribaiinho.

- Elaboração dos planos de urbanização, melhoramento da rede viária e transportes e a distribuição racional dos equipamentos colectivos dos centros de segunda ordem, Ribeirão, Joane, Riba D'Ave e Lousado;

Os Planos de Urbanização propostos para os centros de segunda ordem, Ribeirão, Joane, Riba D'Ave e Lousado não foram concluídos. A Câmara Municipal aprovou a versão prévia dos planos de urbanização das vilas, Riba D'Ave, Joane e Ribeirão e enviou-os à DRAOT, em 2000, porém estes planos não foram ainda concluídos, em virtude de se ter iniciado o processo de revisão do PDM, no mesmo ano.

Na vila de Ribeirão foi construída a Extensão de Saúde de Ribeirão, tendo ficado por construir a piscina coberta. Na rede viária, o grau de eficácia foi baixo para este núcleo, pois não foram executadas as acções de melhoria estrutural da EN14, principal eixo de acessibilidade a Ribeirão, nem foi construída a variante urbana a poente da Trofa. Para esta via, o Instituto de Estradas de Portugal está a elaborar o estudo prévio da Variante à EN14 – Chiolo/Cruz e EN104, em Trofa.

Também, está previsto o melhoramento das acessibilidades a Lousado e a Ribeirão, com a construção da Via Urbana Intermunicipal Famalicão – Trofa, a poente de Ribeirão, estando as Câmaras Municipais da Trofa e Vila Nova de Famalicão, em negociações com o Instituto de Estradas de Portugal.

A maioria das acções previstas para a Vila de Joane foi executada, pois foram construídos os equipamentos previstos, o Complexo Desportivo de Joane (com uma piscina coberta) e o Complexo Social Joaninha. Na melhoria das acessibilidades, foi concluída a Via Intermunicipal Joane – Vizela, tendo ficado apenas por construir a Variante a Joane.

Com a construção da Via Intermunicipal Joane – Vizela, também a Vila de Riba D’Ave adquiriu melhores acessibilidades, no entanto, o mesmo não se verificou nas ligações desta vila à sede do município, em virtude de não ter sido executada a Variante à EN204 nem a Variante à EN310.

A nível de transportes, o objectivo era reservar o sistema existente para as viagens interurbanas, de forma a aumentar a sua velocidade comercial, prevendo um sistema de transportes urbanos para área de influência do núcleo da cidade, independente do sistema existente de transportes interurbanos. Este objectivo, foi concretizado com a implementação dos TUF.

- Redimensionamento permanente da rede escolar ao ensino secundário através da implantação de novos equipamentos e da reconversão das estruturas existentes, em colaboração com as estruturas de Ministério da Educação e de acordo com os principais objectivos consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo (Carta Escolar do Município).

Embora se encontre ainda em elaboração a Carta Escolar do Município, o grau de eficácia da execução das acções dos equipamentos de educação e ensino foi bom, com a excepção da construção das escolas básicas integradas.

Verificou-se que foram construídos todos os pavilhões gimnodesportivos previstos, mas, o mesmo não aconteceu ao nível das acções previstas nas escolas básicas integradas, faltando construir metade das escolas previstas, nomeadamente, nas freguesias de Fradelos, Vermoim e Landim.

Quanto à educação pré-escolar, foram implantados 17 estabelecimentos públicos, faltando cobrir 5 freguesias: Portela, Sezures, Castelões, Landim e Pousada de Saramagos. Destas freguesias, Castelões, Landim e Pousada de Saramagos, têm jardins de infância da rede privada ou solidária.

- Fixação de uma Universidade em Vila Nova de Famalicão e apoio à criação do “campus universitário” numa das áreas de equipamentos colectivos prevista, assim como a instalação de residências para estudantes.

Relativamente à fixação de uma universidade em Vila Nova de Famalicão e apoio à criação do “campus universitário” numa das áreas de equipamentos colectivos previstas, assim como a instalação de residências para estudantes, a Câmara Municipal já dispõe do terreno para a construção das novas instalações da Universidade Lusíada que actualmente funciona no edifício do antigo Liceu.

- Melhoria das acessibilidades locais e regionais, assegurando uma correcta articulação entre a rede viária municipal e nacional e os Itinerários Principais.

Na melhoria das acessibilidades locais e regionais previstas, com o objectivo de assegurar uma correcta articulação entre a rede viária municipal e nacional e os Itinerários Principais, apenas foi construída a Variante Nascente e encontra-se em fase de construção a ligação desta Variante ao IC5/A7. A este nível, não foram executados os troços a norte e poente da Variante Urbana de Famalicão e a ligação ao IC5/A7, a poente. No entanto, estas vias estão incluídas no estudo prévio da Variante à EN14 – Chiolo/Cruz e EN104, em Trofa, já referido atrás. Também não foi construída a Variante à EN204 – nova ligação entre a Variante Urbana de Santo Tirso e o nó da A3/IC5 em Famalicão, nem a ligação entre essa variante e a EN206 (Vermoim).

- Aprofundamento dos estudos de ordenamento a uma escala superior (unidades operativas de planeamento).

Dos vários planos de urbanização e de pormenor previstos no plano director municipal, foram elaborados vários estudos urbanísticos, que serviram de orientação para a gestão urbanística dessas áreas. No entanto, apenas foi tornado eficaz o Plano de Pormenor da Zona Adjacente à Rua Alberto Sampaio na área do PU de Calendário Poente, ratificado e publicado no D.R. nº 268 (1ª Série - B) de 20 de Novembro de 2000, pela resolução de Conselho de Ministros nº 164/2000, e o Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização da Área Central da Cidade de Vila Nova de Famalicão, publicado no D.R. nº 274 (Apêndice nº 152 – II Série), de 26 de Novembro de 1988, através de aviso nº7471/98.

Conforme já foi referido, atrás a Câmara Municipal aprovou a versão prévia dos planos de urbanização das vilas de Riba D’Ave, Joane e Ribeirão e enviou-os à DRAOT, em 2000, porém estes planos não foram ainda concluídos, em virtude ter sido iniciado o processo de revisão do PDM, no mesmo ano. Pela mesma razão, não foram concluídos os planos de urbanização das áreas industriais e os planos de pormenor para a cidade.

Da análise efectuada pode-se concluir que o grau de concretização dos objectivos do Plano Director Municipal de Vila Nova de Famalicão, quanto à construção de equipamentos colectivos, foi bom, faltando apenas construir os seguintes equipamentos:

■ Educação e Ensino:

- Jardins de Infância nas freguesias de Portela, Sezures, Castelões, Landim e Pousada de Saramagos;
- Escolas Básicas Integradas de Vermoim, Fradelos e Landim.

■ Desportivos:

- Nova zona desportiva para a cidade, em Ribainho;
- Piscina coberta em Ribeirão.

Enquanto que a nível de transportes públicos, o objectivo definido no plano foi concretizado, o mesmo já não se verificou na melhoria das acessibilidades às vilas e nas ligações novas previstas para a rede viária secundária, pois não foram executadas várias das acções previstas:

■ Rede Secundária Principal:

- Variante à EN204 – nova ligação entre a Variante Urbana de Santo Tirso e o nó da A3/IC5 em Famalicão;
- Ligação entre a Variante à EN204 e a EN206, com o atravessamento do IC5/A7 no nó de Seide.

■ Rede Secundária Complementar:

- Troço norte da Variante Urbana de Famalicão (prolongamento da Variante Nascente até às EN's 204 e 206);
- Troço poente da Variante Urbana de Famalicão (Variante à EN14 – Chiolo/Cruz e EN104, em Trofa);
- Variante a Joane;
- Variante à EN 310.

Relativamente às unidades operativas de planeamento não foram tornados eficazes a maior parte dos planos de urbanização e planos de pormenor previstos, nomeadamente:

■ Planos de Urbanização:

- Riba D'Ave
- Delães/Bairro
- Oliveira S. Mateus
- Joane/Pousada de Saramagos
- Lousado;
- Ribeirão (Nascente)
- Ribeirão (poente)
- Calendário (poente)
- Portela (zona desportiva)
- Lousado/Vilarinho das Cambas (zona industrial)
- Ribeirão (zona industrial)
- Jesufrei (zona industrial)
- Vila Nova de Famalicão (Centro)
- Vila Nova de Famalicão (Sul)
- Cabeçudos

■ Planos de Pormenor:

- Mões / Cimo de Vila
- Vinhal
- Zona nordeste

1.5. CONCLUSÕES

As circunstâncias em que o PDM'94 foi elaborado, nomeadamente a urgência em proceder à sua aprovação e a não obrigatoriedade da elaboração do programa de execução e do plano de financiamento da realização das obras da competência da administração pública (Decreto-Lei 69/90), levaram naturalmente à falta de definição das acções prioritárias e do cálculo da estimativa dos investimentos, para o prazo de vigência do PDM.

A necessidade da Câmara Municipal rever o PDM surgiu da obrigatoriedade dos planos directores municipais serem revistos dez anos após a sua entrada em vigor.

Embora se preveja que os equipamentos colectivos e infra-estruturas que faltam executar se mantenham no próximo PDM, com a excepção da rede viária secundária complementar, em virtude da desclassificação de algumas estradas nacionais, entretanto efectuada, será necessário adequar os instrumentos de planeamento ao novo quadro legal (Decreto-Lei 380/90).

O grande crescimento dos centros urbanos, através da execução de diversas operações urbanísticas, originou áreas desarticuladas do tecido urbano, com diferentes graus de consolidação, que carecem de um estudo adequado à nova realidade.

Acresce-se ainda, que a nova cartografia digitalizada e os novos instrumentos e ferramentas, como por exemplo os sistemas de informação geográfica das redes de equipamentos, infra-estruturas e transportes públicos permitirão uma melhor caracterização do território. Os sistemas de informação geográficos também, possibilitarão o conhecimento, em tempo real, das transformações do território, importante para a dinâmica do planeamento.

2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO PASSIVA

2.1 Introdução

O presente relatório tem como objectivo a avaliação do desempenho do PDM em vigor no que respeita à satisfação das necessidades e anseios da população durante o período da sua eficácia, tendo presente a execução das acções de competência municipal propostas no Plano.

Esta avaliação é feita, num primeiro âmbito, através dos inquéritos realizados à população e aos Presidentes das Juntas de Freguesia, no início dos trabalhos de revisão do PDM.

Num outro âmbito e face aos resultados desses inquéritos, procurou-se avaliar a capacidade de resposta do Plano às dinâmicas de construção privadas geradas durante o período de vigência do Plano, muito nomeadamente verificando se as áreas de expansão definidas foram, em termos de dimensão, suficientes para as necessidades e procura ocorridas.

2.2 Inquérito às Juntas de Freguesia

Independente do período de formulação de sugestões obrigatoriamente efectuado antes do início dos trabalhos e simultâneo com este, foi elaborado um inquérito, dirigido aos Presidentes de Junta de Freguesia, constituído por dezoito questões. Destas, a questão 1 solicita a opinião quanto à fase de apresentação de sugestões; as questões 2 a 8 relacionam-se com espaços para construção de habitação, equipamentos, indústria e espaços verdes de utilização colectiva; as questões 9 e 10 tratam da rede pública de abastecimento de água e da rede de saneamento; as questões 11, 13 e 14 dizem respeito à rede viária e transportes públicos. A questão 16 refere-se a possíveis aspectos negativos do actual PDM e que devam, na opinião dos inquiridos, ser alteradas; e a 17 questiona se existe algum elemento de carácter arquitectónico ou paisagístico relevante que considere importante salvaguardar.

Fazem ainda parte do questionário três questões de justificação de resposta ou respostas anteriores (8, 12 e 15) e uma questão de ordenação de prioridades na revisão do PDM (18).

Após o envio dos questionários foram agendadas reuniões com os Presidentes de Junta no período compreendido entre 30/07/01 e 17/09/01.

Dos quarenta e nove questionários enviados apenas foi possível receber, a devido tempo, quarenta e seis, pelo que não se considerarão na presente análise os resultados das freguesias de Delães, Mouquim e Pousada de Saramagos.

Questão 1 – Considera importante a fase que decorreu para a apresentação de sugestões?

Verifica-se que 100% dos Presidentes de Junta responderam afirmativamente.

Questão 2 – Considera que o PDM actualmente em vigor, no que respeita à sua freguesia, contempla áreas destinadas à construção de habitação, comércio e/ou serviços, suficientes para as necessidades da população?

Sim - 4 (Antas, Joane, Lousado e Vale de S. Martinho)

Não – 42

Destas 42 freguesias, só 8 especificaram as suas carências nestas áreas:

Avidos – de zonas de comércio e habitação;

Bairro – de áreas de comércio e serviços;

Lagoa – de áreas de habitação;

Louro – de, em grande quantidade, zonas de habitação, comércio e serviços;

Mogege – necessitam de algumas correcções;

Pedome – de urbanizações de qualidade;

Portela e Vilarinho das Cambas – de áreas para construção.

Questão 3 – Estas áreas estão bem localizadas e têm boas características para construção?

Sim – 29

Não – 15

Não respondeu – 2 (Antas e Oliveira S. Maria)

Questão 4 – Considera importante a criação ou a ampliação de espaços destinados à construção de indústrias e armazéns?

Sim – 39

Não – 7 (Antas, Arnoso Sta. Eulália, Bairro, Jesufrei, Lousado, Mogege e V. N. Famalicão).

Curioso será dizer que as freguesias que responderam negativamente correspondem, na sua maioria, a locais onde a área correspondente a indústria já é significativa ou fica muito próxima do centro da cidade.

Questão 5 – Tem conhecimento de algum terreno que, estando classificado como Reserva Agrícola, não possua efectivamente características adequadas para esse fim?

Sim – 42

Não – 4 (Abade de Vermoim, Ceide S. Miguel, Mogege e V. N. Famalicão)

Das respostas pode-se verificar que a maioria das freguesias estão interessadas em incluir estas áreas de Reserva Agrícola em perímetro urbano ou industrial:

Abade de Vermoim – contempla áreas de construção suficientes mas não industriais;

Mogege, Ceide S. Miguel e V. N. Famalicão – não é necessário indústria mas querem mais habitação e serviços.

Questão 6 – Considera que as zonas de equipamentos, destinadas a escolas, espaços de desporto, de lazer ou cultura, definidas no PDM actualmente em vigor, se devem manter?

Sim – 38

Não – 8 (Cabeçudos, Carreira, Ceide S. Miguel, Cruz, Gavião, Landim, Pedome e Vilarinho das Cambas)

Questão 7 – Tem conhecimento que haja necessidade, previsão ou projecto para execução de qualquer equipamento ou infra-estrutura na sua freguesia?

Sim – 46

Não – 0

Questão 8 – Em caso afirmativo indique quais, bem como a sua localização e, se possível, indique também os limites das respectivas áreas de implantação, numa planta à escala de 1/5000, que poderá anexar a este inquérito.

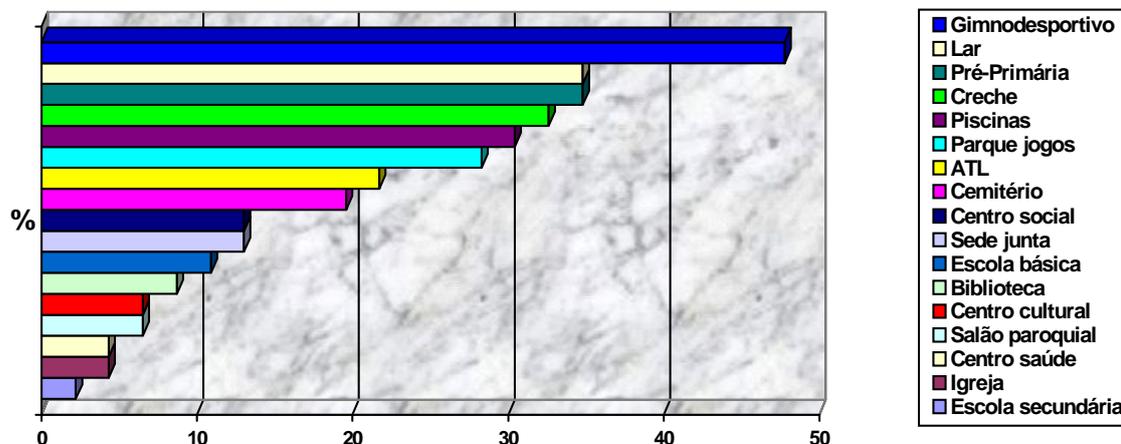
Antes de procedermos à análise do quadro de apresentação da necessidade, previsão ou projecto para a execução de equipamentos ou infra-estruturas designadas pelas freguesias, há que esclarecer que 26 freguesias não responderam a esta questão, tendo, no entanto, procedido à sua apresentação e localização no momento correspondente à entrevista. Assim, as percentagens constantes no referido quadro correspondem às 46 freguesias:

Quadro 12 – Necessidades das freguesias

Necessidades	Freguesias	%
Pré-primária	Louro, Arnoso S.Maria, Avidos, Bente, Calendário, Esmeriz, Gavião, Telhado, Lagoa, Carreira, Cavalões, Jesufrei, Landim, Novais, Oliveira S.Maria, Vale S. Cosme	34.8
Centro Social	Avidos, Bente, gavião, Mogege, Brufe, Louro	13
Piscinas	Arnoso S.Maria, Avidos, Ceide S.Miguel, Ceide S.Paio, Esmeriz, Fradelos, Lousado, Mogege, Nine, Oliveira S.Maria, Outiz, Ribeirão, Ruivães, Vale S.Cosme	30.4
Centro Saúde	Louro, Esmeriz	4.3
Escola Secundária	Ribeirão	2.2
Igreja	Castelões, Arnoso S.Eulália	4.3
Pavilhão Gimnodesportivo/ Multiusos	Antas, Avidos, Bente, Calendário, Esmeriz, Fradelos, Landim, Oliveira S.Maria, Sezures, Vale S.Cosme, Nine, Outiz, Lemenhe, Vale S.Martinho, Brufe, Requião, Telhado, V.N.Famalicão, Ruivães, Lousado, Mogege, Outiz	47.8
ATL	Avidos, Cabeçudos, Cruz, Lagoa, Portela, Antas, Landim, Vale S.Cosme, Nine, Novais	21.7
Lar 3º Idade/Centro de dia	Cabeçudos, Calendário, Ceide S.Miguel, Ceide S.Paio, Fradelos, Gavião, Vale S.Martinho, Cruz, Portela, Carreira, Antas, Bente, Vale S.Cosme, Landim, Nine, Oliveira S.Maria	34.8
Sede de Junta	Gavião, Nine, Oliveira S.Maria, Jesufrei, Calendário, Vilarinho das Cambas	13
Creche/Infantário	Avidos, Cabeçudos, Ceide S.Miguel, Ceide S.Paio, Fradelos, Lagoa, Vilarinho das Cambas, Antas, Nine, Vale S.Cosme, Vale S.Martinho, Sezures, Novais, Vermoim, Outiz	32.6
Salão Paroquial	Cavalões, Cabeçudos, Ceide S.Miguel	6.5
Cemitério/Casa Mortuária	Abade de Vermoim, Antas, Arnoso S.Maria, Calendário, Lagoa, Vale S.Cosme, Gondifelos, Requião, Castelões	19.6
Escola Básica	Pedome, V.N.Famalicão, Vilarinho das Cambas, Landim, Lousado	10.9
Biblioteca	Arnoso S.Eulália, Nine, Novais, Sezures	8.7
Parque de Jogos/Parque de Lazer	Abade de Vermoim, Avidos, Calendário, Esmeriz, Gavião, Sezures, Vale S.Cosme, Carreira, Joane, Arnoso S.Eulália, Castelões, Requião, Outiz	28.3
Centro Cultural/ Auditório	Lemenhe, Ribeirão, Vermoim	6.5

Estes resultados podem ser traduzidos no seguinte gráfico:

Figura 1 - Necessidades das freguesias



Analisem-se, agora, os resultados por ordem decrescente do seu peso no total das respostas:

22 (47.8%) – Pavilhão Gimnodesportivo / Multiusos;

16 (34.8%) – Lar 3ª Idade / Centro de Dia;

16 (34.8%) – Pré – Primária

15 (32.6%) – Creche / infantário;

14 (30.4%) – Piscinas;

13 (28.3%) – Parque de Jogos / Parque de Lazer;

10 (21.7%) – ATL;

9 (19.6%) – Cemitério / Casa Mortuária;

6 (13%) – Centro Social;

6 (13%) – Sede de Junta;

5 (10.9%) – Escola Básica;

4 (8.7%) – Biblioteca;

3 (6.5%) – Centro Cultural / Auditório;

3 (6.5%) – Salão Paroquial;

2 (4.3%) – Centro de Saúde;

2 (4.3%) – Igreja;

1 (2.2%) – Escola Secundária.

Questão 9 – Existindo rede pública de abastecimento de água na sua freguesia, considera-a adequada, tanto na sua extensão como na sua eficiência?

Sim – 18

Não – 28

Questão 10 – Existindo rede pública de saneamento na sua freguesia, considera-a adequada, tanto na sua extensão como na sua eficiência?

Sim – 2 (Fradelos e Vale S. Martinho)

Não – 43

Não respondeu – 1 (Sezures)

Questão 11 – Na sua freguesia a rede viária de distribuição local tem condições adequadas, designadamente no que respeita à sua largura e pavimentação?

Sim – 7 (Abade de Vermoim, Avidos, Ceide S. Miguel, Lagoa, Landim, Oliveira S. Mateus e Vermoim)

Não – 39

Questão 12 – Em caso negativo quais as obras que entende serem mais importantes para melhorar as vias existentes na sua freguesia?

Das 39 freguesias que disserem ter carências ao nível da rede viária de distribuição local, 5 não responderam a esta questão (Antas, Cabeçudos, Esmeriz, Nine, Vale S. Cosme).

Questão 13 - A freguesia dispõe de acessos à sede do concelho e às outras freguesias ou localidades em condições satisfatórias?

Sim – 26

Não – 19

Não respondeu – 1 (Nine)

Questão 14 – Considera que os transportes públicos são suficientes para as necessidades da sua freguesia?

Sim – 15

Não – 31

Questão 15 – Que aspectos negativos aponta ao PDM actualmente em vigor e pensa que devem ser alterados nesta Revisão do PDM?

As respostas a esta questão podem sintetizar-se no quadro seguinte:

Quadro 13 - Aspectos negativos do PDM actual por freguesia

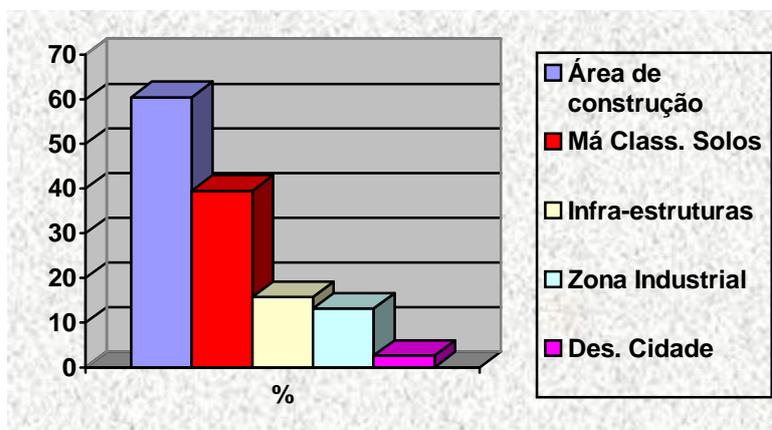
Aspectos Negativos do PDM actual	Freguesias	%
Pouca área de construção	Calendário, Nine, Vale S.Cosme, Telhado, Lousado, Vale S.Martinho, Oliveira S.Mateus, Ceide S.Paio, Sezures, Vermoim, Vilarinho das Cambas, Avidos, Brufe, Cabeçudos, Cavalões, Esmeriz, Landim, Lemenhe, Louro, Novais, Ruivães, Arnoso S.Maria, V.N.Famalicão	60.5
Carências de infra-estruturas e acessos	Esmeriz, Louro, Novais, Arnoso S.Eulália, Arnoso S.Maria, Lousado	15.7
Criação/Ampliação de zona industrial	Fradelos, Joane, Arnoso S.Maria, Ceide S.Paio, Castelões	13.2
Má classificação do solo em algumas áreas	Gondifelos, Joane, Portela, Requião, Ribeirão, Bairro, Calendário, Arnoso S.Eulália, Ceide S.Miguel, Carreira, Gavião, Lagoa, Novais, Pedome, Oliveira S.Maria	39.5
Descaracterização da cidade	V.N.Famalicão	2.6

Da observação deste quadro constatamos que, das 38 freguesias que responderam a esta questão, 23 (60.5%) estão descontentes com a área de construção designada no PDM actualmente em vigor, 15 (39.5%) gostariam que houvesse uma melhor classificação do solo em algumas das áreas que a compõem, 6 (15.7%) dizem ter carências de infra-estruturas e acessos, 5 (13.2%) dizem ser necessário a criação ou ampliação da zona industrial e 1 (2.6%) aponta como aspecto negativo a descaracterização da cidade. Houve 8 freguesias que não responderam a esta questão (Abade de Vermoim, Antas, Bente, Cruz, Jesufrei, Mogege, Outiz e Riba D`Ave).

De notar que algumas freguesias consideraram mais que um aspecto negativo.

Graficamente, as respostas podem ser quantificadas da seguinte forma:

Figura 2 – Aspectos negativos PDM actual



Questão 16 – Existe algum aspecto não previsto no PDM actualmente em vigor, que em seu entender, deva ser contemplado no novo PDM?

Sim – 35

Não – 4 (Lemenhe, Louro, Mogege e Sezures)

Não respondeu – 7 (Bente, Calendário, Castelões, Cruz, Portela, Oliveira S. Maria e Vilarinho das Cambas)

As respostas podem ser resumidas no quadro seguinte:

Quadro 14 - Aspectos a serem contemplados no novo PDM

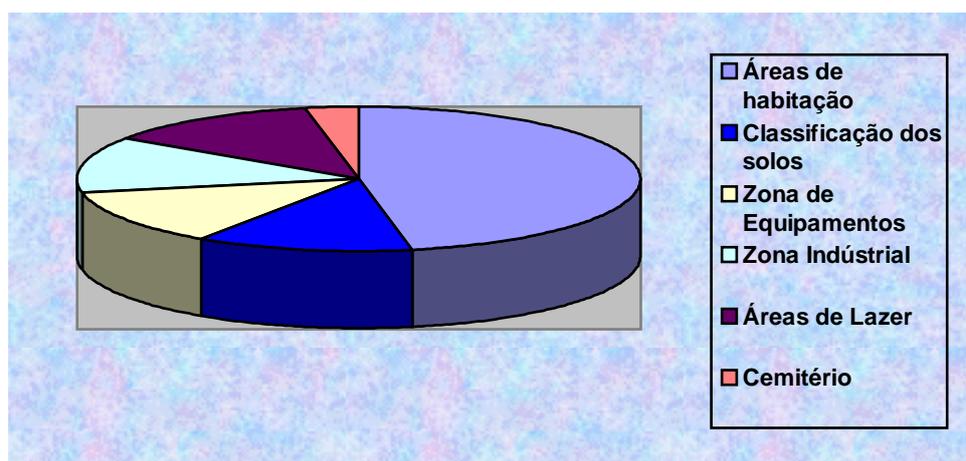
Aspectos a serem contemplados no novo PDM	Freguesias	%
Áreas de habitação	Oliveira S.Mateus, Abade de Vermoim, Avidos, Brufe, Cabeçudos, Cavalões, Esmeriz, Jesufrei, Ribeirão, Joane, Pedome, Ruivães, Vale S.Cosme, Landim, Ceide S.Miguel	55.6
Classificação dos solos	Carreira, Outiz, Requião, Riba D`Ave	14.8
Zona de Equipamentos	Novais, Arnoso S.Eulália, Bairro, V.N.Famalicão	14.8
Zona Industrial	Avidos, Fradelos, Antas, Telhado	14.8
Áreas de Lazer	Fradelos, Bairro, Telhado, Pedome	14.8
Ampliação do cemitério	Gondifelos	3.7

Das 35 Freguesias que responderam afirmativamente a esta questão, 8 (Gavião, Lagoa, Lousado, Nine, Arnosos S. Maria, Vale S. Martinho, Ceide S. Paio e Vermoim) não especificaram os aspectos que gostariam de ver contemplados no novo PDM, pelo que a percentagem indicada no quadro corresponde apenas a 27 respostas. De realçar que algumas freguesias indicaram mais que um aspecto a contemplar na Revisão do PDM.

Verifica-se então que 15 freguesias (55.6%) reclamam áreas de habitação; 4 grupos de 4 freguesias (14.8%) designam, respectivamente, uma melhor classificação dos solos, zona de equipamentos, zona industrial e área de lazer e, por fim, 1 freguesia (3.7%) quer ver contemplada a ampliação do cemitério.

Aspectos a contemplar no novo PDM:

Figura 3 – Aspectos a contemplar no novo PDM



Questão 17 – Existe algum elemento de carácter arquitectónico ou paisagístico relevante que considere que é importante salvaguardar?

Sim – 34

Não – 10

Não respondeu – 2 (Bente e Vale S. Cosme)

As 34 freguesias que acharam importante preservar os elementos arquitectónicos ou paisagísticos nelas existentes, referem-se a: 11 – Igrejas, Capelas ou Mosteiros; 7 – Matas ou montes; 5 – Parques naturais ou quintas; 5 – Solares; 4 – Pontes; 2 – Castro; 2 – Azenhas ou moinhos; 2 – Casa da igreja; 1 – Cine-teatro; 1 – Praia fluvial; 1 – Mercado e 1 – Casa de Camilo.

Existência de elementos arquitectónicos ou paisagísticos a salvaguardar:

Quadro 15 - Elementos arquitectónicos ou paisagísticos a salvaguardar

Elemento arquitectónico/paisagístico	Freguesias
Matas/Montes	Joane, Louro, Portela, Antas, Calendário, Oliveira S.Maria, V.N.Famalicão
Igreja/Capela/Mosteiro	Bairro, Antas, Castelões, Cavalões, Fradelos, Vilarinho das Cambas, Gondifelos, Sezures, Cabeçudos, Joane, Arnoso S.Eulália
Castro	Gondifelos, Jesufrei
Pontes	Cavalões, Gondifelos, Lousado, Nine
Azenhas/Moinhos	Fradelos, Ribeirão
Casa da Igreja	Esmeriz, Vilarinho das Cambas
Cine-Teatro	Riba D`Ave
Praia Fluvial	Arnoso S.Eulália
Mercado	Riba D`Ave
Casa de Camilo	Ceide S.Miguel
Parque Natural/Quintas	Portela, Esmeriz, Lemenhe, Oliveira S.Mateus, Esmeriz
Solar	Lemenhe, Lagoa, Cabeçudos, Castelões, V.N.Famalicão

Questão 18 – Ordene o que considera prioritário criar e/ou melhorar nesta Revisão do PDM.

Foi solicitado que numa escala de 1 a 8 fossem classificados vários aspectos, correspondendo o valor 1 à maior prioridade:

Quadro 16 - Prioridades a melhorar com a revisão do PDM

Freguesias	Indústria	Equipamentos	Habituação	Espaços Verdes	Rede de Água	Saneamento	Acessos	Transportes Públicos
Abade Vermoim	2	6	1	7	4	5	8	3
Antas	8	3	5	4	7	1	2	6
Arnoso S.Eulália	8	3	1	2	4	5	6	7
Arnoso S.Maria	3	7	8	6	1	2	5	4
Avidos	2	7	3	6	4	1	5	8
Bairro	8	2	3	5	7	1	4	6
Bente	3	8	4	7	1	2	5	6
Brufe	4	5	1	6	7	2	3	8
Cabeçudos	8	6	5	7	1	2	4	3
Calendário	7	5	4	3	8	1	2	6
Carreira	6	3	2	4	5	1	7	8
Castelões	2	7	4	6	8	1	5	3
Cavalões	5	4	2			1		3
Ceide S. Miguel	5	4	1	7	2	3	6	8

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIIPP, Lda

Recurso,Lda

Ceide S. Paio	5	6	3	7	2	1	4	8
Cruz	8	4	1	6	2	3	5	7
Esmeriz	8	4	2	7	3	1	6	5
Fradelos	1	4	2	7	6	5	3	8
Gavião	8	3	4	5	2	1	6	7
Gondifelos	7	4	5	8	1	2	3	6
Jesufrei	8	1	7	6	2	3	4	5
Joane	1	4	7	5	3	2	6	8
Lagoa	7	5	3	6	1	2	8	4
Landim	4	5	3	7	2	1	8	6
Lemenhe								
Louro			1	3		2	4	
Lousado	8	6	7	5	3	2	1	4
Mogege								
Nine	8	5	3	6	7	1	4	2
Novais	6	2	5	4		1	3	5
Oliveira S.Maria	2	3	4	6	7	1	5	
Oliveira S.Mateus	6	3	2	4	8	1	7	5
Outiz	6	5	3	4	1	2	7	8
Pedome	6	3	4	5	8	1	2	7
Portela	4	7	2	6	3	5	1	8
Requião	6	5	4	2	7	1	3	8
Riba D´Ave	1	6	4	5	2	1	3	8
Ribeirão	8	1	3	2	6	7	5	4
Ruivães	4	6	1	8	3	2	5	7
Sezures	6	5	1	8	3	2	7	4
Telhado								
Vale S. Cosme	8	7	5	6	2	1	3	4
Vale S. Martinho	5	6	2	3	8	1	4	7
Vermoim	4	7	3	8	2	1	6	5
V. N. Famalicão	8	4	5	3	7	1	2	
Vil. das Cambas	8	5	1	6	3	2	4	7
Moda	8	5	1	6	2	1	5	8
Total	229	196	141	228	163	84	191	242

NOTA : O sombreado azul corresponde a respostas sem ordenação

Da análise do quadro verifica-se que das 43 Freguesias que estabeleceram prioridades resultou a seguinte ordem:

- 1º - rede de saneamento;
- 2º - espaços para habitação;
- 3º - rede de abastecimento de água;

4º - acessos;

5º - espaços para equipamentos;

6º - espaços verdes de utilização colectiva;

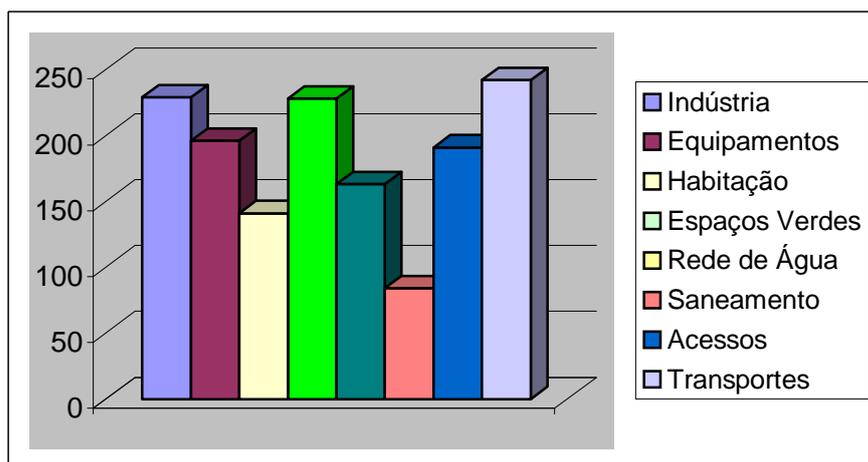
7º - espaços para indústria;

8º - transportes públicos.

O total com o valor mais baixo traduz a primeira prioridade, uma vez que a sua soma resulta do somatório dos valores mais pequenos registados.

Prioridades:

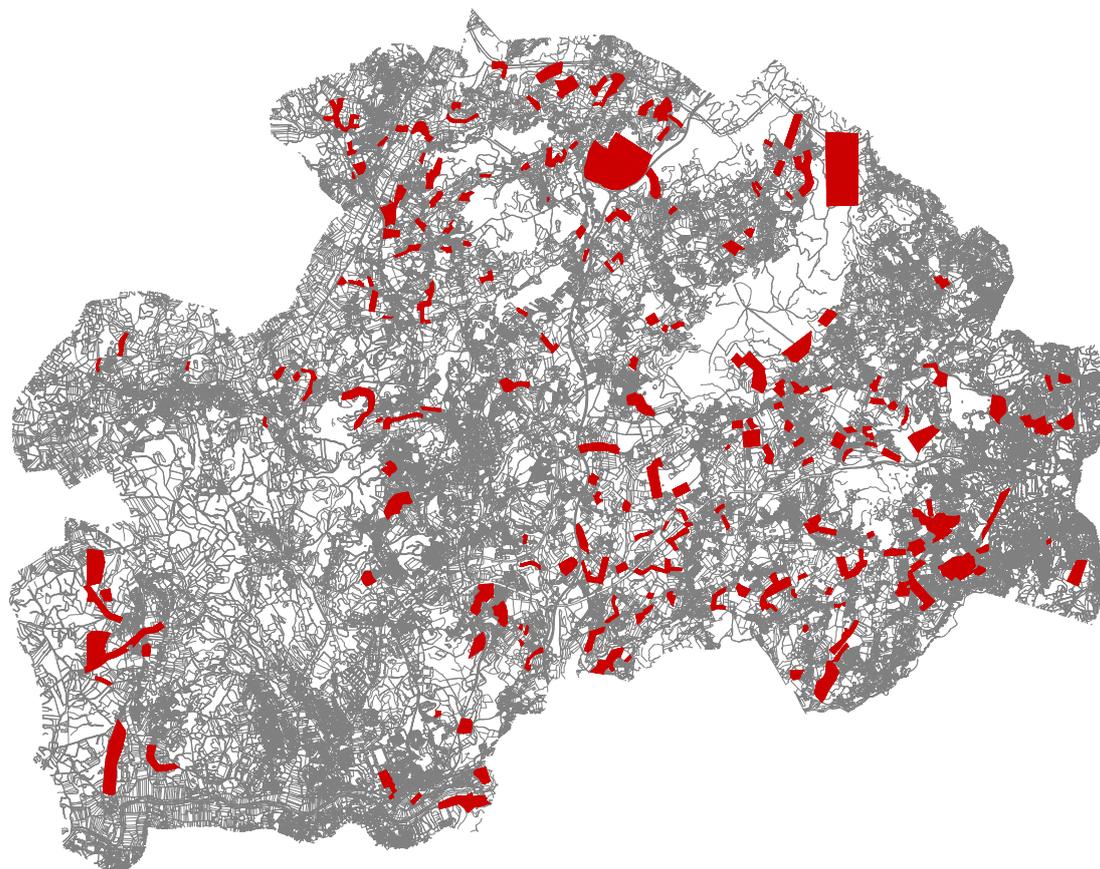
Figura 4 – Prioridades a contemplar a Revisão do PDM



Simultaneamente, foi ainda solicitado em reunião com os Presidentes das Juntas de Freguesia que assinalassem na cartografia as áreas que consideravam dever ser acrescidas aos perímetros urbanos.

A figura seguinte identifica essas respostas.

Figura 5 - Áreas de expansão pretendidas



LEGENDA

 áreas de expansão pretendidas

Estas áreas deverão, tendo presente as conclusões do capítulo seguinte, ser devidamente avaliadas e consideradas na redefinição dos perímetros urbanos no âmbito do processo em curso da Revisão do PDM

2.3 Avaliação da capacidade urbana do PDM em vigor

a) Introdução

Face aos resultados dos inquéritos realizados às Juntas de Freguesia e porque se trata de um problema que se coloca permanentemente na acção planificatória, interessa avaliar o PDM em vigor quanto à dimensão dos perímetros urbanos que nele foram definidos.

No fundo, trata-se de determinar a capacidade de acolhimento dos espaços urbanos e urbanizáveis – capacidade essa que pode ser medida em área bruta de construção ou fogos e população equivalente – e compará-la com as necessidades projectadas para o horizonte do Plano.

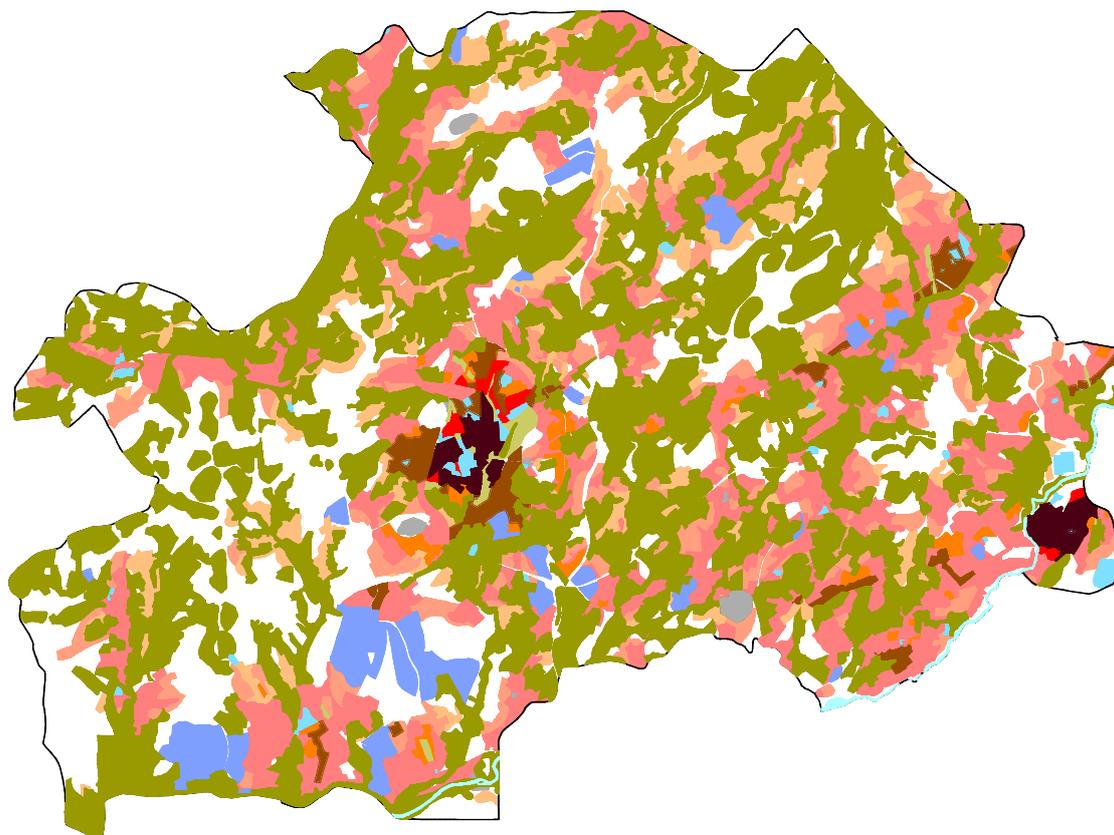
Neste dimensionamento de áreas urbanas e urbanizáveis necessárias, há que considerar:

- a sua dimensão deve ser superior às necessidades efectivas de forma a controlar-se o mercado de solos, impedindo a especulação dos custos de terrenos e criando alternativas aos solos expectantes que não são disponibilizados;
- a dimensão referida anteriormente deve ser 2 a 3 vezes superior à efectivamente correspondente ao acréscimo de área bruta de construção prevista, dependendo da capacidade da Câmara Municipal em intervir no processo de urbanização (ou através dos sistemas de execução por cooperação e imposição administrativa, ou disponibilizando para o mercado terrenos seus, ou intervindo na produção de habitação);
- o acréscimo da área bruta de construção não deve ser dimensionado apenas em função do aumento da população, devendo considerar-se também a evolução do agregado familiar (a diminuição da composição da família corresponde a um acréscimo de fogos), a substituição de fogos existentes (por degradação, por melhoria das condições de habitabilidade ou por alteração de usos), a dinâmica das actividades económicas compatíveis com a habitação (as áreas industriais ou de armazenagem devem ser avaliadas separadamente) e a disponibilização de áreas verdes públicas urbanas e equipamentos públicos (tendo presente os “ratios” desejáveis e a colmatação de carências).

b) Dimensão das categorias de espaço

O primeiro passo para avaliar a capacidade de carga urbana do PDM em vigor é calcular a área correspondente a cada categoria de espaço considerada na Planta de Ordenamento, a seguir reproduzida.

Figura 6 - Carta de Ordenamento do Plano Director Municipal



l e g e n d a

	espaços de aglomerado tipo 1		espaços de expansão aglomerado tipo 1		verde urbano
	espaços de aglomerado tipo 2		espaços de expansão aglomerado tipo 2		equipamentos
	espaços de aglomerado tipo 3		espaços de expansão aglomerado tipo 3		industria
	espaços de aglomerado tipo 4		condicionantes ran e/ou ren		património

O quadro seguinte sintetiza as áreas correspondentes às diferentes categorias de espaço, para o total das UP's e do concelho.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GI PP, Lda

Recurso, Lda

Quadro 17 - Avaliação da carta de ordenamento do plano director municipal

Concelho de V. N. Famalicão	Unidades de planeamento	Espaço de aglomerado Tipo 1	Espaço de aglomerado Tipo 2	Espaço de aglomerado Tipo 3	Espaço de aglomerado Tipo 4	Espaço de expansão de aglomerado Tipo 1	Espaço de expansão de aglomerado Tipo 2	Espaço de expansão de aglomerado Tipo 3	Espaço Industrial	Espaço de equipamentos	Interesse de património	RAN (ha)	REN (ha)	RAN-REN	Verde Urbano (ha)	Espaços não urbanizáveis
	UP1 2117ha	108ha	195ha	377ha	114ha	114ha	114ha	146ha	47ha	46ha	14ha	509	96	46	68	227ha
	UP2 4693ha	----	----	610ha	386ha	----	----	283ha	55ha	11ha	2ha	1600	317	305	1	1183ha
	UP3 4859ha	----	31ha	656ha	222ha	27ha	27ha	205ha	454ha	16ha	10ha	1283	646	296	5	1138ha
	UP4 3140ha	90ha	66ha	900ha	97ha	114ha	114ha	264ha	36ha	42ha	28ha	1033	227	154	1	231ha
	UP5 3545ha	----	89ha	651ha	173ha	63ha	63ha	287ha	34ha	17ha	3ha	1163	596	245	3	466ha
	UP6 1916ha	----	----	162ha	313ha	64ha	64ha	96ha	37ha	4ha	----	454	622	96	----	68ha
20.170ha	Total	Área total de espaços de aglomerado 5240ha				Área total de espaços de expansão de aglomerado 1730ha			663ha	136ha	57ha	6042ha	2504ha	1142ha	78ha	3313ha

c) Densidades de ocupação

É sabido que no município de Vila Nova de Famalicão predomina a ocupação urbana de baixa densidade, caracterizada predominantemente por moradias unifamiliares, onde as preexistências rurais são ainda muito notórias.

Contudo, existem também áreas de densidade superior, caracterizadas predominantemente pela ocupação de edifícios multifamiliares e que se localizam na Cidade e no Vale do Ave Nascente (Riba d'Ave).

Não há, portanto, uma densidade uniforme em todos os aglomerados, assistindo-se a diferentes tipologias e morfologias de ocupação do território a que correspondem densidades habitacionais muito diferentes. Na avaliação da capacidade de carga das áreas urbanas e urbanizáveis é necessário definir a densidade mais ajustada a cada local, o que normalmente se faz considerando a densidade existente num dado momento como valor de referência.

Interessa, assim, determinar as densidades populacionais actuais.

Quadro 18 - Densidade populacional nos núcleos urbanos e rurais

Município de Vila Nova de Famalicão	Unidades de Planeamento	Área das Unidades de Planeamento	Núcleos urbanos e rurais	População residente em 2001, INE	Densidade populacional nos núcleos urbanos e rurais
20170ha	UP1 Cidade 2117ha	2117ha	971ha	30461hab	31.4hab/ha
	UP2Vale do Este (Nine) 4693ha	4693ha	1023ha	17818hab	17.4hab/ha
	UP3Vale do Ave Poente (Ribeirão) 4859ha	4859ha	1205ha	20311hab	16.8hab/ha
	UP4Vale do Ave Nascente (Riba d'Ave) 3140ha	3140ha	1405ha	27435hab	19.5hab/ha
	UP5Vale do Pele (Joane) 3545ha	3545ha	1187ha	23442hab	19.7hab/ha
	UP6 Vale do Pelhe (Vale S. Cosme) 1916ha	1916ha	443ha	8100hab	18.3hab/ha
	Total do Município de V. N. Famalicão	20170ha	6234ha	127567hab	20.5hab/ha

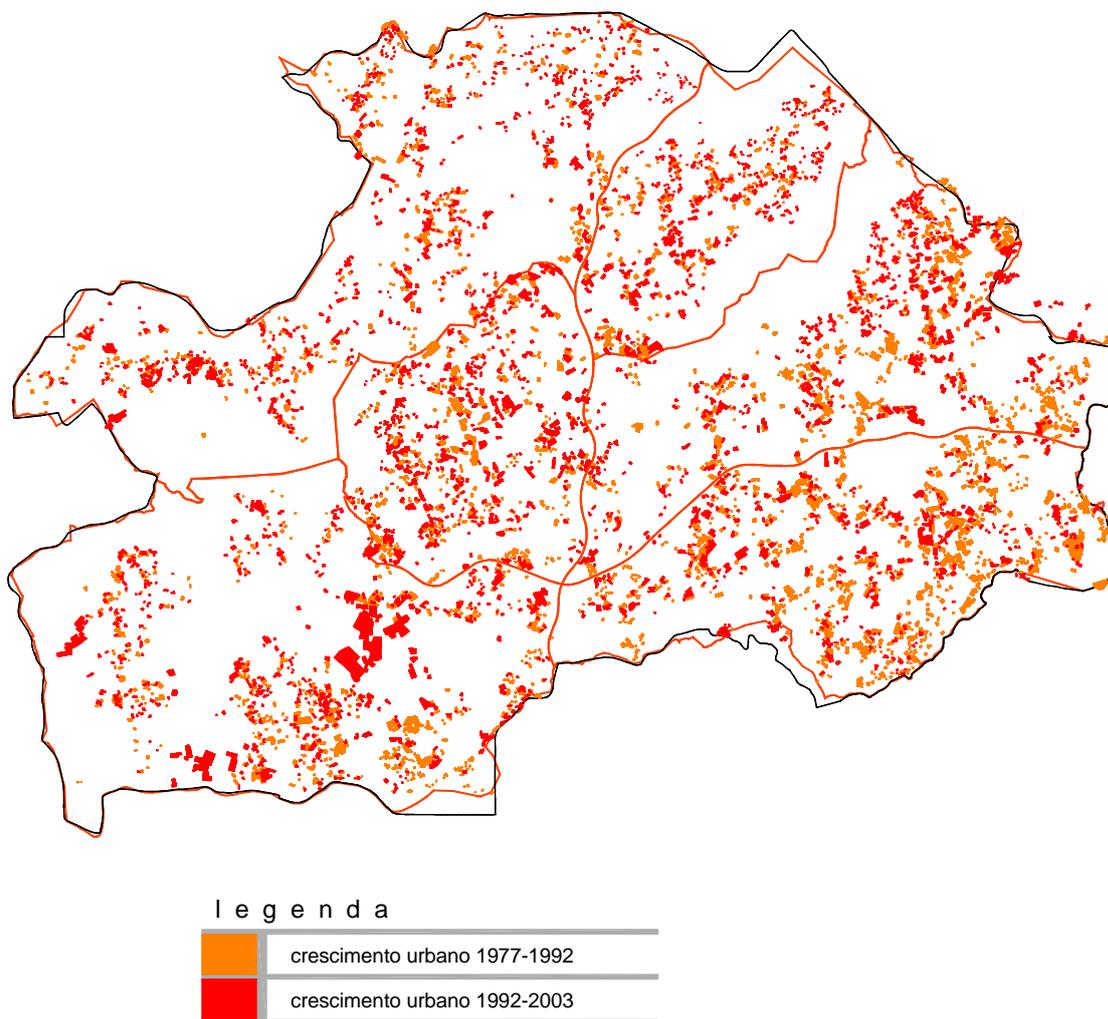
A análise do quadro anterior permite concluir estarmos em presença de densidades muito baixas e, portanto, com uma evidente capacidade dos perímetros urbanos ainda por colmatar.

Estas baixas densidades são explicáveis se conhecermos o modelo de crescimento do concelho de Famalicão, caracterizado por compreender uma grande diversidade do tipo de construção, misturando habitação com indústria e comércio e que é o resultado de um método espontâneo de urbanização apoiado num território de matriz rural com povoamento disperso e assinalado por um forte desemparcelamento das propriedades ao longo do tempo.

As novas construções aparecem ao acaso na continuação ou no preenchimento dos aglomerados urbanos, apoiadas nas vias principais ou mesmo apoiadas em antigos caminhos rurais formando micro-malhas de construção sem qualquer ligação às infra-estruturas básicas

existentes. A figura seguinte é elucidativa deste povoamento disperso (e difuso), em que os espaços livres intersticiais entre construções são dominantes: a urbanização faz-se predominantemente de forma extensiva, adicionando mais área ao espaço urbano inicial, ao invés de se processar pela colmatação ou consolidação desses espaços.

Figura 7 - Carta do crescimento urbano



d) Capacidade de carga das áreas expectantes

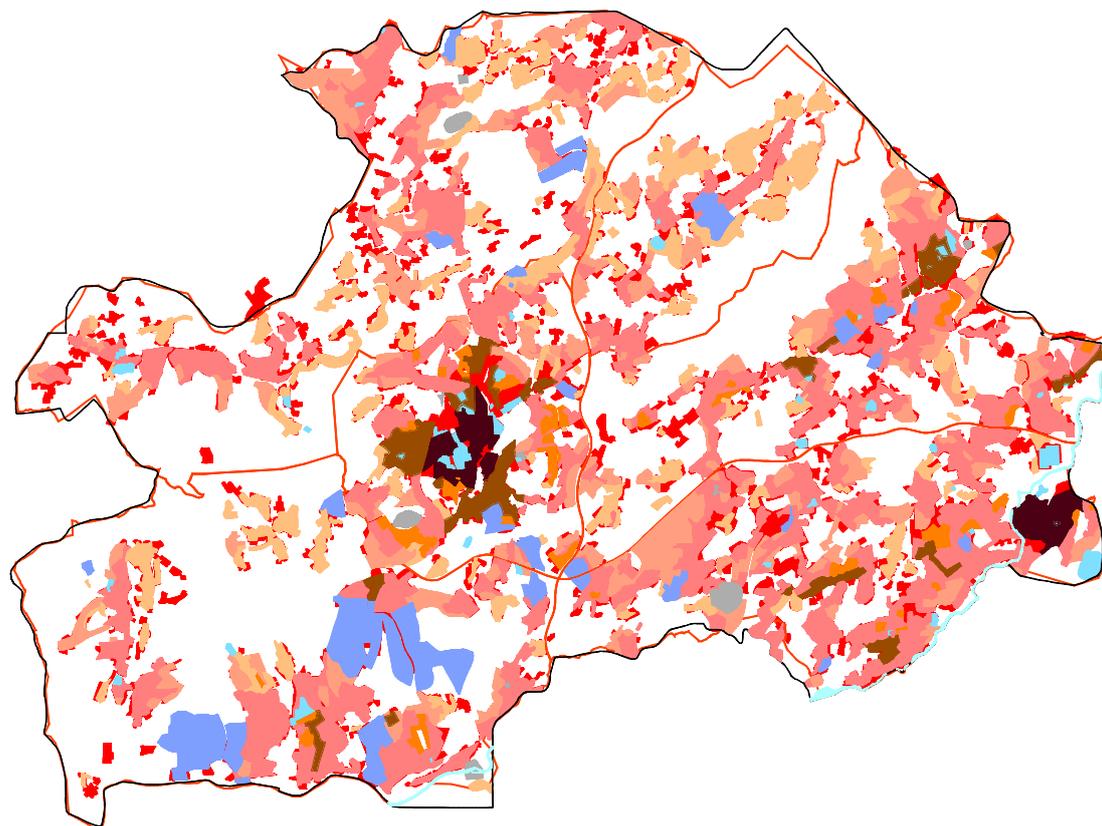
Importa agora identificar as áreas expectantes localizadas em perímetro urbano, com o fim de avaliar a sua capacidade de carga populacional e determinar o período em que se prevê a sua total ocupação urbana.

Refira-se que algumas destas áreas não estão ocupadas apenas devido ao sobredimensionamento dos perímetros urbanos ou por especulação dos seus proprietários. Há também, nalguns casos, outros motivos que impedem ou limitam a sua ocupação e que deverão ser corrigidos:

- terrenos com elevada pendente;
- encostas com exposição solar inadequada à habitação;
- locais sem infra-estruturas básicas;
- más acessibilidades viárias;
- terrenos interiores.

Fazendo a sobreposição das áreas urbanizadas e urbanizáveis constantes da planta de ordenamento do Plano Director Municipal com as áreas urbanas actuais, verificamos que em 6970 ha da área destinada a construção ainda se encontram livres 2072 ha, ou seja, cerca de 30% das áreas destinadas à construção ainda estão por ocupar.

Figura 8 - Carta das capacidades de carga dos solos expectantes



l e g e n d a

	espaços de aglomerado tipo 1
	espaços de aglomerado tipo 2
	espaços de aglomerado tipo 3
	espaços de aglomerado tipo 4

	espaços de expansão aglomerado tipo 1
	espaços de expansão aglomerado tipo 2
	espaços de expansão aglomerado tipo 3

	equipamentos
	industria
	património

	perímetros urbanos
---	--------------------

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

Quadro 19 - Capacidade de carga das áreas livres em perímetro urbano

Município de V. N. Famalicão	Área das unidades de planeamento	Área total em espaço de aglomerado	Área ocupada em espaço de aglomerado	Área livre em espaço de aglomerado	Área total em espaço de expansão de aglomerado	Área ocupada em espaço de expansão de aglomerado	Área livre em espaço de expansão de aglomerado	População residente em 2001	Nº habitante que podem ocupar as áreas expectantes	
	UP1Cidade	2117ha	794ha	133ha	133ha	316ha	228ha	178ha	30461hab	9756hab
	UP2Vale do Este (Nine)	4693ha	996ha	738ha	258ha	283ha	54ha	229ha	17818hab	8482hab
	UP3Vale do Ave Poente (Ribeirão)	4859ha	909ha	180ha	174ha	232ha	104ha	141ha	20311hab	5309hab
	UP4Vale do Ave Nascente (Rba d'Ave)	3140ha	1153ha	317ha	210ha	389ha	234ha	178ha	27435hab	7576hab
	UP5Vale do Pele (Joane)	3545ha	913ha	139ha	140ha	350ha	190ha	196ha	23442hab	6635hab
	UP6Vale do Pelhe (Vale S. Cosme)	1916ha	475ha	168ha	166ha	160ha	91ha	69ha	8100hab	4296hab
20.170ha	Município de V. N. Famalicão	20170ha	5240ha	1675ha	1081ha	1730ha	901ha	991ha	127567hab	42399hab

No quadro anterior e tendo como base as densidades populacionais existentes e já determinadas anteriormente, calculou-se a capacidade de carga populacional ainda existente nos perímetros urbanos definidos no PDM em vigor e que é de 42.399 habitantes, ou seja, 33% da população à data de 2001.

Como exercício complementar podemos calcular agora o número de anos que serão necessários para a ocupação total destas áreas, tomando como taxa de crescimento a correspondente ao intervalo de 1981 a 2001.

Quadro 20 - Número de anos necessário para a ocupação dos perímetros urbanos do PDM 94

Município de V. N. Famalicão		População residente em 1981 INE	População residente em 1991 INE	População residente em 2001 INE	Crescimento medio da população residente por ano	Nº de habitantes que podem ocupar as áreas expectantes	Nº anos que demora a ocupar os espaços expectantes
20170ha	UP1 Cidade	22188hab	25222hab	30461hab	413.6hab/ano	9756hab	23anos
	UP2Vale do Este (Nine)	15452hab	16164hab	17818hab	118.3hab/ano	8482hab	71anos
	UP3 Vale do Ave Poente (Ribeirão)	16489hab	17926hab	20311hab	191.1hab/ano	5309hab	27anos
	UP4Vale do Ave Nascente (Riba d'Ave)	25543hab	26024hab	27435hab	94.6hab/ano	7576hab	80anos
	UP5Vale do Pele (Joane)	19844hab	21313hab	23442hab	179.9hab/ano	6635hab	36anos
	UP6Vale do Pelhe (Vale S. Cosme)	7054hab	7689hab	8100hab	52.3hab/ano	4296hab	82anos
	Município de V. N. Famalicão	106570hab	114338hab	127567hab	1049.8hab/ano	42399hab	40anos

Em resumo, no município de Vila Nova de Famalicão, as áreas expectantes de aglomerado classificadas no actual Plano Director Municipal ainda têm capacidade para albergar população nos próximos 40 anos, com base na estatística elaborada segundo os dados do INE dos últimos 20 anos, em que se define um crescimento médio anual de 1049.8 hab/ano no município.

Idêntica metodologia pode ser utilizada para a determinação da capacidade em alojamentos correspondentes às áreas livres nos perímetros urbanos.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

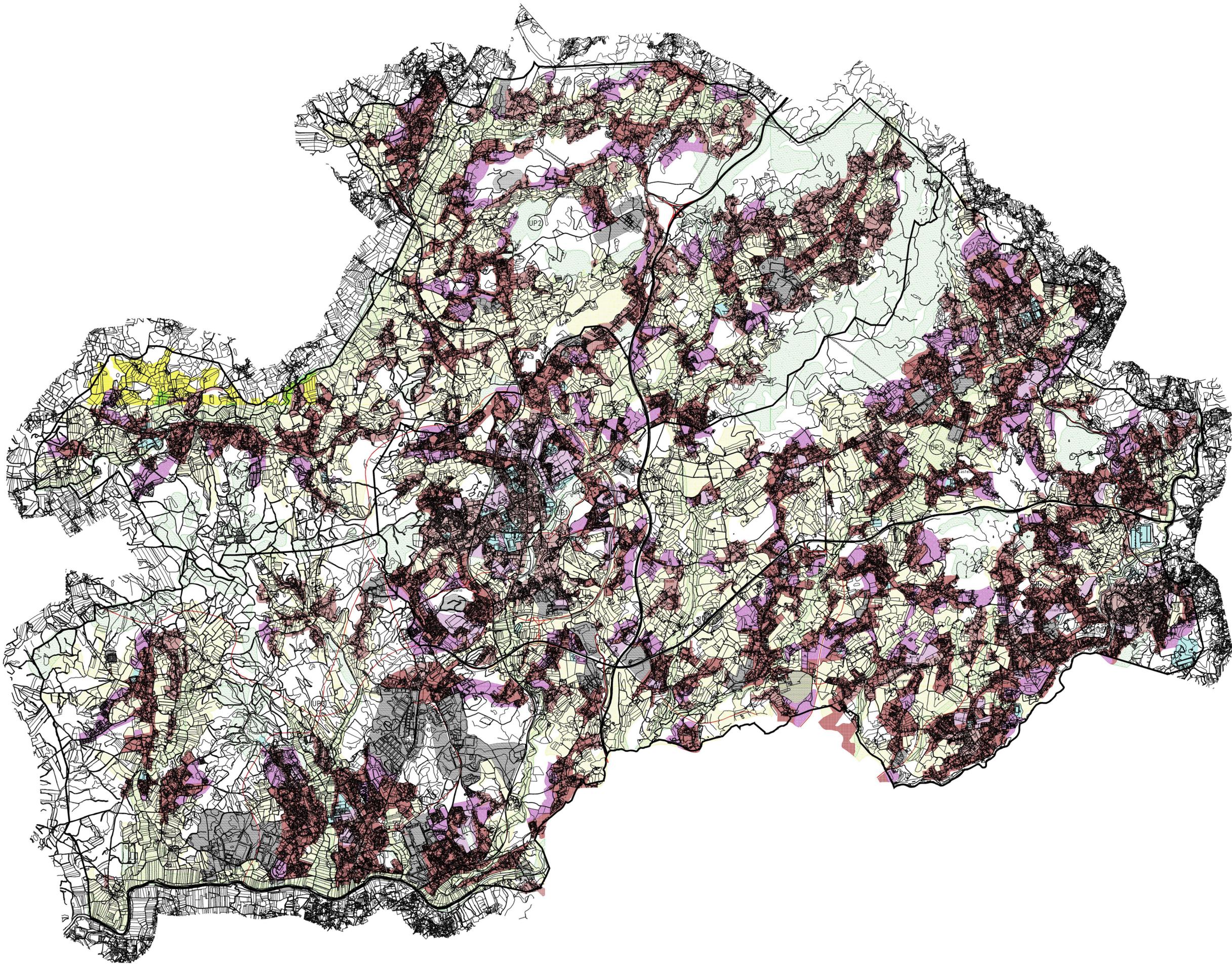
GIPP, Lda

Recurso,Lda

Quadro 21 - Capacidade das áreas livres em alojamentos

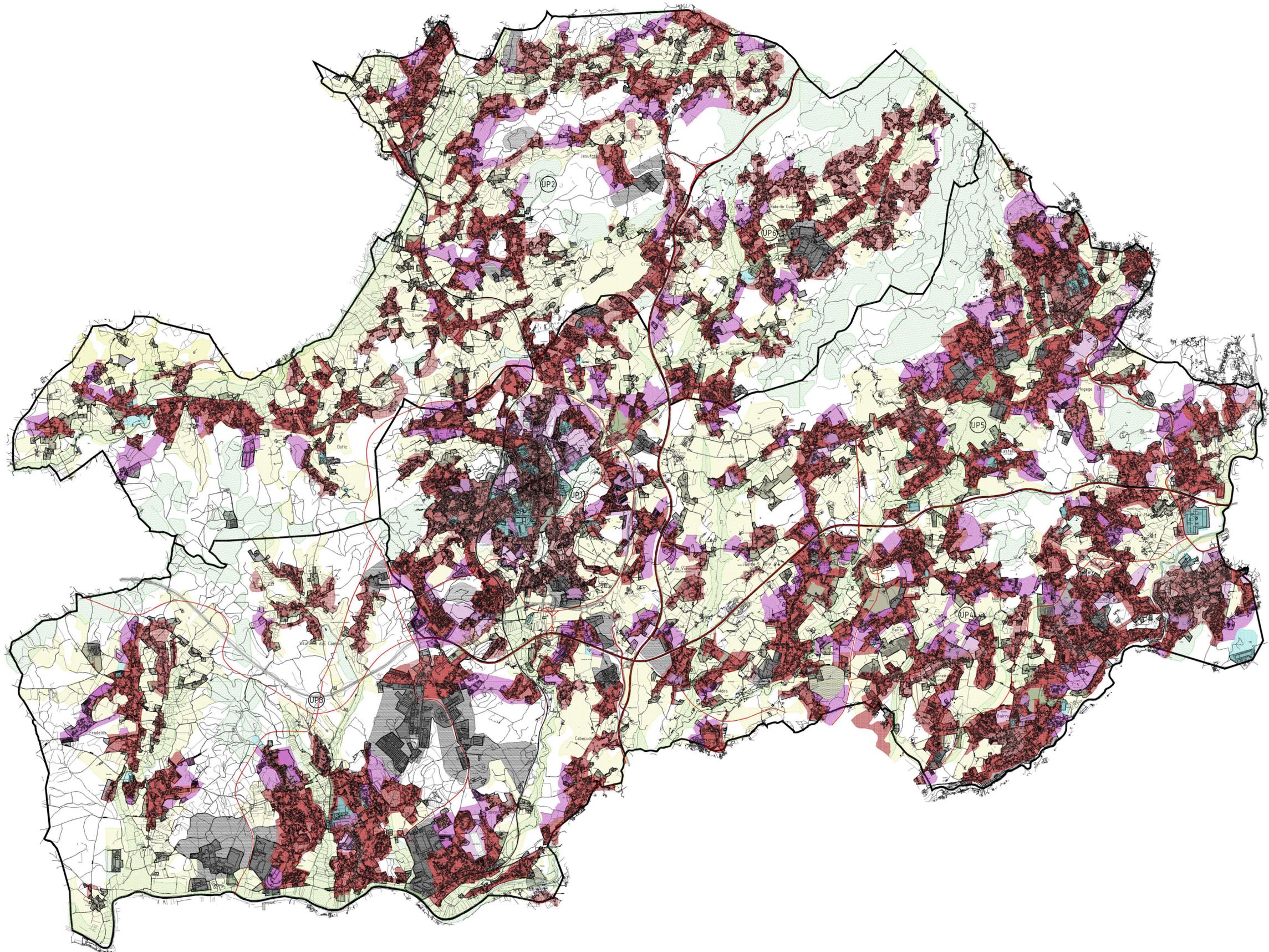
Município de V. N. Famalicão		Total de alojamentos 1981 INE	Total de alojamentos 1991 INE	Total de alojamentos 2001 INE	Crescimento médio de alojamentos por ano	Nº anos que demora a ocupar os espaços expectantes	Alojamentos correspondentes
20170ha	UP1 Cidade	5885aloj	8494aloj	11989aloj	305aloj/ano	23anos	7019aloj
	UP2Vale do Este (Nine)	3831aloj	4877aloj	5955aloj	106aloj/ano	71anos	7540aloj
	UP3 Vale do Ave Poente (Ribeirão)	3915aloj	5025aloj	6750aloj	141aloj/ano	27anos	3825aloj
	UP4Vale do Ave Nascente (Riba d'Ave)	7054aloj	8489aloj	10354aloj	165aloj/ano	80anos	13200aloj
	UP5Vale do Pele (Joane)	4496aloj	6527aloj	8341aloj	192aloj/ano	36anos	6919aloj
	UP6Vale do Pelhe (Vale S. Cosme)	1676aloj	2276aloj	2601aloj	46aloj/ano	82anos	3788aloj
	Total do município de V. N. Famalicão	26857aloj	35688aloj	45990aloj	955aloj/ano	53anos	42291aloj

Conclui-se que no município de Vila Nova de Famalicão as áreas expectantes de aglomerado classificadas no actual Plano Director Municipal ainda têm capacidade para albergar mais 42291 alojamentos, com base na estatística elaborada segundo os dados do INE dos últimos 20 anos, o que dá um crescimento médio anual 955 alojamentos/ano.



- Legenda**
- Unidades de Planeamento**
- UP1 Cidade
 - UP2 Vale do Este / Nive
 - UP3 Vale do Ave (Poente) / Ribeirão
 - UP4 Vale do Ave (Lascende) / Riba d'Ave
 - UP5 Vale do Pele / Joane
 - UP6 Vale do Pele / Vale de São Cosme
 - UP7
 - UP8
- Espaços de aglomerado do tipo 1
 - Espaços de aglomerado do tipo 2
 - Espaços de aglomerado do tipo 3
 - Espaços de aglomerado do tipo 4
 - Espaços de expansão de aglomerados do tipo 1
 - Espaços de expansão de aglomerados do tipo 2
 - Espaços de expansão de aglomerados do tipo 3
 - Espaços industriais
 - Espaços de equipamentos
 - Áreas de interesse patrimonial
 - Reserva Agrícola Nacional
 - Reserva Ecológica Nacional
 - RAN - REN
 - Áreas verdes urbanas
 - Áreas não urbanizáveis

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃ
 XI AVALIAÇÃO DO PDM EM VIGOR - ORDENAMENTO

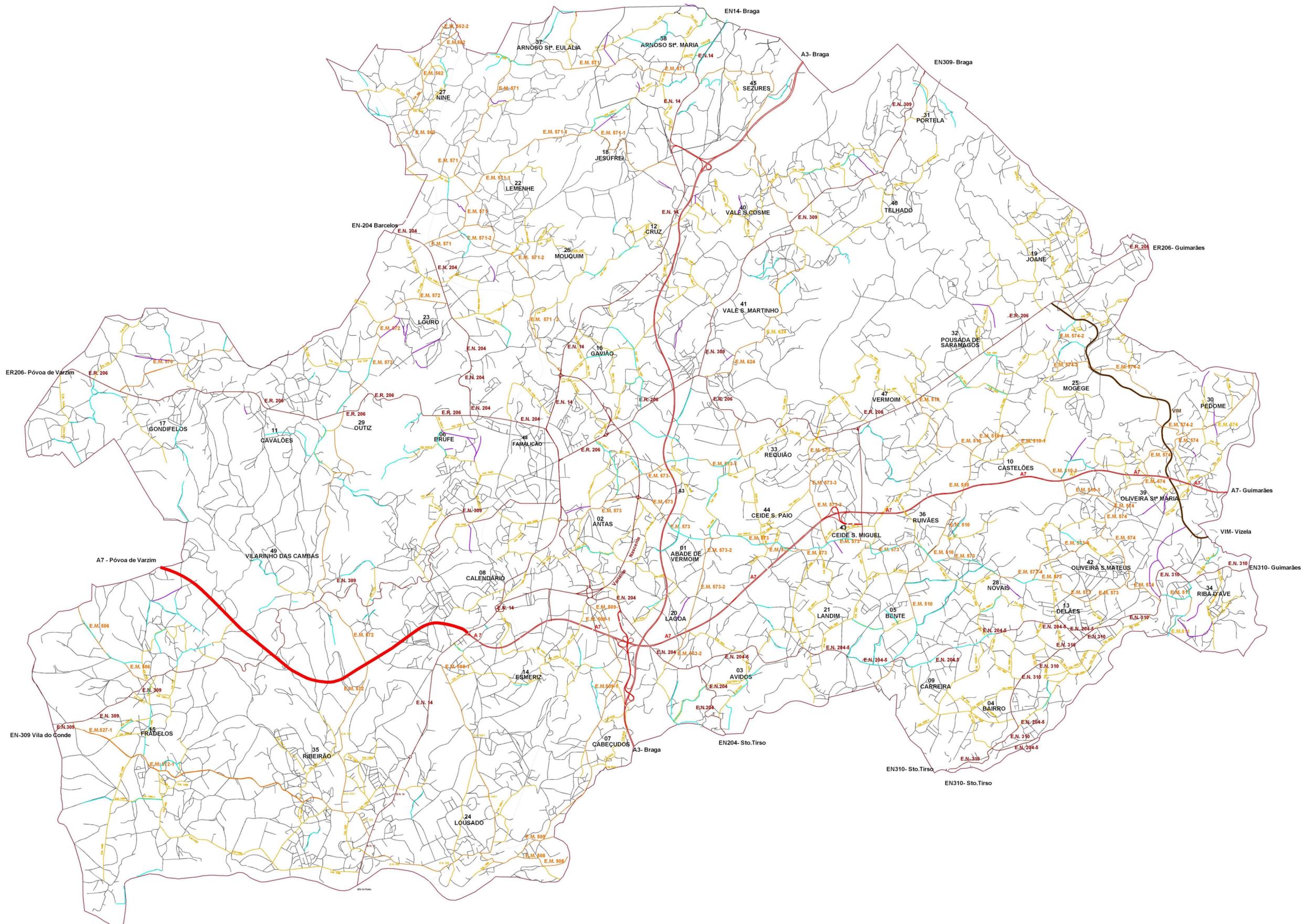


Legenda

- Unidades de Planeamento**
- UP1 Cidade
 - UP2 Vale do Este / Nave
 - UP3 Vale do Ave (Ponte) / Ribeirão
 - UP4 Vale do Ave (Bacental) / Riba d'Ave
 - UP5 Vale do Pêlo / Juaze
 - UP6 Vale do Pêlo / Vale de São Cosme

- Espaços de aglomerado do tipo 1
- Espaços de aglomerado do tipo 2
- Espaços de aglomerado do tipo 3
- Espaços de aglomerado do tipo 4
- Espaços de expansão de aglomerados do tipo 1
- Espaços de expansão de aglomerados do tipo 2
- Espaços de expansão de aglomerados do tipo 3
- Espaços industriais
- Espaços de equipamentos
- Áreas de interesse patrimonial
- Reserva Agrícola Nacional
- Reserva Ecológica Nacional
- RAN - REN
- Áreas verdes urbanas
- Áreas não urbanizáveis
- Núcleos urbanos e rurais

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO
 XI CAPACIDADE DE CARGA DAS ÁREAS EXPECTANTES



Legenda

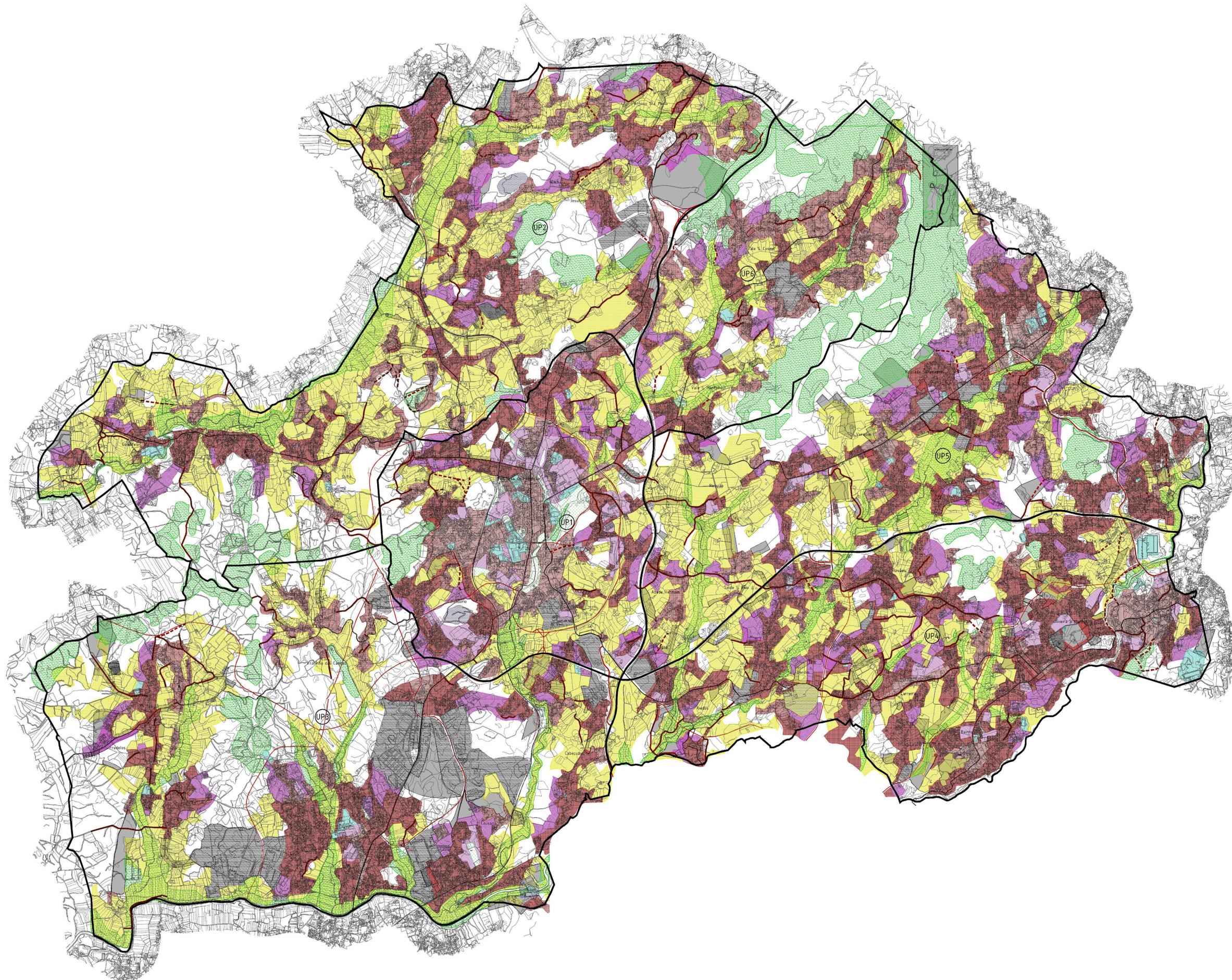
- Unidades de Planeamento
- 01 Cidade
 - 02 Vale do Este / Nive
 - 03 Vale do Ave (Prental) / Ribeirão
 - 04 Vale do Ave (Bassental) / Riba d'Ave
 - 05 Vale do Feltre / Joane
 - 06 Vale do Felhe / Vale de São Cosme

VIAS EXISTENTES

- Auto-Estradas
- Estradas Nacionais
- Via Inter-Municipal
- Auto-Estradas em construção
- Rede Ferroviária
- Estradas Municipais
- Caminhos Municipais
- Caminhos Vicinais
- Vias a criar
- Vias a rectificar

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO
XI- SUGESTÕES DAS JUNTAS DE FREGUESIA

Instituto Municipal de Urbanismo e Planeamento, I.M.U.P. Vila Nova de Famalicão
 Rua da República, 100 - 4800-103 Vila Nova de Famalicão
 Telefone: 253 600 000 - Fax: 253 600 001
 E-mail: imup@vila-nova-de-famalicao.pt
 Escala: 1:20000
 Data: Dezembro 2004



Legenda

- Unidades de Planeamento**
- UP1 Cidade
 - UP2 Vale do Este / Nive
 - UP3 Vale do Ave (Ponte) / Ribeira
 - UP4 Vale do Ave (Nascente) / Riba d'Ave
 - UP5 Vale do Pato / Joaze
 - UP6 Vale do Pato / Vale de São Cosme
- Tipos de Espaços**
- Espaços de aglomerado do tipo 1
 - Espaços de aglomerado do tipo 2
 - Espaços de aglomerado do tipo 3
 - Espaços de aglomerado do tipo 4
 - Espaços de expansão de aglomerados do tipo 1
 - Espaços de expansão de aglomerados do tipo 2
 - Espaços de expansão de aglomerados do tipo 3
 - Espaços industriais
 - Espaços de equipamentos
 - Áreas de interesse patrimonial
 - Reserva Agrícola Nacional
 - Reserva Ecológica Nacional
 - RIAN - REN
 - Áreas verdes urbanas
 - Áreas não urbanizáveis
- Sugestões de Presidentes de Junta**
- Sugestões de Presidentes de Junta
 - Sugestões de Presidentes de Junta - vias a criar
 - Sugestões de Presidentes de Junta - vias a rectificar

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO
XI EXPECTATIVAS LOCAIS

TURISMO

Índice

1. Introdução: Enquadramento do concelho na atividade turística	3
2. Identidade Cultural	5
2.1 Artesanato e Gastronomia	7
2.2 Festas Populares / Carnaval	7
2.3 Famafest / Encontros de Outubro	7
3. Potencial turístico do Município	8
4. Importância do sector	11
5. Gabinete de Turismo/ Posto de Turismo Municipal – Competências	16
6. Infra-estruturas e Equipamentos (atração e animação) – Capacidade de Oferta ...	18
7. Marketing	19
8. Consciência turística - Uso racional do meio-ambiente	20
9. Acessibilidades e Transportes	22
10. Diagnóstico Estratégico – análise SWAT	23
11. Possíveis atrações turísticas para Vila Nova de Famalicão	23
11.1 Golfe	27
11.2 Pavilhão Multiusos	27
12- Legislação do Setor	28
13- Considerações Finais	28

1. Introdução: Enquadramento do concelho na actividade turística

O turismo não é um fenómeno novo. Fenómeno de massas, o turismo atualmente, espelha uma sociedade que, às motivações mais perspicazes conseguiu acrescentar as capacidades económicas e de as tornar realidade, passando desta forma, de um usufruto dos espaços exteriores através de qualquer pessoa, a um desfrute *in loco*, gerador por si só de grandes fluxos humanos e financeiros.

É difícil descobrir uma definição para turismo, sendo que a mais aproximada ao caso de Vila Nova de Famalicão está enquadrada na afirmação: *“O turismo agrupa o conjunto de actividades de produção e de consumo motivadas pelas deslocações de pelo menos uma noite fora do domicílio habitual, e sendo o motivo da viagem tanto o agrado, os negócios, a saúde ou a participação numa reunião profissional, desportiva ou religiosa”*.

Assim sendo, os tipos de turismo com maior preponderância no concelho de Vila Nova de Famalicão são o Turismo de Eventos, Turismo Cultural e o Turismo em Espaço Rural.

Atualmente, uma das grandes preocupações do município é a preservação da identidade do concelho, e a conseqüente defesa do património natural e histórico-cultural.

Antes de se definir uma estratégia para o desenvolvimento do turismo no concelho temos de assimilar a noção que *“o produto turístico é produzido e consumido no local recetor e o consumidor é quem se desloca para a área de consumo”*.

Deste modo, deve ter-se em conta determinados aspetos para a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico, entre os quais:

- Refletir sobre aquilo que pode chamar a atenção do turista sobre o local que queremos ver promovido;
- Devemos ter bem vincado alguns aspectos do lugar a ser visitado para que o diferenciem do que se encontra na vida quotidiana, isto é, o turista vai procurar locais diferentes das cidades em que vive;
- O município deve, cada vez mais, aparecer como um lugar inovador, excitante, criativo e seguro onde o turista possa viver, divertir-se e consumir.

O Turismo é o setor onde mais se faz sentir a necessidade de uma abordagem sistémica do território e de todos os seus setores de atividade, ou seja, é preciso que o concelho de Vila Nova de Famalicão defina um tipo ou tipos de turismo em que as suas características se enquadram, de acordo com o potencial da região. Esta definição é importante, não só para passar aos visitantes a informação sobre os tipos de turismo que a localidade oferece, como também fomentar o aumento de possíveis investidores no setor.

Toda a herança patrimonial é seguramente a maior chave de segurança no futuro do município, mas temos de encontrar soluções de forma a valorizá-lo e respeitá-lo, enquadrando-o sempre que possível em itinerários turísticos para o urgente e apetecível conhecimento de qualquer veraneante e para o reconhecimento da sua importância pelos munícipes famalicenses.

2. Identidade Cultural

Para que o concelho de Vila Nova de Famalicão continue a ser um pólo atrativo, não só em termos populacionais, mas também no que respeita ao turismo, o município deve fazer prevalecer a sua identidade e originalidade.

A preservação e o fortalecimento dos seus usos e costumes que se tem manifestado através do artesanato, folclore, romarias e gastronomia, deverão ter um maior visionamento e publicidade por parte população endógena. A condicionante social deverá fazer com que o turismo constitua um incentivo à criatividade, às artes e às manifestações sociais, artesanais ou folclóricas e que seja crescente o número de pessoas envolvidas.

2.1 Artesanato e Gastronomia

Vila Nova de Famalicão adquiriu uma vasta e rica tradição no que diz respeito ao Artesanato e à Gastronomia.

Alguns dos restaurantes do município constam no roteiro gastronómico português, colocando assim VNF numa posição confortável em relação a este setor.

As feiras gastronómicas e artesanais que VNF promove são de extrema importância para o reconhecimento do município, quer a nível local como nacional por isso, podemos dizer que são duas “jóias” muito preciosas.

Atravessando gerações e gerações, o Artesanato e a Gastronomia famalicenses conservam ainda a simplicidade e a autenticidade dos tempos ancestrais.

A Feira de Artesanato e Gastronomia de Vila Nova de Famalicão é uma das maiores do país. Geralmente, são 150 expositores, sendo 120 artesãos de todo o país, 20 stands de produtos tradicionais e 10 restaurantes típicos de várias regiões do país. Nos últimos anos, o número médio de visitantes é de 150.000 pessoas.

Procurando preservar e valorizar este património cultural que nos identifica, a Câmara Municipal promove, anualmente, no início de Setembro, a Feira de Artesanato e Gastronomia, um espaço de encontro e reencontro de tradições seculares, reflectidas na criatividade das peças manufacturadas e nos sabores das melhores iguarias.

O evento conta com os artesãos a trabalhar ao vivo, desvendando todos os segredos da cerâmica, da cestaria, da tapeçaria, do linho ou dos bordados e das rendas de bilros. Enquanto isso, ao lado, as tasquinhas dão a provar o melhor da gastronomia tradicional. Nos stands, exibem-se os melhores, queijos, doces, enchidos e vinhos da região.

Neste contexto, podemos englobar também a doçaria Conventual, muito reconhecida na região em que o município está inserido.

A Câmara Municipal promove todos os anos uma grande festa com vários doceiros de todo o país, sendo realizada anualmente em Maio, nos jardins do Mosteiro de Landim.

Para além da possibilidade de visitar a bela igreja de Landim, um dos exemplares mais ricos e emblemáticos do estilo românico do Entre-Douro e Minho, classificado como imóvel de interesse público desde 1996 e recuperado recentemente pela autarquia de Famalicão e pelo Ministério da Cultura, os visitantes poderão deliciar-se com as iguarias do Festival Nacional de Doçaria Conventual e Tradicional.

2.2 Festas Populares / Carnaval

Todos os anos em Junho, o município cumpre uma das maiores e mais animadas romarias do país. As Festas Antoninas, em honra do Santo Casamenteiro, atraem milhares de turistas ao centro da cidade. Vivem-se as tradições populares mais profundas, com a descoberta e o reencontro de costumes, sentimentos e sabores ancestrais.

Outra grande festa é a “Feira Grande de S. Miguel”, que constitui uma das tradições mais antigas do concelho. Instituída em 1205, aquando da atribuição do Foral de Vila Nova, pelo rei D. Sancho I, a Feira Grande está intimamente ligada às origens do concelho, nomeadamente à actividade predominante na época: a agricultura.

Neste sentido, destaque para o mercado de S. Miguel que se realiza na Praça D. Maria II e junta agricultores, artesãos e as famosas tasquinhas, oferecendo o que de mais genuíno e tradicional se cultiva no concelho.

O Carnaval é uma ocorrência de salientar, em que Vila Nova de Famalicão cresce visivelmente, assumindo cada vez mais uma posição privilegiada no roteiro das melhores festas carnavalescas do norte do país

Marcado pela participação espontânea e livre das pessoas, o Carnaval de Famalicão é genuíno e repleto de criatividade e fantasia.

2.3 Famafest / Encontros de Outubro

O Famafest é uma iniciativa de inegável valor cultural, que muito tem contribuído para a projecção de VNF, no País e no mundo do cinema. Neste festival, VNF recebe as mais diversas figuras da cultura portuguesa, cujo trabalho é homenageado, consagrando as suas carreiras com o galardão "Pena de Camilo". Este festival tem projetado VNF não só a nível nacional mas também internacional.

Outras atividades frequentes no município são os “Encontros de Outono”, as conferências são promovidas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, no âmbito da programação cultural do Museu Bernardino Machado, decorrem na Casa das Artes.

Os Encontros de Outono colocam Famalicão e o Museu Bernardino Machado na rota dos grandes eventos do pensamento cultural e histórico que é produzido nas melhores universidades portuguesas.

3. Potencial turístico do Município

Uma das preocupações do município prende-se com a preservação da identidade de Vila Nova de Famalicão, e com a defesa do património natural e histórico - social.

Vila Nova de Famalicão tem grande capacidade em termos de recursos turísticos embora estes se possam agrupar em sectores distintos entre os quais se salientam a arquitetura militar, arquitetura castreja, centros históricos, património industrial, património rural, património urbano, património natural, património ferroviário, património religioso, rotas e percursos pedestres Municipais e Intermunicipais como por exemplo os “Caminhos de Santiago” ou a “Rota dos Vinhos”.

Um dos grandes projetos que se propõe ao município é a preservação e conservação da sua identidade e a defesa do património natural e histórico-cultural que lhe deram a sua essência.

Uma aposta possível e viável para o concelho diz respeito ao desenvolvimento do turismo de rural/arquitectónico e turismo de eventos beneficiando assim dos recursos culturais, naturais ou não.

No que diz respeito ao turismo de eventos, sempre foi uma aposta por parte do município, contando assim com vários locais onde este é praticado, embora todos eles com escassa capacidade. Já que 40% do turismo nacional surge em função deste tipo de turismo, este será uma boa aposta, pois neste caso há uma procura e

consumo em larga escala de transportes públicos, hotéis com estadia para uma só noite, restaurantes, “souvenirs” e serviços em geral.

No entanto, este tipo de turismo exige um grande investimento por parte do município, dada a necessidade de mais e melhores infra-estruturas, tais como: centros de convenções¹, restaurantes com mais capacidade de resposta, mais e melhores hotéis, visto que no nosso município só existem duas unidades hoteleiras (uma de 2 estrelas e outra de 3 estrelas)², empresas especializadas na organização de eventos e opções de lazer (visando sobretudo os acompanhantes), etc.

Não obstante, o turismo em espaço rural é um fator com grandes potencialidades no concelho, uma vez que grande parte do território municipal é coberto por áreas rurais com grande valor cultural e arquitectónico

O concelho é também rico em património Industrial, sendo que a área geográfica onde está inserido é a área mais rica de Portugal no que diz respeito ao sector têxtil. Deste modo, o desenvolvimento deste sector deveria assentar na valorização dos espaços e na possível organização de conferências ligadas á indústria têxtil e eventos do foro empresarial, permitindo assim uma complementaridade entre o turismo de negócios e o turismo científico. O Roteiro do Património Industrial do Vale do Ave dá a conhecer um pouco do peso da indústria na economia e desenvolvimento desta área, bem como do valor cultural e arquitectónico ainda presente.

¹ Os locais existentes no município onde se costumam promover encontros para colóquios, conferências e convenções são: Casa das Artes, Biblioteca Municipal, Casa de Camilo e Fundação Cupertino de Miranda. Todos estes locais não têm uma grande capacidade lotação.

² Hotel Moutados 3*, situado na freguesia de Gavião; Hotel Pransor 2*, situado na freguesia de Seide (S. Paio).

Ao longo do documento tem sido sempre abordado o TER³, pois este é de extrema importância para o concelho visto que as suas potencialidades são enormes e dele se pode retirar o máximo proveito.

No que diz respeito ao TER, este tem como principais componentes o Turismo de Habitação, turismo Rural, Agro-turismo e os Hotéis Rurais que serão apostas viáveis para o desenvolvimento do turismo no concelho.

A valorização do património rural tem de ser feita em prol do turismo e em simultâneo promover o desenvolvimento dos espaços rurais onde está inserido. As intervenções ao nível do espaço edificado devem passar pela preservação, reabilitação e recuperação do edificado rural mantendo a sua traça arquitetónica original e conferindo-lhes assim todo o seu valor cultural.

As ações possíveis e indispensáveis para que a prática turística no espaço rural tenha mais procura passam pela realização de uma rede de caminhos, rotas e percursos pedonais, equipamentos de apoio, e actividades de inter-ligação com a natureza e o próprio espaço.

Vila Nova de Famalicão encontra-se numa espécie de “epicentro geográfico” de cidades com grande valor cultural, patrimonial, histórico e económico como é o caso do Porto, Guimarães, Braga, Póvoa de Varzim, pode ser um fator que pode influenciar positiva e negativamente o município. Sob o ponto de vista negativo a proximidade de cidades com maior dimensão e massa crítica podem gerar concorrência pela atração de investimentos, pela captação de fluxos turísticos, pela sediação de organizações, pela atração de públicos para atividades de animação urbana cultural e de lazer, etc. Por outro lado, a proximidade de locais como Aeroporto Sá Carneiro, Porto de Leixões e das cidades atrás referidas poderá ser importante na medida em que o acesso a bens e produtos é facilitado, bem como poderá servir de ponto intermédio para a passagem de turistas.

³ TER- Turismo em Espaço Rural

4. Importância do setor

Sendo o turismo um setor de grande transversalidade este é onde se faz sentir a necessidade de uma abordagem sistémica do território e dos seus setores de atividade. Consequentemente esta atividade pode ser uma alternativa viável ao desenvolvimento económico do nosso concelho, tanto no aumento da capacidade de empregos, como em investimentos em infra-estruturas. Se a atividade turística for exercida de forma profissional e planeada, esta poderá produzir resultados económicos muito satisfatórios e ao mesmo tempo assegurar a sustentabilidade a longo prazo, protegendo o património natural e cultural.

O aumento do turismo no concelho poderá ser benéfico em relação a:

- Aumento da receita na área conservada;
- Utilização racional do património natural e arquitetónico;
- Reforço económico na área recetora;
- Fixação da população no município;
- Efeito “Cascata”⁴;
- Aumento da renda familiar;
- Benefícios sociais;
- Valorização dos costumes, da história, da arte, do folclore, do artesanato, etc.

Com base no seguinte quadro, podemos conseguir criar um modelo padrão para o desenvolvimento entre economia/turismo, para tal a Câmara Municipal deve promover um estudo a fim reconhecer quais são os principais obstáculos ou dificuldades no desenvolvimento turístico em Vila Nova de Famalicão:

⁴ Efeito “Cascata” ocorre quando os turistas consomem bens e serviços de empresas e de profissionais que, por sua vez, gastarão tais recursos na aquisição de outros bens e serviços necessários para exercer as suas profissões.

VARIÁVEIS	CARATERISTICAS	IMPLICAÇÕES	CORREÇÕES
POPULAÇÃO	<p>-Dimensão do mercado Interno;</p> <p>-Necessidade de captar procura externa.</p>	<p>-Produtividade;</p> <p>-Efeito Preço;</p> <p>-Efeito Qualidade;</p> <p>-Efeito Estilo/Marca.</p>	<p>-Recursos Humanos como “Comodity”;</p> <p>-Plataforma de Localização de atividades.</p>

<p>DENSIDADE DO TECIDO ECONÓMICO</p>	<p>-A dimensão do mercado interno condiciona a densidade do tecido económico; -A genética da economia determina as possibilidades estratégicas internas.</p>	<p>-Limitações estruturais; -Equilíbrios a baixo nível; -Sensibilidade aos choques.</p>	<p>-Alargar o mercado de referência; -Conquistar atratividade; -Especializar atividades; -Diversificar a partir das especializações.</p>
---	--	---	--

<p>ESTABILIDADE DAS LINHAS POLÍTICAS</p>	<p>-Determinam o horizonte temporal de referência para os projetos empresariais;</p> <p>-Articulação dos embates económicos periódicos com as tendências políticas associadas.</p>	<p>-Eficácia dos reguladores económicos;</p> <p>-Atividade dos centros de racionalização.</p>	<p>-Efeito de racionalização dos mercados alargados;</p> <p>-Efeito de seleção da globalização competitiva;</p> <p>-Efeito de condicionamento imposto pela evolução da economia.</p>
---	--	---	--

<p>PADRÃO CULTURAL DOMINANTE</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Expetativa social centrada no distributivismo; -Organização corporativa de interesses sociais defensivos; -Valorização da segurança; -Rejeição do risco; -Preferência social pela igualdade. 	<ul style="list-style-type: none"> -Pressões sobre a despesa pública; -Necessidades a sobreporem-se às possibilidades; -Tendência para a geração de défices distributivos. 	<ul style="list-style-type: none"> -Racionalização estratégica do exterior para o interior; -Seleção de opções pela vizinhança dos limites; -Promoção de padrões de comparação concorrencial no estado e nas relações do estado com centros de decisão.
---	---	---	--

5. Gabinete de Turismo/ Posto de Turismo Municipal – Competências

O “Gabinete do Turismo” deverá definir a política do turismo a ser aplicada, com base num planeamento envolvendo os diversos segmentos da sociedade organizada local, desagregados em projetos e programas entre o setor público e/ou privado que poderão ser revistos e repensados cuidadosamente, visando garantir a sustentabilidade turística e do meio ambiente em que está inserido.

Neste processo de definição da política do turismo, o envolvimento da sociedade organizada é de extrema importância.

No que concerne às funções do “Gabinete do Turismo”, e no ponto de vista municipal, este deveria ter como principais competências e aptidões:

- Traçar e executar uma Política Municipal de Turismo;
- Criar uma imagem turística do município;
- Atuar sobre o mercado turístico com o objectivo de aumentar os fluxos de visitantes;
- Fomentar e adequar a exploração de recursos turísticos do município com o objetivo de obter maior comercialização desses recursos;
- Sugerir aos demais órgãos da Administração Municipal medidas que visem á perfeita organização e expansão do turismo no município;
- Aplicação de sanções e multas quando devidamente autorizadas;
- Fiscalizar o exercício das profissões turísticas no município;
- Definição de áreas do município que são consideradas de relevante interesse turístico e estabelecer legislação pertinente;
- Desenvolver estudos económicos necessários ao desenvolvimento do turismo municipal;

- Elaborar normas técnicas a que todos os empreendimentos turísticos devem obedecer;
- Atrair, mediante convites e outros atos, representantes de agências de viagens, empresas de transportes, empresas turísticas e grupos financeiros com a finalidade de mostrar-lhes as possibilidades turísticas do município, etc.

O Posto de Turismo do Municipal deve ter um papel ativo nesta área, pois tem de ser visto como elo de ligação, ou seja, conduzir a informação ao consumidor. No caso de Vila Nova de Famalicão, este deveria interferir e ter um papel fulcral nos seguintes aspetos:

- Promover a propaganda e celebrar atos que tenham repercussão nos meios informativos com o objetivo de incrementar a difusão do município como área turística interna e externamente;
- Difundir todo e qualquer tipo de informação de conotação lúdica, cultural ou científica existente no município;
- Disponibilizar horários de toda a rede de transportes existente no município;

Outra dificuldade detetada é o “*Perfil de Turista*” que procura o município. Estando o município rodeado por outras cidades com fortes características históricas e naturais e com grande capacidade de oferta no que concerne ao turismo faz com que a competitividade seja muito forte.

O fluxo de turistas externos ainda é assimétrico e baixo, o que demonstra os esforços dos atores envolvidos no desenvolvimento turístico. No entanto, e em relação á oferta turística, não deverá ser estereotipado um “*Perfil de Turista*”, ou seja, toda e qualquer oferta não pode ter em conta dados como sexo, raça, cultura, mas sim o tipo de produto que o turista procura: eventos para pequenos/grandes grupos, visitas guiadas, percursos pedestres, etc.

6. Infraestruturas e Equipamentos (atração e animação) – Capacidade de Oferta

O Município de Vila Nova de Famalicão possui uma vasta e extensa rede de infra-estruturas e equipamentos que se dividem em equipamentos de Educação, Desporto, Saúde, Proteção Civil, Ação Social e de Cultura/Ciência, bem distribuídas por todo o concelho, o que descentraliza o turismo e dá possibilidade a todas as freguesias do concelho adquirirem papel fulcral nas suas capacidades como possível ponto de passagem. Encontra-se igualmente bem equipado nos domínios de redes públicas, comércio, transportes e comunicações.

Partindo do início que os principais subsistemas do turismo são: alojamento e equipamentos, será importante fazer uma abordagem geral destes subsistemas de forma a ver as suas carências e possíveis melhorias.

Atualmente, no Município de Vila Nova de Famalicão existem 8 empreendimentos turísticos classificados e cuja listagem se encontra em anexo, sendo 3 hotéis, tendo um deles com a categoria de 3 estrelas e os outros dois com a categoria de 2 estrelas. Existem ainda 2 empreendimentos de turismo de habitação, 2 de casa de campo e 1 hotel rural, correspondendo no total a 150 unidades de alojamento e com um total de 291 camas.

Existem ainda dois PIP ou projetos de Arquitetura de Empreendimentos Turísticos com parecer favorável do Turismo de Portugal, I.P. e cuja listagem se anexa, correspondendo a um empreendimento de hotel rural (TER), com 23 unidades de alojamento e 41 camas e outro como hotel de 3 estrelas, com 51 unidades de alojamento e 101 camas.

No que diz respeito aos alojamentos turísticos, prevê-se que estes aumentem uma vez que esta é uma aposta do Município.

Em anexo, encontram-se:

- Listagem dos empreendimentos turísticos classificados;
- Listagem dos PIP ou projetos de arquitetura de empreendimentos turísticos com parecer favorável do Turismo de Portugal;
- Listagem do inventário dos recursos turísticos (IRT);
- Mapa da informação georreferenciada dos empreendimentos turísticos em Vila Nova de Famalicão, fornecidos pelo Turismo de Portugal.

Sendo a capacidade de albergue o factor mais importante para o turismo, concluí-se que há uma necessidade inequívoca de serem feitas alterações e incentivos para novos empreendimentos hoteleiros, conseguindo assim responder á procura e garantir cada vez mais qualidade nos serviços.

Em relação aos equipamentos, considera-se que estes ocupam um lugar tão importante quanto o alojamento, uma vez que os visitantes se deslocam para este concelho em prol da existência de algum elemento ou factor, qualquer que seja a sua natureza, sobre o qual está disponível um bem ou serviço.

A Fundação Cupertino Miranda e a Casa das Artes são os principais locais onde, apesar da baixa capacidade de lotação, há um variado leque de ofertas no que concerne às actividades culturais, o que de certo modo, e ainda que menos visível, torna-se num potencial foco de atracção turística.

7. Marketing

No concelho de Vila Nova de Famalicão abunda um lote variado de recursos, mas é necessário saber transformá-los num produto em que o preço seja justo, a qualidade de serviços a criatividade e a identidade estejam bem vincadas.

O concelho torna-se assim num potencial “mercado turístico” e a população e visitantes em “clientes turísticos” com novas exigências e que podem estar direccionados para planos como descobrir o património, conhecer a natureza ou percorrer algumas das rotas disponíveis no concelho.

Outra questão relevante a ser considerada no desenvolvimento do turismo do nosso município é a elaboração de um plano de marketing, ou seja, o “processo de planeamento e execução desde a concepção, promoção e distribuição de ideias, mercadorias e serviços para criar trocas que satisfaçam os objectivos individuais e organizacionais do concelho.

8. Consciência turística - Uso racional do meio-ambiente

Estando o município organizado através do presente Plano Director Municipal este deverá desenvolver estratégias base para conduzir a população em direcção á relação entre meio-ambiente/turismo, sendo que seja um acto corrente a prática do turismo sustentável. Percebe-se que os segmentos envolvidos com o turismo estão organizados estrategicamente, e para a sua evolução, torna-se necessário o envolvimento do poder público, dos empresários, produtores rurais, estudantes e toda população.

Tendo em conta o turismo sustentável e o seu desenvolvimento, este deve ocorrer até ao limiar de carga do município, isto é, a capacidade máxima de receber visitantes sem pôr em causa o pleno funcionamento do mesmo. A preservação do meio ambiente depende dos limites impostos ao crescimento do turismo, tanto do ponto de vista físico como social.

A baixa qualificação da mão-de-obra e a taxa de analfabetização⁵ (anexo 1) são vectores que deviriam ser repensados rapidamente, isto porque estes vão-se reflectir nas funções desempenhadas por qualquer pessoa em qualquer que seja a sua actividade laboral. Para tal, o município deverá proporcionar um vasto leque de cursos de formação, o que por sua vez, e para além da formação, vai despertar, consciencializar e instruir a vocação turística no município.

As excelências culturais do município não são suficientes para garantir o desenvolvimento turístico local, deste modo, e na administração do património, é indispensável saber informar o seu verdadeiro significado assim como a necessidade da sua conservação perante todos os habitantes e visitantes, sendo que saber receber os visitantes com profissionalismo, competência, qualidade e principalmente saber conviver com novas culturas é ponto essencial.

De salientar também, que a inauguração da ecopista vai de encontro ao uso racional do meio-ambiente em prol do turismo, uma vez que todo e qualquer transeunte pode usufruir de um bom passeio de bicicleta e ao mesmo tempo estar em pleno contacto com a natureza. O prolongamento desta ecopista para outras áreas do município poderá ser um facto de grande importância pois servirá para revitalizar algumas áreas mais esquecidas do município.

Para que se possa ter um desenvolvimento sustentável do turismo é de máxima importância que se faça um uso racional do meio-ambiente, encontrando o equilíbrio entre interesses económicos e o desenvolvimento de actividades que o protejam.

⁵ Segundo os Censos de 2001 do INE, Vila Nova de Famalicão tem uma percentagem de 6,69% no correspondente á Taxa de Analfabetização.

Deste modo, e para que este equilíbrio ocorra de forma contínua, tem de ser levado em conta o processo de transfiguração, exploração de recursos, direcção dos investimentos, orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional e todos eles devem estar em plena sintonia e fortalecer o potencial presente e futuro.

Vila Nova de Famalicão deve ter um desenvolvimento controlado em harmonia com os aspectos naturais e sócio -culturais, mas para que se garanta sua originalidade e conseqüente atractividade para gerações futuras, será no entanto, importante não deixar desvanecer esta “política”.

9. Acessibilidades e Transportes

O turismo, como qualquer outra actividade, obriga a que estejam presentes boas acessibilidades e uma vasta rede de transportes dispersa por todo o município. No caso de Vila Nova de Famalicão está bem acondicionado em termos de acessibilidades uma vez que o município é abarcado pelo importante eixo da A3- Porto/Braga e pelo eixo da A7 Guimarães/Póvoa de Varzim, sendo que estes dois eixos fazem a ligação entre várias cidades com grande riqueza turística (Porto, Braga, Guimarães, Póvoa de Varzim).

A rede de vias primárias encontra-se bem marcada por todo o município, existindo também mais algumas vias complementares projectadas para que todos os famalicenses circulem com fluidez em todo o município como se verifica na carta da rede viária.

Não obstante, estão previstas algumas obras de requalificação e melhoramento de alguns dos principais eixos do município, bem como a construção de novas vias que permitam um melhor escoamento e maior fluidez em alguns pontos críticos do concelho.

No que diz respeito aos transportes, o município está servido de uma central de camionagem onde operam: Arriva, Auto-viação Landim e os TUF⁶, onde para além das tradicionais “carreiras” municipais existem carreiras inter-municipais e inter-regionais. Esta mobilidade e flexibilidade de carreiras abrangem todo o município e “acentua” ainda mais as ligações com os municípios vizinhos.

Por outro lado Vila Nova de Famalicão está integrada no eixo ferroviário Braga – Porto, sendo mais um valor acrescido no contributo para o turismo. Um dos maiores entraves neste sector é o facto de a Estação Ferroviária se encontrar deslocada do centro da cidade e não possuir nenhuma “gare” para autocarros, permitindo assim um “interface” para uma fácil ligação entre os passageiros e centro da cidade, o que permitirá uma maior mobilidade, podendo numa fase posterior ser desenvolvido, através das respectivas entidades, “carreiras” específicas que se ajustem a pequenas rotas de valor turístico, como por exemplo a Rota do Património Industrial do Vale do Ave ou a Rota do Romântico.

10. Diagnóstico Estratégico – análise SWAT

Antes de se fazer uma abordagem sistémica, devemos ainda referir que todas as ações a desenvolver devem tender a transformar:

- Actividades Turísticas desconexas → Experiências Integradas;
- Actividades unívocas → Actividades múltiplas;
- Fluxos Sazonais → Fluxos constantes;
- Atividades protetoras do ambiente → Atividades melhorativas do ambiente.

⁶ TUF- Transportes Urbanos de Famalicão

Torna-se, de certo modo, indispensável fazer uma análise SWAT, que pode conduzir a reflexões mais consistentes e ilustrar o panorama do concelho:

As principais lacunas que impedem a difusão do turismo no Concelho de Vila Nova de Famalicão:

- Baixa qualificação de mão-de-obra no setor;
- Comunidade local com baixa consciência turística;
- Dependência dos transportes individuais;
- Fraca adesão da população a algumas iniciativas culturais/lúdicas, optando por frequentar eventos em concelhos próximos (nomeadamente, Porto, Braga e Guimarães);
- Baixa capacidade hoteleira;
- Fraca aposta no Marketing Estratégico e na divulgação do município;
- Uso irracional do meio ambiente;
- Indefinição do perfil do turista;
- Perda de identidade cultural;

Os principais vetores que precisam de ser repensados e aproveitados no concelho são:

- Melhorar o design das unidades habitacionais do centro da cidade;
- Renovação de todo o património com valor cultural e arquitectónico;
- Intervenção em Zonas Turísticas de Interesse (ZIT's), assegurando a oferta e excelência de factores qualificadores;
- Aumentar a capacidade hoteleira;
- Facilitação de intervenção multidisciplinar/multi-entidade;
- Aposta na reconstrução do sector Comercial e Industrial;
- Criação de um "interface" junto da Estação Ferroviária;
- Promoção da Gastronomia e Artesanato;
- Melhorar a informação existente no Posto de Turismo;

- Aposta na construção de infra-estruturas de apoio ao desporto, cultura e educação.

Os recursos e as dinâmicas culturais existentes em Vila Nova de Famalicão poderão ser potenciados através dos apoios disponibilizados pelo PO Norte/QREN para a valorização da cultura e da criatividade, nomeadamente através do fomento das indústrias criativas na região, algo que não temos constatado.

Desta mesma maneira, e como condições gerais ao desenvolvimento do turismo, serão expostas algumas ideias que o Plano Estratégico para o município já tinha focado:

- A capacidade para configurar pólos específicos de atração de visitantes, quer através do Centro de Estudos Camilianos, quer através da dinamização de atividades relacionadas com o Surrealismo (Fundação Cupertino de Miranda);
- Existência e respetivo reconhecimento de um relevante dinamismo cultural no concelho de VNF que resulta do fomento de práticas culturais e artísticas junto de diferentes públicos, do incremento de rotinas de parceria entre instituições culturais do concelho, que constitui uma excelente oportunidade de consolidação e reforço do tecido associativo local;
- Existência no concelho de alguns espaços dirigidos às artes do espectáculo, destacando-se a Casa das Artes de Famalicão, Fundação Cupertino Miranda e o Centro Cultural de Joane, e de uma dinâmica do ensino artístico relevante no panorama regional (ARTAVE).

Todas estas carências e oportunidades apontadas servem para uma profunda reflexão acerca do Turismo do concelho, e uma inclusão de várias vertentes em

futuros investimentos, a fim de tornar o município atrativo e proporcionar uma diversidade de bens e serviços á população, assim como garantir cada vez mais a fixação de população. O concelho precisa de definir as linhas de orientação estratégica para a política de Turismo, com metas e objectivos claros, de forma a criar as condições que permitam ao Turismo contribuir decisivamente para a imagem do município e para o bem-estar da população endógena, através da geração de riqueza, da criação de postos de trabalho e da promoção da coesão territorial.

11. Possíveis alterações turísticas para Vila Nova de Famalicão

11.1 Golfe

Devido às condições favoráveis que o nosso país oferece, este têm tido cada vez maior aposta no turismo desportivo, mais precisamente no que diz respeito ao Golfe. Com um clima ameno e com um relevo propício ao jogo, uma das formas para incentivar ao turismo, que tem emergido nos últimos tempos é como já foi dito o Golfe.

Cada vez mais, são as infra-estruturas existentes no nosso país, e cada vez mais são os aficionados estrangeiros a visitar o nosso país para usufruir das “nossas” instalações, deste modo, e segundo uma análise genérica ao panorama do turismo do concelho, poderá futuramente ser viável a construção de um campo de golfe do tipo C.A.R.U⁷.

O C.A.R.U. já está a ser implementado em alguns municípios do nosso país, consiste num pequeno campo de golfe inserido no tecido camarário, construído, essencialmente, com os meios próprios da autarquia e com uma conceção simples e económica.

⁷C.A.R.U. - Campo de Golfe Autárquico Rústico e Municipal

Este deverá ser uma resposta à procura espontânea ou regular tanto da população endógena como de visitantes. Este campo poderá localizar-se na freguesia de Nine, no Lugar de Coura. Aqui, a proximidade com o município de Barcelos, a presença da estação de caminhos-de-ferro e com a boa mobilidade dos transportes públicos poderá ser um contributo importante para o desenvolvimento desta área municipal.

Um C.A.R.U. apresenta diversas vantagens significativas para uma comunidade.

Constitui-se como uma oportunidade real de acompanhar a evolução atual, no sentido da prática desportiva do golfe na cidade. Com efeito, comparado com as infra-estruturas desportivas tradicionais representa um espaço bem mais aberto e facilita assim os contactos humanos e o convívio, tornando-se assim um factor de urbanidade.

A decisão de criar um C.A.R.U. é uma oportunidade para o Município reabilitar ou requalificar zonas rurais menos desenvolvidas e com forte potencial neste sector. O novo espaço assim criado, permite o aparecimento de um novo equipamento coletivo de lazer, com relvados e mais espaços verdes, o que promove a produção de oxigénio e a fixação de poeiras.

11.2 Pavilhão Multiusos

O turismo de eventos desde sempre foi importante no município de Vila Nova de Famalicão, sendo que as infra-estruturas que o suportam são: Casa das Artes, Casa de Camilo e Fundação Cupertino Miranda.

Deste modo, a escolha pela construção de um Pavilhão Multiusos é uma aposta viável para assim conseguir atrair visitantes. Esta atracção será criada não só através de congressos, colóquios ou conferências, mas podendo utilizar a estrutura para eventos musicais e desportivos, bem como feiras e exposições de média/grande dimensão.

Esta infraestrutura pode adotar uma vertente lúdica ou uma vertente cultural/científica. Segundo áreas com mais aptidões e com a prática turística

mais enraizada, podemos constatar que são necessários 1/2 mega – eventos por ano, e eventos de pequenas dimensões ao longo de todo o ano. Não que isto influencie diretamente o turismo, mas vai dar mais visibilidade ao concelho e como conseguinte colocá-lo como um centro de maior procura.

12- Legislação do Setor

No que diz respeito à legislação específica sobre o setor e que releva para a matéria em causa, esta encontra-se vertida no Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (RJET) - Decreto-Lei no 39/2008, de 7 de Março e Declaração de Retificação nº 25/2008, de 6 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 228/2009, de 14 de Setembro, que o republica e pelo Decreto-Lei nº 15/2014, de 23 de Janeiro e respetiva Declaração de Retificação nº 19/2014, e demais Portarias regulamentares:

- Portaria nº 517/2008, de 25 de Junho;
- Portaria nº 327/2008, de 28 de Abril;
- Portaria nº 518/2008, de 25 de Junho;
- Portaria nº 937/2008, de 17 de Novembro;
- Portaria nº 261/2009, de 12 de Março.
- Portaria nº 215/2011, de 31 de Maio;
- Portaria nº 138/2012, de 14 de Maio.

13- Considerações Finais

É importante o investimento no domínio da política do património, sobretudo nas áreas com grande valor patrimonial e cultural, na divulgação do diálogo entre as várias culturas profissionais intervenientes nos processos existentes.

Hoje não basta saber que existem belezas naturais, grande diversidade patrimonial e riqueza histórico-cultural. É preciso garantir que todas estas qualidades, que se destacam no concelho de Vila Nova de Famalicão, contribuam para uma melhor qualidade de vida dos seus cidadãos e os façam pessoas satisfeitas e auspiciosas à receção de turistas, com profissionalismo, competência, qualidade, cortesia e alegria. A atividade turística deve ser praticada com organização, objetivos e estratégias bem definidas, para tal só temos de saber o que fazer e como se quer fazer.

Sem o apoio e contributo da comunidade nada acontece, portanto, o planeamento em prol do turismo deve, numa fase embrionária, passar por um programa de consciencialização da população quanto à importância desta actividade enquanto elo de ligação entre economia/emprego/qualidade de vida. As atividades de turismo com mais oportunidade de ser desenvolvido é o turismo em espaço rural, este têm que resultar a favor da melhoria da qualidade de vida da população do município.

Em suma, conclui-se que a capacidade e qualificação de mão-de-obra, a integração dos vários parceiros do processo de desenvolvimento turístico, a importância da conservação do meio ambiente e a ocupação real do poder municipal como gestor deste processo, são elementos já identificados para que se possam extrair resultados duradouros deste setor. É essencial o empenho da comunidade aos demais segmentos, no sentido de traçar uma política que, além de valorizar o turismo municipal, trabalhe pela preservação dos princípios, guardando para as gerações futuras o que de mais atrativo existe no Município.

ANEXOS

ANEXO N.º 0

“Actividades na Fundação Cupertino Miranda no ano 2009”

1. Actividades do Auditório:

Ciclos de Música e Poesia I

Ciclos de Música e Poesia II

Ciclos de Música e Poesia III

Ciclos de Música e Poesia IV

Ciclos de Música e Poesia V

“Free Jazz”

Noite do Vinil

Jazz na Fundação

2. Exposições do Museu:

Exposição João Rodrigues – obra plástica

Exposição António Maria Lisboa | Mário Henrique Leiria

Exposição António Paulo Tomaz – obra plástica

Exposição Mário Cesariny – Coleção Fundação Cupertino de Miranda (Fórum Eugénio de Almeida, Évora)

Exposição de Fotografia (a inaugurar em Novembro)

Exposição de correspondências (a inaugurar em Novembro)

3. Serviço Educativo:

Carnaval com Arte

Dia do Pai com Arte

Dia Internacional do livro infantil com arte

Oficina de expressão plástica, marcadores de livros

Páscoa com Arte

Oficinas de expressão plástica – colagem, pintura e modelagem

Maio com Arte

02 – Dia da mãe

18 – Dia Internacional dos Museus

30 – Dia Mundial da criança

Verão com Arte

Oficinas de expressão plástica, pintura, colagem e reciclagem

Oficinas de Natal (a realizar no mês Dezembro)

4. Festas na Fundação:

“Back 2 Future” (Festa na Fundação)

Festa na Fundação

5. Encontros III Mário Cesariny:

A realizar no mês de Novembro

Fonte: Fundação Cupertino Miranda

Empreendimentos Turísticos Classificados

Nº Processo	Tipo de Empreendimento Turístico	Designação do Empreendimento	N.º de camas	N.º de Unidades de Alojamento	Categoria	Freguesia	Concelho	Distrito
HT-HO-4972	HOTEL	Residencial Francesa Hotel	73	38	2 Estrelas	ANTAS	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
HT-HO-5480	HOTEL	Hotel Moutados	104	57	3 Estrelas	GAVIÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
HT-HO-9911	HOTEL	Hotel Pransor Residencial	40	20	2 Estrelas	SEIDE (S. PAIO)	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
TER-CC-1198	CASA DE CAMPO	Quinta de Crujez	14	5		GONDIFELOS	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
TER-CC-6221	CASA DE CAMPO	Casa de Soutelo de Cima	6	3		CRUZ	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
TER-HR-6115	HOTEL RURAL	Hotel Rural Palácio da Igreja Velha	38	19		VERMOIM	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
TER-TH-636	TURISMO DE HABITAÇÃO	Quinta da Ponte do Louro	4	2		LOURO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
TER-TH-916	TURISMO DE HABITAÇÃO	Quinta das Camélias	12	6		LEMENHE	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA

PIP ou projectos de Arquitectura de Empreendimentos Turísticos com parecer favorável do TP

Nº Processo	Tipo de Empreendimento Turístico	Designação do Empreendimento	N.º de camas	N.º de Unidades de Alojamento	Categoria Prevista	Tipo de projecto (alterações de empreendimento classificado, projecto novo ou PIP)	Data do parecer favorável	Localidade	Concelho	Distrito
TER-HR-7483	Hotel Rural (TER)	Hotel Rural da Azenha	41	23	4*	Projeto novo	08-03-2012	Bairro	Vila Nova de Famalicão	Braga
HT-HO-5480	Hotel	Hotel Moutados	101	51	3*	Projeto de alterações de emp. existente	04-12-2013	Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	Braga

**RECURSOS TURÍSTICOS QUE CONSTAM DA BASE DE DADOS
DO INVENTÁRIO DE RECURSOS TURÍSTICOS (IRT)**

IRT

Abordagem	Nome	Morada	Localizacao	Freguesia	Concelho	Distrito
Estádios	Estádio 22 de Junho do Futebol Clube de Famalicão			ANTAS	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Igrejas/Capelas/Ermidas	Igreja de Santiago de Antas	Lugar da Igreja - Antas		ANTAS	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	Cruzeiro do Lugar da Quinta		Lugar da Quinta	ARNOSO (SANTA MARIA)	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Igrejas/Capelas/Ermidas	Igreja de Santa Eulália do Mosteiro de Arroso	Lugar do Mosteiro		ARNOSO (STA. EULÁLIA)	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Centros Hípicos	Centro Equestre de Famalicão	Quinta do Penedo		CALENDÁRIO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Estações Arqueológicas	Castro de São Miguel-o-Anjo	Lugar de S Miguel-o-Anjo	Lugar de S Miguel-o-Anjo	CALENDÁRIO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Estações Arqueológicas	Estação Arqueológica de São Miguel-o-Anjo		Lugar de São Miguel-o-Anjo	CALENDÁRIO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Igrejas/Capelas/Ermidas	Ruínas da Capela de Cavalões, antiga Capela das Almas	Lugar de São Gonçalo - Cavalões		CAVALÕES	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Pontes (Obras de Arte)	Ponte de São Veríssimo		Lugar de São Veríssimo	CAVALÕES	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Palácios/Solares	Casa, Quinta e Mata da Pindela	EN 14, Porto - Braga, desvio para Mouquim (Tarrío)		CRUZ	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA

IRT

Abordagem	Nome	Morada	Localizacao	Freguesia	Concelho	Distrito
Centros Hipicos	Picadeiro de Ana Maria Oliveira Pinto	Quinta da Mouta Gaviao		GAVIAO	VILA NOVA DE FAMALICAO	BRAGA
Pontes (Obras de Arte)	Ponte da Gravateira		Lugar da Gandra	GONDIFELOS	VILA NOVA DE FAMALICAO	BRAGA
Estações Arqueologicas	Castro do Monte das Ermidas	Lugar de Palhares	Lugar de Palhares	JESUFREI	VILA NOVA DE FAMALICAO	BRAGA
Centros Hipicos	Centro Hipico de Joane	Lugar Mourisco		JOANE	VILA NOVA DE FAMALICAO	BRAGA
Estações Arqueologicas	Castro das Eiras / Monte das Eiras		Lugar do Monte das Eiras	JOANE	VILA NOVA DE FAMALICAO	BRAGA
Igrejas/Capelas/Ermidas	Capela de Nossa Senhora da Carreira / Capela da Lapa	Lugar da Lapa		JOANE	VILA NOVA DE FAMALICAO	BRAGA
Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	Cruzeiro de Joane		Largo 3 de Julho - Joane	JOANE	VILA NOVA DE FAMALICAO	BRAGA
Conventos/Mosteiros	Mosteiro de Landim	Lugar do Mosteiro		LANDIM	VILA NOVA DE FAMALICAO	BRAGA
Santuários/Locais Peregrinação	Santuário de Nossa Senhora do Carmo	Lemenhe		LEMENHE	VILA NOVA DE FAMALICAO	BRAGA
Caves, Adegas, Destil. e Cerv.	Solouro	Rua Padre Domingos Joaquim Pereira, 1122		LOURO	VILA NOVA DE FAMALICAO	BRAGA

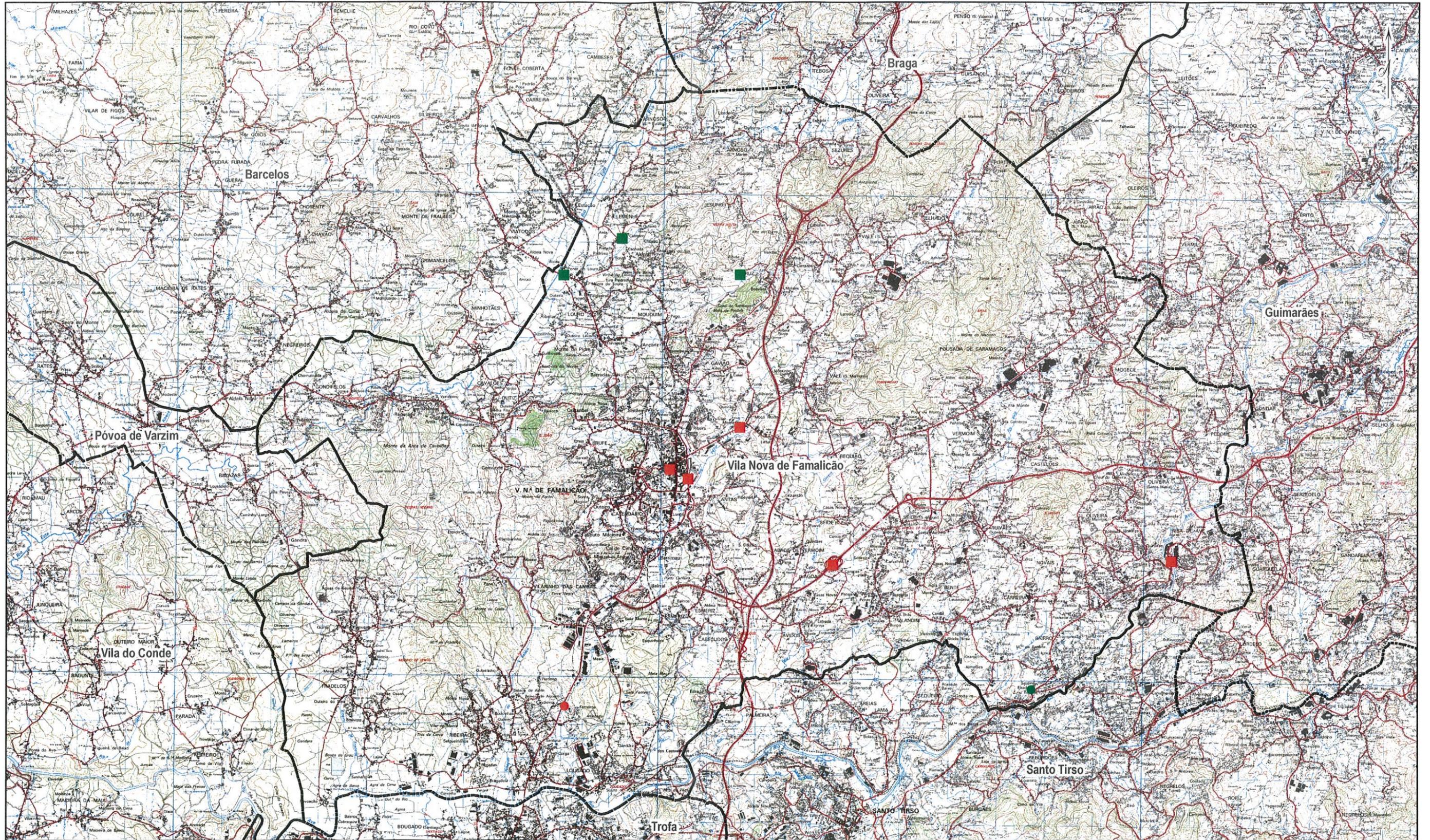
IRT

Abordagem	Nome	Morada	Localizacao	Freguesia	Concelho	Distrito
Pontes (Obras de Arte)	Ponte de Lagoncinha		Lugar da Garrida	LOUSADO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Pontes (Obras de Arte)	Ponte de Coura		Lugar de Coura	NINE	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Caves, Adegas, Destil. e Cerv.	Casa de Compostela	Requião		REQUIÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Museus	Casa-Museu de Camilo Castelo Branco	Lugar da Igreja		SEIDE (S. MIGUEL)	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	Alminhas de Pedreiro		Lugar do Pedreiro	VALE (S. MARTNHO)	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Bibliotecas	Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco - Vila Nova de Famalicão	Av. Dr. Carlos Bacelar - Ap. 154		VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Centros Hípicos	Centro Hípico Casa do Outeirinho	Lugar do Outeirinho		VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Igrejas/Capelas/Ermidas	Capela de Nossa Senhora da Lapa	Rua Álvaro Castelões		VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA
Igrejas/Capelas/Ermidas	Capela de Santo Adrião - Vila Nova de Famalicão	Rua de Santo Adrião		VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA

IRT

Abordagem	Nome	Morada	Localizacão	Freguesia	Concelho	Distrito
Museus	Museu Bernardino Machado	Rua Adriano Pinto Basto, nº 79 - Palacete Barão de Trovisqueira	VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA	
Museus	Museu da Fundação Cupertino de Miranda	Avenida da Boavista, 4245	VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA	
Museus	Museu da Indústria Têxtil	Rua José Casimiro da Silva	VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA	
Museus	Museu de Arte Sacra de Nossa Senhora da Lapa	Largo Tinoco de Sousa (Capela da Lapa)	VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA	
Palácios/Solares	Casa do Vinhal	Rua Dr. Queiróz Moreira	VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA	
Parques/Jardins Públicos	Jardim da Casa do Vinhal	Lugar do Vinhal	VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA	
Igrejas/Capelas/Ermidas	Igreja de Vilarinho das Cambas	Lugar da Igreja	VILARINHO DAS CAMBAS	VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA	

Concelho de Vila Nova de Famalicão



- | | | |
|--|--|-----------|
| Empreend. Turísticos classificados tipologia | Empreend. Turísticos com parecer favorável | Concelhos |
| ■ Estabelecimento Hoteleiro | ● Estabelecimento Hoteleiro | |
| ■ TER | ● Turismo no Espaço Rural | |

1:75.000